

APRESENTAÇÃO

O **Manual de Orientação**, que dispõe sobre como responder e evidenciar as respostas do questionário do Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM referente ao **Ciclo 2018**, foi desenvolvido pela Equipe de Suporte do IEGM do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, sob a coordenação da Secretaria-Geral de Planejamento, com o objetivo de complementar o **Manual do IEGM 2018** e servir de referencial didático para a implantação das boas práticas avaliadas pelo modelo de maturidade do IEGM. Cumpre, assim, a missão de orientar e facilitar o entendimento dos técnicos do Poder Executivo Municipal que estarão envolvidos no processo de coleta das informações para a apuração do respectivo Índice.

Em abril de 2016, o TCE-RJ assinou o **Acordo de Cooperação nº 001/2016** junto ao Instituto Rui Barbosa – IRB e ao TCE-SP (desenvolvedor original da metodologia), com vistas ao estabelecimento da Rede Nacional de Indicadores Públicos – REDE INDICON. O IEGM foi definido como o indicador padrão, composto de sete indicadores setoriais, por dimensões, a saber: **Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Cidades Protegidas e Governança da Tecnologia da Informação**.

No que tange à Cláusula Segunda do referido acordo, que trata do compromisso dos partícipes, o TCE-RJ se comprometeu a *“aprimorar os mecanismos e instrumentos capazes de assegurar a satisfatória aplicação dos indicadores”* (item 2.2).

Dessa forma, reforçando seu viés orientativo, e com o objetivo de preencher uma lacuna no processo de validação dos quesitos, foi desenvolvido o presente manual, tomando-se por base a experiência adquirida nos Ciclos 2016 e 2017, bem como o que dispõe a legislação pertinente aos assuntos tratados em cada um dos quesitos dos sete questionários aplicados para compor os indicadores setoriais.

O presente manual, portanto, tem múltiplas finalidades: em primeiro lugar, e de forma mais imediata, a de auxiliar o gestor a coletar as informações necessárias e a responder ao questionário de forma eficaz (cabe ressaltar que muitas das dúvidas dos jurisdicionados nos ciclos passados foram atinentes aos

documentos que poderiam ser utilizados para a validação dos quesitos). Em segundo lugar, tem por finalidade fornecer orientações básicas acerca das boas práticas que lastreiam a construção dos questionários de avaliação relativos a cada uma das sete dimensões de políticas públicas, dessa forma permitindo aos gestores uma orientação segura acerca de como implantá-las na hipótese de não estarem sendo observadas.

É de se ressaltar que, no presente ciclo de autoavaliação (2018), será realizado o diagnóstico da situação das políticas públicas e da gestão tomando-se por base o ano de 2017. Para tanto, a documentação de suporte que caracteriza as evidências deverá permanecer arquivada, à disposição desta Corte de Contas, no Órgão Central de Controle Interno do Município, sob a responsabilidade do Controlador Interno.

A ele caberá avaliar a consistência das respostas e emitir o Certificado de Validação que, nos termos do parágrafo único do Art. 2º da Deliberação TCE-RJ nº 271, de 16 de maio de 2017, deverá integrar as prestações de contas de governo de 2018, a serem entregues em 2019.

Todo modelo de maturidade contém em si mesmo, intrinsecamente, as indicações para o autoaperfeiçoamento, permitindo ao avaliado perceber os pontos fracos que devem ser abordados para que se possa atingir o próximo nível de maturidade. No caso da metodologia do IEGM, que busca medir a efetividade das políticas públicas e de gestão, existe uma escala de cinco níveis, variando-se do melhor para o pior, de “A” (altamente efetiva) a “C” (baixo nível de adequação). Quem realiza o diagnóstico é o próprio município, sendo o principal interessado na fidedignidade das informações prestadas.

Esse viés encontra-se alinhado à missão do TCE-RJ que é a de “fiscalizar e orientar a Administração Pública fluminense, na gestão responsável dos recursos públicos, em benefício da sociedade”. Por meio deste Manual, espera-se contribuir para dirimir as dúvidas com maior agilidade, independentemente do suporte técnico disponibilizado, por e-mail e por telefone, que ficará disponível durante todo o prazo de coleta de informações.

Por fim, há que se destacar que, caso o modelo de maturidade revele um valor do índice que aponte o baixo nível de adequação, o gestor do Município pode se basear nestes resultados para efetuar as adequações necessárias. O presente Manual descreve, em muitos casos, o caminho a ser seguido para que o gestor

possa obter graduais avanços na sua gestão, com a implementação de boas práticas. Extrai-se, portanto, que, no transcorrer de uma série histórica, que os benefícios da aplicação do modelo de maturidade poderão ser avaliados em sua plenitude, embora muito de seus resultados sejam de fácil percepção.

SUMÁRIO

<i>CAPÍTULO 01: DIMENSÃO I-AMB</i>	<i>5</i>
<i>CAPÍTULO 02: DIMENSÃO I-CIDADE</i>	<i>40</i>
<i>CAPÍTULO 03: DIMENSÃO I-EDUC.....</i>	<i>56</i>
<i>CAPÍTULO 04: DIMENSÃO I-FISCAL.....</i>	<i>117</i>
<i>CAPÍTULO 05: DIMENSÃO I-GOVTI.....</i>	<i>124</i>
<i>CAPÍTULO 06: DIMENSÃO I-PLANEJAMENTO</i>	<i>145</i>
<i>CAPÍTULO 07: DIMENSÃO I-SAÚDE</i>	<i>195</i>

PERGUNTA 01

1. Sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) – Lei Federal nº 12.305/10, informe:

- *Instrumento normativo publicado ou promulgado*
- *Submissão do texto à câmara de vereadores*
- *Está em outras fases de elaboração*
- *Não realizou o plano*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Quanto à primeira opção de resposta (*“Instrumento normativo publicado ou promulgado”*), se o PMGIRS estava em vigor no ano avaliado, a evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação do instrumento normativo, com inteiro teor (incluindo o conteúdo do plano), no Diário Oficial ou em meio de comunicação equivalente. Guarde os documentos na forma digital (em PDF).

Quanto à segunda opção (*“Submissão do texto à câmara de vereadores”*), se o instrumento foi submetido à Câmara de Vereadores, porém, no ano avaliado ainda não estava aprovado, a evidência pode ser constituída mediante a cópia digitalizada do ofício de encaminhamento, bem como o conteúdo do plano (inteiro teor). Opcionalmente, se a Câmara dispuser de sistema eletrônico de acompanhamento da tramitação (via Internet), é possível imprimir a tramitação do normativo, em substituição ao ofício de encaminhamento.

Quanto à terceira opção, se o instrumento, no ano avaliado, estava em outras fases de elaboração, a evidência pode ser constituída a partir da cópia das atas de audiências públicas realizadas (digitalizadas em PDF).

Se a Prefeitura optou pela solução consorciada, a evidência pode ser constituída a partir da cópia digitalizada do Plano Intermunicipal, bem como a respectiva publicação na imprensa oficial. Nesse caso, a resposta ao questionário será uma das três primeiras, conforme o *status* da proposta no ano do ciclo em avaliação. A resposta *“Não realizou o plano”* dispensa a produção de evidências.

Observações:

A Lei Federal nº 12.305/10, de 02.08.10, instituiu a **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**, que é o marco regulatório que dispõe sobre o tratamento de resíduos sólidos, recicláveis e não recicláveis.

O manejo dos resíduos sólidos adquire importância fundamental para a redução dos problemas ambientais derivados da disposição inadequada do lixo. Ao diminuir a quantidade de rejeitos (resíduos que não podem mais ser reciclados), e dispor sobre a destinação adequada deles (compostagem, aterros sanitários, etc.), o

objetivo da legislação é prevenir a formação de lixões a céu aberto e, progressivamente, eliminar os que se encontram ativos, preconizando a construção de aterros sanitários; prolongando a vida útil dos aterros que estão operacionais; e eliminando o problema da transferência do lixo de um município para o outro, entre outras práticas não recomendadas.

Dessa forma, o **art. 19 da Lei Federal nº 12.305/10** trata especificamente sobre a elaboração do **Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PMGIRS)**, dispondo sobre o seu conteúdo mínimo.

Nos termos do **art. 51 do Decreto Federal nº 7.404, de 23.12.10**, que regulamenta a Lei Federal nº 12.305/10, o PMGIRS pode ser apresentado na forma simplificada para os municípios com população total inferior a **vinte mil habitantes** (segundo o último censo do IBGE), **desde que estes municípios não estejam inseridos nas hipóteses elencadas no §2º do art. 51**. Para a elaboração do Plano simplificado, ficam dispensados alguns dos critérios listados no art. 19 da Lei Federal nº 12.305/10, especificamente os itens VI, IX, XII, XVI e XVII.

Além disso, o art. 52 do referido Decreto, estabelece a possibilidade da adoção de soluções consorciadas para a elaboração de um plano intermunicipal de gestão integrada dos resíduos. Caso opte por este tipo de solução consorciada, sugere-se consultar o INEA (Instituto Estadual do Ambiente), quanto à viabilidade da participação deste órgão como interlocutor perante os demais municípios partícipes.

Fontes:

Lei Federal nº 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

Decreto Federal nº 7.404/10 – Regulamenta a Lei 12.305/10

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm

PERGUNTA 02

2. A prefeitura municipal realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos?

- *Sim, totalmente*
- *Parcialmente*
- *Não*

2.1. Descreva o processo de destinação: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “*Sim*”, “*Totalmente*” ou “*Parcialmente*”, a pergunta condicional 2.1 será habilitada. Descreva então o processo de destinação dos resíduos sólidos no campo texto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Quanto às respostas afirmativas (“*Sim*”, “*totalmente*” e “*Parcialmente*”), a evidência pode ser constituída mediante a apresentação:

- a) De cópia da documentação enviada para a Secretaria de Estado do Ambiente com vistas à obtenção de créditos relativos ao **ICMS Ecológico** (vide [Lei Estadual nº 5.100/07](#) e [Decreto Estadual nº 41844 de 04.05.09](#)).
- b) De **manifestos de resíduos**, em meio digital, a partir da 4ª via do gerador, devolvida pelo receptor dos resíduos.
- c) De cópia da publicação de leis municipais ou decretos que estabelecem os processos de coleta seletiva no âmbito municipal, dispondo sobre as responsabilidades das principais partes interessadas. Nesse caso, guarde cópia digitalizada em PDF da publicação do normativo.

Observações:

A coleta seletiva de resíduos sólidos (prevista na **Lei Federal nº 12.305/10** que institui a **Política Nacional de Resíduos Sólidos**) é uma das etapas da reciclagem que tem como objetivo principal a redução do impacto ambiental provocado pela disposição inadequada do lixo nas cidades.

Ao distinguir o resíduo reciclável do rejeito, a proposta é utilizar o primeiro com fins economicamente viáveis, promovendo-se prioritariamente a criação e o desenvolvimento de cooperativas e outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis.

Para que a reciclagem seja economicamente viável, o PMGIRS deve prever mecanismos de aproveitamento dos resíduos recicláveis pelas empresas (*art. 19, inciso XII*). Nesses termos, o art. 44 da Lei Federal nº 12.305/10, prevê como um dos instrumentos possíveis, a concessão de incentivos fiscais às empresas que dispõem de meios para aproveitar os resíduos recicláveis:

“Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as

limitações da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a:

I - indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional;"

Paralelamente, a redução da quantidade de rejeitos tem por objetivo prolongar a vida útil dos aterros sanitários, eliminando-se progressivamente os lixões a céu aberto, entre outros problemas derivados da disposição inadequada do lixo.

Em relação à contratação de empresas de coleta seletiva, é oportuno destacar que as empresas devem estar habilitadas junto ao INEA, sendo necessário estar em pleno acompanhamento das licenças de operação, conforme o **Decreto Estadual nº 44.820/14** e demais documentos exigidos pelo órgão competente do município e pelo CREA.

A previsão do quantitativo de material a ser coletado, e consequentemente dimensionamento da destinação, deve ser planejada previamente à contratação, sendo possível utilizar dos instrumentos previstos no Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos, consoante art. 19, incisos I e VI da Lei Federal nº 12.305/10, a saber:

"I - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;

[...]

VI - indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;"

No caso do inciso VI, é necessário atentar para o fato de que, para municípios com população total inferior a **20.000 habitantes**, os indicadores de desempenho não são um item obrigatório do PMGIRS.

Quanto à comprovação pelo manifesto de resíduos, é importante destacar ser ele um instrumento de controle que permite ao órgão ambiental competente no Estado conhecer e monitorar a geração, o transporte e a destinação final dos resíduos gerados no Estado do Rio de Janeiro e a ele estarão sujeitas todas as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, geradoras, transportadoras e receptoras de resíduos, abrangidos pela diretriz **INEA DZ-1310.R-7 - Sistema de Manifesto de Resíduos**, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.497, de 03.09.2004 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 21.09.2004.

As informações do Manifesto são obtidas diretamente em consulta ao *site* do INEA mediante *e-mail* para manifesto@inea.rj.gov.br e as vias do manifesto são entregues da seguinte forma: o gerador tem a obrigação de preencher, assinar e datar todas as quatro vias do Manifesto, arquivando a primeira via após a assinatura do transportador. As outras vias deverão ser entregues para o transportador, que, por sua vez, assinará as três vias e as entregará para assinatura do receptor do resíduo, arquivando-se a segunda via. O receptor do resíduo, após assinar as três vias, deverá devolver a 4ª via em até 48 horas ao gerador (empresa ou órgão público municipal), que deverá mantê-la arquivada durante cinco anos contados a partir da data do transporte dos resíduos.

PERGUNTA 03

3. A prefeitura municipal possui Plano de Resíduos da Construção Civil que aborde itens como: coleta, transporte e destinação final?

- *Sim*
- *Parcialmente*
- *Não*

3.1. Informar a lei: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Caso a resposta seja “*Sim*”, a pergunta condicional 3.1 será habilitada. Informe então, no campo texto, o número da lei municipal utilizando o formato “*Lei municipal nº nnnn/aa*”.

Caso a resposta seja “*Parcialmente*”, a pergunta condicional 20 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Preliminarmente, a resposta negativa dispensa a produção de evidências.

No que diz respeito à resposta afirmativa (“*Sim*”), a evidência pode ser constituída mediante a apresentação da cópia da publicação da lei municipal que instituiu o Plano Municipal de Gestão de Resíduos de Construção Civil (com inteiro teor, incluindo o Plano propriamente dito). Ela pode ser complementada pela apresentação da lei municipal que trata do Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos – **PMGIRS**, uma vez que a Resolução CONAMA nº 307/02 prevê que os dois normativos devem ser compatíveis entre si. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Observe que no caso da resposta “*Parcialmente*”, a evidência a ser constituída é a mesma a ser utilizada para comprovar a resposta à pergunta 20, que se encontra vinculada condicionalmente a esta opção de resposta.

Observações:

Ao ser promulgada, a Lei Federal nº 10.257/01 (**Estatuto das Cidades**) estabeleceu diretrizes gerais para a política urbana e o equilíbrio ambiental, tendo como uma das principais premissas a garantia do desenvolvimento sustentável das cidades.

Posteriormente, com o advento da Lei Federal nº 12.305/10, que instituiu a **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**, passou a ser exigido dos municípios a adoção de políticas de gestão dos resíduos sólidos gerados, sendo, nesse contexto, obrigatório a apresentação de um Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (**PMGIRS**), seja na forma simplificada, ou na forma completa, atendendo aos dispositivos elencados no art. 19 do referido diploma legal.

A mesma legislação definiu em seu art. 13, I, alínea “h” os resíduos oriundos da construção civil como aqueles “*gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da*

preparação e escavação de terrenos para obras civis”.

Paralelamente, a **Resolução CONAMA nº 307, de 05.07.2002**, que inicialmente estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, foi revisada pelas Resoluções nºs 348/04, 431/11, 448/12 e 469/15, passando a dispor sobre novos requisitos para a implementação do **Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil**, a ser elaborado em consonância com o PMGIRS.

Assim, o art. 5º da Resolução CONAMA nº 307/02, passou a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º É instrumento para a implementação da gestão dos resíduos da construção civil o Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, a ser elaborado pelos Municípios e pelo Distrito Federal, em consonância com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.”

A referida Resolução também estabeleceu os elementos que devem estar presentes no Plano Municipal de Gestão de Resíduos de Construção Civil, e assinalou prazo de doze meses para a sua elaboração pelos municípios (por meio de leis municipais). Além disso, estabeleceu o prazo adicional de mais seis meses para a sua efetiva implementação, a contar a partir da publicação das leis municipais que instituem os referidos planos.

Fontes:

Lei Federal nº 10.257/01 – Estatuto das Cidades

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm

Lei Federal nº 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

Resolução CONAMA nº 307/02

<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=307>

PERGUNTA 04

4. A prefeitura adota na rede escolar municipal algum programa ou ação de educação ambiental?

- *Sim*
- *Não*

4.1. Descreva sucintamente: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “*Sim*”, a pergunta condicional 4.1 será habilitada. Descreva, no campo texto, o programa ou ação de educação ambiental desenvolvido.

Como evidenciar ou coletar as informações:

No caso da resposta afirmativa, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação da cópia digitalizada dos documentos que definem cada programa de educação ambiental nas peças orçamentárias, que estejam em consonância com as Leis Federais nºs 9.795/99 e 12.305/10, e Lei Estadual nº 3.325/99.

Observações:

A adoção na rede escolar de programas de educação ambiental tem amparo na Lei Federal nº 9.795/99 que instituiu a **Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)**, dispondo sobre os princípios e diretrizes que regem a educação ambiental, entendida como “*os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade*”.

Esse documento enumera os objetivos que devem ser perseguidos, a partir dos programas de educação ambiental, incluindo os de responsabilidade dos municípios, e que congregarão os projetos voltados à implantação desses objetivos. Especificamente, no que compete ao município, este pode contribuir para os seguintes objetivos do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA):

- *Promover processos de educação ambiental voltados para valores humanistas, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis;*
- *Promover campanhas de educação ambiental nos meios de comunicação de massa, de forma a torná-los colaboradores ativos e permanentes na disseminação de informações e práticas educativas sobre o meio ambiente;*
- *Difundir a legislação ambiental, por intermédio de programas, projetos e ações de educação ambiental;*
- *Criar espaços de debate das realidades locais para o desenvolvimento de mecanismos de articulação social, fortalecendo as práticas comunitárias sustentáveis e garantindo a participação da população nos processos decisórios*

sobre a gestão dos recursos ambientais;

- Estimular e apoiar pesquisas, nas diversas áreas científicas, que auxiliem o desenvolvimento de processos produtivos e soluções tecnológicas apropriadas e brandas, fomentando a integração entre educação ambiental, ciência e tecnologia;

- Promover a inclusão digital para dinamizar o acesso a informações sobre a temática ambiental, garantindo inclusive a acessibilidade de portadores de necessidades especiais;

- Estimular a cultura de redes de educação ambiental, valorizando essa forma de organização;

- Promover e apoiar a produção e a disseminação de materiais didático-pedagógicos e instrucionais.

Por sua vez, a **Lei Estadual nº 3.325/99, de 17.12.1999**, que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental no Estado do RJ e criou o Programa Estadual de Educação Ambiental, definiu a escola como um ambiente adequado para o desenvolvimento de ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da comunidade, organização, mobilização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Os incisos I a X do art. 14 desta lei elencam um conjunto de atividades a serem desenvolvidos em ambiente escolar com vistas ao estímulo da educação ambiental, a saber:

“Art. 14.

...]

I - A difusão, através dos meios de comunicação de massa de programas e campanhas educativas e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - A ampla participação da escola e da universidade em programas e atividades vinculados à educação ambiental não-formal, em cooperação, inclusive com organizações não-governamentais;

III - A participação de organizações não-governamentais nos projetos de educação ambiental, em parceria, inclusive, com a rede estadual de ensino, universidades e a iniciativa privada;

IV - A participação de empresas e órgãos públicos estaduais e municipais no desenvolvimento de programas e projetos de educação ambiental em parceria com escolas, universidades e organizações não-governamentais;

V - A sensibilização da sociedade para a importância das Unidades de Conservação através de atividades ecológicas e educativas, estimulando inclusive a visitação pública, quando couber, tendo como base o uso limitado e controlado para evitar danos ambientais;

VI - A sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às Unidades de Conservação;

VII - A sensibilização ambiental dos agricultores e trabalhadores rurais, inclusive nos assentamentos rurais;

VIII - O ecoturismo;

IX - A realização de campanhas educativas com o objetivo de informar e conscientizar as pessoas sobre a necessidade do vestuário e das tendências da moda adequarem-se à demanda por sustentabilidade ambiental, envolvendo menos utilização de matéria-prima, mais utilização de produtos reciclados e maior criatividade na reutilização de peças já existentes, tendo em vista uma produção e um consumo mais conscientes e sustentáveis no setor;

X - A realização de campanhas educativas com o objetivo de informar e conscientizar as pessoas sobre a necessidade das tendências da moda adequarem-se ao viés ético da sustentabilidade ambiental, buscando produtos alternativos para confecção de vestuário e acessórios, visando a

não elaboração a partir da extração ou utilização da pele de animais silvestres nativos ou exóticos, domésticos ou domesticados.”

A referida lei estadual estabelece ainda em seu art. 21 que as escolas situadas em áreas rurais devem incorporar temas como: conservação do solo, proteção dos recursos hídricos, combate à desertificação e à erosão, controle do uso de agrotóxicos, combate a queimadas e incêndios florestais e conhecimento sobre o desenvolvimento de programas de microbacias e conservação dos recursos hídricos.

Outro dispositivo legal a ser observado quando da elaboração dos programas de educação ambiental, é a Lei Federal nº 12.305/10 que estabelece, como conteúdo mínimo, a ser previsto nos Planos Municipais de Resíduos Sólidos, a existência de programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos (art. 19, inciso X).

Dessa forma, considera-se que um Programa de Educação Ambiental desenvolvido sob a responsabilidade do município, está bem formulado se atende a alguns critérios de aceite, a saber:

a) **Alinhamento** à legislação pertinente, federal ou estadual, aos princípios e diretrizes da PNEA ou aos objetivos propostos no ProNEA, sem prejuízo de outros objetivos estratégicos de longo prazo, mormente aqueles estabelecidos nos Planos Estratégicos dos municípios;

b) **Definição clara do portfólio de projetos ou ações a serem executados** a fim de promover a educação ambiental no ambiente escolar (Obs.: consideram-se como “projetos” as iniciativas ou esforços que visam à introdução de boas práticas ou novos produtos, serviços e resultados, tendo início, meio e fim, de acordo com um cronograma e orçamentos definidos; consideram-se como “ações” os processos estabelecidos em caráter permanente para a promoção contínua da qualidade dos serviços prestados). Em uma abordagem *bottom-up*, os orçamentos dos projetos irão definir o orçamento do programa, que deverá estar previsto no Plano Plurianual (PPA) em vigor.

c) Definição dos **indicadores** associados aos objetivos que se pretende promover, com as respectivas **metas** de desempenho.

Fontes:

Lei Federal nº 9.795/99

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm

Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/trat_ea.pdf

Sobre o Programa Nacional de Educação Ambiental

<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/programa-nacional-de-educacao-ambiental>

Lei Estadual nº 3.325/99, com alterações efetuadas pela Lei Estadual nº 7.214/16

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/cdca1ff2e635ef0903256857004f8540>

Educação Ambiental. Por um Brasil Sustentável. ProNEA, Marcos Legais & Normativos

http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80221/pronea_4educacao_web-1.pdf

PERGUNTA 05

5. A prefeitura municipal estimula entre seus órgãos e entidades de sua responsabilidade projetos e/ou ações que promovam o uso racional de recursos naturais?

- *Sim, para todos os órgãos e entidades*
- *Parcialmente*
- *Não*

5.1. Descreva sucintamente: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “*Sim, para todos os órgãos e entidades*” ou “*Parcialmente*”, a pergunta condicional 5.1 será habilitada. Descreva então os projetos e ações de promoção do uso racional de recursos vinculados ao portfólio (ou carteira de projetos) de cada programa de educação ambiental.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Preliminarmente, a resposta negativa dispensa a produção de evidências.

No que diz respeito às duas primeiras respostas, a evidência pode ser constituída mediante algumas das formas abaixo:

a) O Plano de Ação Socioambiental, parte integrante do Termo de Adesão firmado entre o município e o Governo Federal para implantação do Programa **A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública**, que estimula o uso racional dos recursos públicos no âmbito da administração pública como um todo.

b) A documentação relativa aos projetos aprovados, em execução, ou finalizados durante o ano do ciclo em avaliação, podendo ser comprovados pela justificativa nas **peças orçamentárias** (LOA ou PPA) ou pelos **termos de abertura de cada projeto**, se houver.

c) A cópia da publicação dos normativos legais que instituírem projetos no âmbito da administração pública, quando o objetivo for o de garantir expressamente o suporte político ao projeto e tornar a sua implementação obrigatória.

A diferenciação entre a primeira opção de resposta (“*Sim, para todos os órgãos e entidades*”) e a segunda (“*Parcialmente*”) pode ser visualizada mediante a análise do conteúdo dos termos de abertura de projeto e pela identificação das partes interessadas (*stakeholders*), pois esses documentos revelam a amplitude do escopo do projeto, seja através da própria descrição, dos objetivos, da justificativa para a sua execução, ou da qualificação das partes interessadas e/ou afetadas pelo projeto.

A resposta “*Parcialmente*” se aplica aos projetos e ações cuja amplitude engloba apenas alguns órgãos da administração pública. Normalmente, isso ocorre quando a Prefeitura inicia a implementação de políticas de uso racional dos recursos naturais em determinados órgãos da administração pública, como primeiro passo

para a implementação em todos os demais órgãos.

Observações:

Recursos naturais incluem o uso da água, da energia elétrica, das matérias primas, entre outros elementos que, se utilizados parcimoniosamente, resultarão na diminuição do impacto ambiental produzido pelas necessidades da população, no que tange à prestação dos serviços públicos.

A **A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública** dispõe de metodologia que atua em eixos temáticos, a saber:

- Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
- Gestão adequada dos resíduos gerados;
- Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Sensibilização e capacitação dos servidores;
- Compras públicas sustentáveis;
- Construções sustentáveis.

A metodologia da A3P propõe a realização de um diagnóstico da situação atual com vistas à elaboração de plano de ação, com prazo de 5 anos, e que, passar a constituir anexo ao termo de adesão firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e o município ou órgão dele integrante.

Nesse sentido, **caso o município ainda não tenha aderido a esse programa federal, considere os passos necessários à adesão**, pois existem inúmeras vantagens em se participar do referido programa, sendo a maior delas, a garantia de se executar projetos alinhados aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Além disso, o ente federativo terá à sua disposição o **Sistema ResSoA**, disponibilizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para os assinantes do Termo de Adesão. Trata-se de um sistema virtual de monitoramento de gestão socioambiental. O monitoramento é feito pelo próprio órgão sob a supervisão da A3P. Por ser um instrumento auxiliar na gestão do órgão, o sistema permite acompanhar metas e consolidar informações. Através do ResSoA realiza-se a compilação dos dados e o envio do relatório de monitoramento anual da A3P, como previsto no Termo de Adesão. Utilizando a plataforma, não há necessidade de relatórios em meios físicos: economia e sustentabilidade em todos os processos da A3P.

Gerenciamento de projetos

Adotamos a seguinte definição de projeto: *“Projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo”* (Guia PMBoK® 5ª ed.). Ou seja, o projeto tem início, meio e fim (definidos pelo seu cronograma). A elaboração de um projeto tem por objetivo gerar algo novo, na forma de produtos (bens), serviços ou resultados (como, por exemplo, a melhoria de indicadores estratégicos ou de desempenho).

Os projetos que tratam do uso racional dos recursos naturais se enquadram no portfólio dos programas voltados ao objetivo estratégico de **estimulo ao desenvolvimento sustentável**. Sendo um objetivo abstrato, a promoção do desenvolvimento sustentável se expressa através dos indicadores de sustentabilidade, que podem ser mensurados periodicamente, e cuja avaliação permite inferir a efetividade dos projetos executados. Cada programa estratégico deve estar atrelado a um indicador.

No tocante à documentação dos projetos, o **Termo de Abertura do Projeto** (TAP) é o documento inicial e obrigatório, pois tem o objetivo de fornecer ao

gestor/patrocinador uma noção prévia do que se pretende alcançar com o projeto, permitindo a ele decidir sobre a oportunidade e conveniência de sua execução, critérios discricionários que levam em conta o interesse público. Devem conter a **identificação das partes interessadas; a declaração de escopo; o plano de projeto** (que inclui o **cronograma**, o **orçamento** do projeto, o plano de gerenciamento de **riscos**, entre outros elementos); o **plano de aquisições** (incluindo-se os termos de referência para viabilizar as contratações necessárias), relatórios de desempenho, entre outros documentos. **Nos projetos de pequeno porte, poderão existir versões simplificadas desses documentos.** Cabe ressaltar que, por definição, todos esses documentos são assinados pelas partes interessadas no projeto, pelos gestores municipais e pelos responsáveis pelo gerenciamento do projeto.

A autorização para a execução dos projetos, nesse caso deve ser dada por escrito, motivo pelo qual o documento deve estar assinado pela autoridade competente (gestor/patrocinador), seja ela o próprio prefeito, ou um de seus secretários.

Gestão por Processos

A disciplina da gestão por processos (em inglês, *BPM - Business Process Management*) trata da otimização do uso dos recursos empregados, no ciclo de vida dos processos produtivos, possibilitando a economia pela eliminação dos gargalos, do retrabalho e dos pontos que não agregam valor para o cliente (a sociedade), além da racionalização do uso dos insumos.

Cada órgão público da administração direta ou indireta pode ser visualizado como um prestador de serviços públicos, direcionados à sociedade, ou a outros órgãos públicos. Nesse sentido, cada “produto” entregue à sociedade corresponde a um processo finalístico do órgão em análise. Para viabilizar a atividade finalística, existem também os processos de apoio e os de gerenciamento, todos passíveis de melhorias contínuas no que diz respeito à sua qualidade.

A pretensão de utilizar racionalmente os recursos naturais, além dos recursos humanos, financeiros e do tempo, encontra amparo nas metodologias voltadas à gestão por processos, que preconizam que os processos finalísticos sejam mapeados em sua cadeia de valor, a fim de estabelecer os passos necessários à execução de cada serviço prestado ao cliente (a sociedade).

A partir do mapeamento dos processos, é possível estabelecer se existem desperdícios, como gargalos (desperdício de tempo), retrabalho (desperdício de recursos humanos), uso indevido de recursos naturais, pontos que não agregam valor ao serviço (por não serem valorizados pelo cliente ou não atenderem às suas expectativas). Essa é a condição fundamental para o futuro redesenho dos processos, atividade que visa eliminar os desperdícios.

Fontes:

A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública

<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>

Sistema ResSoA

<http://ressoa.mma.gov.br/ressoa/visao/publico/login.html?0>

PMI. Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBoK®) – Quinta edição.

<https://brasil.pmi.org/brazil/PMBOKGuideAndStandards.aspx>

ABPMP. Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio – Corpo Comum de Conhecimento – ABPMP BPM CBOK v3.0.

http://c.ymcdn.com/sites/www.abpmp.org/resource/resmgr/Docs/ABPMP_CBOK_Guide_Portuguese.pdf

PERGUNTA 06

6. A prefeitura possui ou participa de algum programa ou ação que promovam a melhoria contínua da qualidade ambiental no município?

- Sim
- Não

6.1. Qual? _____

6.2. Descreva sucintamente: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “Sim”, as perguntas condicionais 6.1 e 6.2 serão habilitadas. Informe, então, o nome do programa ou ação de melhoria (6.1) e descreva-os no campo texto a seguir (6.2). No caso de participação em algum programa federal ou estadual, descreva sucintamente como ele está sendo implantado no município, bem como a data a partir da qual ocorreu a adesão.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante comprovação da publicação do convênio o qual o município tenha aderido ao Programa de Descentralização do Licenciamento do órgão ambiental (INEA), já que o licenciamento é o instrumento previsto na Política Nacional de Meio Ambiente, apto a garantir a qualidade ambiental.

Para os municípios que não se encontram habilitados ao licenciamento ambiental, a participação em programas federais ou estaduais pode ser comprovada alternativamente mediante a apresentação dos termos de adesão, credenciamento, de convênio ou acordos de cooperação técnicos celebrados entre o município e o ente federativo (Estado ou União). O objeto destes instrumentos deve ser a promoção da melhoria da qualidade ambiental.

Caso a Prefeitura possua um programa próprio de promoção da qualidade ambiental, a evidência também pode ser constituída mediante a apresentação da cópia da publicação do Plano Plurianual (PPA) em vigor, se nele estiver demonstrada a presença do referido programa. Nesse caso, a evidência pode ser complementada com a cópia da publicação dos normativos que instituem o referido programa no âmbito da administração municipal, se houver.

Observações:

Qualidade ambiental pode ser definida como “a expressão das condições e dos requisitos básicos que um ecossistema detém, de natureza física, química, biológica, social, econômica, tecnológica e política, resultantes da dinâmica dos mecanismos de adaptação e dos mecanismos de auto-superação dos ecossistemas” (Manual do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais – PNC, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente)

A **Lei Federal nº 6.938/81**, que instituiu a Política Nacional de Meio

Ambiente (PNMA), nos incisos I e II do artigo 3º, define expressamente a degradação da qualidade ambiental como toda alteração adversa das características do meio ambiente, considerado como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

A PNMA estabelece ainda que os órgãos ou entidades municipais, são os responsáveis pelo controle e fiscalização de atividades que possam comprometer a qualidade ambiental, nas suas respectivas jurisdições (art. 6º, VI).

Fontes:

Lei Federal nº 6.938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm

Decreto Federal nº 99.274/90 – Regulamenta a Lei Federal nº 6.938/81

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99274.htm

Decreto Federal nº 3.942/01 – Dá nova redação ao Decreto Federal nº 99.274/90

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3942.htm

PERGUNTA 07

7. A prefeitura possui alguma estrutura organizacional para tratar de assuntos ligados ao Meio Ambiente Municipal?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do **organograma** contendo a estrutura dos órgãos municipais, bem como os **normativos** que dispõem sobre a criação e organização dos órgãos da administração direta ou indireta cuja competência finalística se vincula à proteção do meio ambiente, tais como, por exemplo, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Nesse caso, guarde a cópia dos documentos ou da publicação das leis municipais que tratam sobre o assunto, digitalizados em PDF.

Observações:

A **Lei Complementar nº 140/11** fixou normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. O inciso VII do artigo 9º deste diploma legal estabelece como ação administrativa do Município a organização e a manutenção do **Sistema Municipal de Informações sobre Meio Ambiente - SISMUMA**.

O SISMUMA é estrutura integrante do Sistema Nacional e Estadual de Meio Ambiente, SISNAMA e SISEMA, e se constitui no conjunto de órgãos e entidades do Município responsáveis pela preservação, conservação, proteção, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente e uso adequado dos recursos ambientais no Município. Este sistema tem papel estratégico na governança para a sustentabilidade municipal, entendida como processo de articulação e negociação que potencializa a integração do componente ambiental no processo de tomada de decisão local e, consequentemente, no processo de desenvolvimento local.

A existência de **Conselho Municipal de Meio Ambiente** atende ao enunciado no artigo 225 da CF/88 que estabelece como direito comum a todos o usufruto de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, atribuindo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as gerações atuais e futuras. Trata-se de espaço de debates e construção de conhecimento sobre o meio ambiente local, sendo o canal adequado para administrar conflitos, propor acordos e construir uma proposta de gestão que esteja em acordo com os interesses econômicos, sociais e ambientais locais. Tem por função opinar e assessorar o poder executivo municipal – a Prefeitura, suas secretarias e o órgão ambiental municipal – nas questões

relativas ao meio ambiente.

Fontes:

Lei Complementar nº 140/11

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp140.htm

PERGUNTA 08

8. A prefeitura participou de treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais ou ações de contingência ou similares (privilegiando a participação de membros da Guarda Municipal, Defesa Civil, Tiro de Guerra, brigadistas de indústrias, usinas e empresas etc, inclusive para os municípios que possuem Unidades de Corpo de Bombeiros)?

- *Sim, integralmente*
- *Sim, na maior parte*
- *Sim, na menor parte*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Considere a opção “*Sim, integralmente*” caso o percentual de servidores treinados até o ano avaliado tenha sido de 100%. Considere que a maior parte possui, se esse percentual tiver sido superior a 50%. Considere que a menor parte possui, se o percentual tiver sido igual ou inferior a 50%, porém acima de 0%. Considere a resposta como “*Não*” se o percentual foi de 0% dos servidores.

No cálculo do percentual, leve em conta apenas a participação de servidores responsáveis pelas áreas de contenção e resposta aos desastres naturais, tais como os membros da Guarda Municipal, da Defesa Civil, do Tiro de Guerra, e outros mencionados na pergunta.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída a partir dos registros de participação nos cursos oferecidos pela **Escola de Defesa Civil (EsDEC)**, vinculada à Secretaria de Estado de Defesa Civil (SEDEC), tais como: certificados, diplomas, listas de participação ou de presença, entre outros meios de comprovação.

Consulte a página da EsDEC para conhecer a **lista de cursos** disponíveis, bem como as **instruções reguladoras** da participação nestes cursos.

Fontes:

Escola de Defesa Civil (EsDEC) – Conheça os cursos

http://esdec.defesacivil.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=113&Itemid=90

PERGUNTA 09

9. O município possui seu Plano Municipal de Saneamento Básico?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 10 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Em caso de resposta afirmativa, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação da cópia da publicação da lei municipal e demais normativos que instituem o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), com o inteiro teor (ou seja, incluindo o teor do plano propriamente dito). Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF. Observe que, conforme disposto no art. 61, do Decreto Federal nº 7.217, de 21.06.10, o PMSB deve estar também disponível na Internet para acesso público.

Esta evidência será a mesma a ser utilizada para comprovar a resposta dada na pergunta 10.

Se a Prefeitura optou pela solução consorciada, a evidência poderá ser constituída a partir da cópia digitalizada da publicação do plano de saneamento básico desenvolvido conjuntamente pelos municípios participantes do consórcio.

Observações:

Com o advento da **Lei Federal nº 11.445/07**, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico, e que foi posteriormente regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.217, de 21.06.10, todos os municípios passaram a ter a obrigação de elaborar o **Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)**, como condição para a alocação dos recursos públicos federais para projetos de saneamento (art. 9º, inciso I da Lei Federal nº 11.445/07 c/c art. 55 do Decreto nº 7.217/10).

No art. 3º da Lei Federal nº 11.445/07, o saneamento básico foi definido como um conjunto de conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais relativos aos processos de (grifos nossos):

“Art. 3º

[...]

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;”

Além disso, o art. 61 e o art. 65, §1º da referida legislação dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação do PMSB na Internet, bem como a sua utilização como instrumento de planejamento e gestão participativa (grifos nossos):

*“Art. 61. A proposta de plano ou de sua revisão, bem como os estudos que a fundamentam, **deverão ser integralmente publicados na internet**, além de divulgados por meio da realização de audiências públicas e de consulta pública.*

*Parágrafo único. A realização das **audiências públicas e da consulta pública** será disciplinada por instrução do Ministro de Estado das Cidades.*

[...]

Art. 65

[...]

§ 1º Os planos regionais de saneamento básico, no que couber, atenderão ao mesmo procedimento previsto para o PNSB, disciplinado neste Decreto.”

Finalmente, o PMSB deverá ser submetido à apreciação da Câmara Municipal, conforme se depreende do texto do art. 65, §2º do Decreto Federal nº 7.217/10.

Fontes:

Lei Federal nº 11.445/07 – Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm

Decreto Federal nº 7.217/10 – Regulamenta a Lei 11.445/07

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7217.htm

PERGUNTA 10

10. Informe os instrumentos normativos que tratam do Plano Municipal de Saneamento Básico:

Lei(s) _____

Decreto(s) _____

Outros. Quais? _____

Como responder:

Essa pergunta está condicionada à resposta afirmativa dada na pergunta 9.

Informe quais os normativos que tratem do Plano Municipal de Saneamento Básico. Ao menos uma das respostas deverá ser preenchida.

Para o campo “*Lei(s)*”, utilize preferencialmente o formato “*Lei municipal nº nnnn/aa*”. Para o campo “*Decreto(s)*”, utilize preferencialmente o formato “*Decreto municipal nº nnnn/aa*”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência a ser utilizada na pergunta 10 é a mesma que comprova a resposta afirmativa (“*Sim*”) na pergunta 9.

PERGUNTA 11

11. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de fornecimento de água tratada?

- Não possui registro
- Percentual % (0-100): _____

Como responder:

Preencha a informação com o percentual na faixa de valores de 0 a 100. Caso não possua registro da informação, deixe o respectivo campo em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero à resposta. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A informação solicitada na pergunta corresponde ao indicador **IN055 - Índice de atendimento total de água** do SNIS (Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento), que é calculado da seguinte forma:

IN055 = (AG001 / POP_TOT) * 100, onde:

- **AG001** é a população total atendida com abastecimento de água.
- **POP_TOT** é população total do município do ano de referência (Fonte: IBGE).

Observações:

O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, vinculado ao Ministério das Cidades, reúne informações e indicadores sobre a prestação dos serviços de água, esgotos e manejo de resíduos sólidos provenientes dos prestadores que operam no Brasil. O Sistema organiza-se em dois módulos, sendo um sobre os serviços de água e esgotos (AE) e outro sobre os serviços de manejo de resíduos sólidos (RS).

Para a composição da base de dados do módulo AE, as informações **serão fornecidas pelas instituições responsáveis pela prestação dos serviços de água e esgotos**, tais como companhias estaduais, autarquias ou empresas municipais, departamentos municipais e empresas privadas. A periodicidade para a atualização das informações é **anual**, para ambos os componentes (AE e RS).

Observe que para a coleta de dados do SNIS – Água e Esgotos, referente ao **ano de referência** (também objeto da pergunta), encontra-se em aberto, possuindo **prazo final para envio assinalado para 09.07.2018.**

Fontes:

Coleta de Dados SNIS – Água e Esgotos

<http://www.snis.gov.br/coleta-de-dados-snis-agua-e-esgotos>

PERGUNTA 12

12. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de coleta de esgotamento sanitário?

- Não possui registro
- Percentual % (0-100): _____

Como responder:

Preencha a informação com o percentual na faixa de valores de 0 a 100. Caso não possua registro da informação, deixe o respectivo campo em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero à resposta. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A informação solicitada na pergunta corresponde ao indicador **IN056 - Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios atendidos com água** do SNIS (Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento), que é calculado da seguinte forma:

IN056 = (ES001 / POP_TOT) * 100, onde:

- **ES001** é a população total atendida com esgotamento sanitário
- **POP_TOT** é população total do município do ano de referência (Fonte: IBGE).

Observações:

Vide as observações relativas à pergunta 11.

Observe que para a coleta de dados do SNIS – Água e Esgotos, referente ao **ano de referência** (também objeto da pergunta), encontra-se em aberto, possuindo **prazo final para envio assinalado para 09.07.2018.**

Fontes:

Coleta de Dados SNIS – Água e Esgotos

<http://www.snis.gov.br/coleta-de-dados-snis-agua-e-esgotos>

PERGUNTA 13

13. Qual o percentual de tratamento do esgotamento sanitário?

- Não possui registro
- Percentual % (0-100): _____

Como responder:

Preencha a informação com o percentual na faixa de valores de 0 a 100. Caso não possua registro da informação, deixe o respectivo campo em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero à resposta. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A informação solicitada na pergunta corresponde ao indicador **IN046 - Índice de esgoto tratado referido à água consumida** do SNIS (Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento), que é calculado da seguinte forma:

IN046 = ((ES006 + ES015) / (AG010 - AG019)) * 100, onde:

- **AG010:** Volume de água consumido
- **AG019:** Volume de água tratada exportado
- **ES006:** Volume de esgotos tratado
- **ES015:** Volume de esgoto bruto exportado tratado nas instalações do importador

Observações:

Vide as observações relativas à pergunta 11.

Observe que para a coleta de dados do SNIS – Água e Esgotos, referente ao **ano de referência** (também objeto da pergunta), encontra-se em aberto, possuindo **prazo final para envio assinalado para 09.07.2018.**

Fontes:

Coleta de Dados SNIS – Água e Esgotos

<http://www.snis.gov.br/coleta-de-dados-snis-agua-e-esgotos>

PERGUNTA 14

14. *Existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem?*

- *Sim*
- *Não*

14.1. *Descreva quais as ações e medidas:* _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 14.1 será habilitada. Descreva então as ações e medidas de contingenciamento.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do plano municipal de contingenciamento ou de segurança hídrica para períodos de estiagem. Guarde cópia do documento em PDF.

Observações:

Em períodos de estiagem, as ações e medidas tomadas para evitar o desabastecimento devem levar em conta que a água é um bem público, escasso e dotado de valor econômico, e que sua utilização deve ser guiada pelos princípios da prioridade ao abastecimento humano, da dessedentação de animais, da gestão democrática, transparente, pública e descentralizada, do desenvolvimento sustentável e do uso racional, entre outros consubstanciados na **Lei Federal nº 9.433/97**, que institui a **Política Nacional de Recursos Hídricos** (também conhecida como “Lei das Águas”).

Os planos de contingenciamento devem estabelecer níveis de alerta hídrico ou de contingência, possibilitando discernir entre os diversos graus de severidade encontrados. Esses níveis de criticidade levam em conta a probabilidade de se atingir uma situação adversa no curto, médio ou longo prazo, bem como a avaliação do impacto sobre o desabastecimento. Para tanto, é fundamental o monitoramento dos mananciais hídricos e o volume dos reservatórios. Cabe ressaltar que grande parte dos municípios do Estado do RJ é abastecida pelo Rio Paraíba do Sul.

Entre as medidas e ações mais comuns para equilibrar a oferta e a demanda, que encontramos em planos de contingenciamento, podemos citar as seguintes:

- a) Abertura e exploração de poços artesianos, para aumento da oferta (requer licenciamento ambiental ou outorga);
- b) Substituição das técnicas tradicionais de irrigação, que desperdiçam aproximadamente de 60% da água utilizada, pela técnica do gotejamento;
- c) Aplicação de multas para evitar o desperdício de água;
- d) Captação da água da chuva para reutilização;
- e) Construção de cisternas e reservatórios;
- f) Sensibilização da população para o consumo consciente visando ao controle da demanda;
- g) Vigilância dos sistemas de abastecimento para identificação de

irregularidades (fraudes) ou problemas na distribuição (vazamentos, por exemplo). Vistoria periódica e manutenção na rede de distribuição;

- h) Racionamento, redução dos períodos de abastecimento ou rodízio;
- i) Distribuição de água por unidades móveis (carros-pipa).

Fontes:

Lei Federal nº 9.433/97 – Política Nacional de Recursos Hídricos

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm

TRIGUEIRO, André. Mundo Sustentável. Abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. Editora Globo. 2005

PERGUNTA 15

15. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a Rede Municipal de Ensino?

- *Sim*
- *Não*

15.1. Descreva quais as ações e medidas: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 15.1 será habilitada. Descreva então as ações e medidas de contingenciamento.

Como evidenciar ou coletar as informações:

De forma similar à pergunta anterior, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação do plano municipal de contingenciamento no qual estejam previstas as ações destinadas a garantir o abastecimento da Rede Municipal de Ensino com água potável.

Estas medidas encontram-se divididas em dois grupos principais: a do controle da demanda e a do aumento da oferta. O grupo do controle da demanda tem por objetivo reduzir o consumo, de forma consciente, através de instrumentos de educação ambiental, pela utilização de novas tecnologias ou pela otimização e racionalização do uso dos recursos hídricos.

Já o grupo de ações e medidas visando o aumento da oferta, tem por objetivo mitigar os efeitos do desabastecimento através da substituição dos mecanismos de fornecimento de água potável, por alternativas. Guarde cópia dos documentos em PDF.

PERGUNTA 16

16. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a rede municipal da Atenção Básica da Saúde?

- *Sim*
- *Não*

16.1. Descreva quais as ações e medidas: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 16.1 será habilitada. Descreva então as ações e medidas de contingenciamento.

Como evidenciar ou coletar as informações:

De forma similar à pergunta anterior, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação do plano municipal de contingenciamento no qual estejam previstas as ações destinadas a garantir o abastecimento da Atenção Básica da Saúde com água potável.

PERGUNTA 17

17. Há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez?

- *Sim*
- *Não*

17.1. Descreva o plano: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 17.1 será habilitada. Descreva então o plano emergencial com as respectivas ações.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Essa pergunta complementa as anteriores definindo as ações a serem executadas em caso de emergência ou maior nível de criticidade. As evidências utilizadas para comprovar as perguntas anteriores, possivelmente podem ser utilizadas para comprovar a resposta nessa pergunta também.

Observe que todos os planos de contingenciamento podem estar sintetizados em um só documento apenas, que trate todas as situações de contingenciamento ou emergência.

PERGUNTA 18

18. O município participa do INEA - Programa de Sustentabilidade em Instituições e Municípios (SIM)?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Caso a hipótese seja afirmativa, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação do documento formal da Agenda 21 do Município ou do instrumento utilizado para aderir ao Programa A3P (termo de convênio, de adesão ou de cooperação técnica), conforme abordado na pergunta 5.

Observações:

O Programa Sustentabilidade em Instituições e Municípios – SIM foi instituído pelo INEA, com o objetivo principal de contribuir para o alcance de resultados efetivos e de cunho progressivo para as políticas ambientais e de sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro ao fortalecer ferramentas de planejamento participativo - como a Agenda 21 Local e a A3P - e ao realizar campanhas de incentivo ao consumo sustentável em instituições e municípios do estado.

A Agenda 21 local é um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. É construída em seis etapas: mobilização e sensibilização do governo e sociedade; criação de um Fórum de Agenda 21 Local; elaboração de diagnóstico participativo; e elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de um plano local de desenvolvimento sustentável.

O Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazo. No Fórum são também definidos os meios de implementação e as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações.

O Ministério do Meio Ambiente – MMA fornece suporte, tendo criado o Sistema Agenda 21 – um banco de dados de gestão descentralizada que permite o compartilhamento de informações, inclusive sobre experiências de Agenda 21 Local no Brasil. O MMA apoia os processos de Agenda 21 Local e conta com a parceria da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, cujo objetivo geral é fortalecer a implementação das agendas locais mediante o intercâmbio de informações e o estímulo à construção de novos processos, por intermédio do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), o MMA apoia, desde 2001, a execução de 93 projetos de construção de Agenda 21 Local, abrangendo 167 municípios brasileiros.

O órgão ambiental no Estado, INEA, incentiva a criação de novas

agendas locais e promove ações de fortalecimento às Agendas 21 municipais já existentes no Estado do Rio de Janeiro.

Fontes:

Portal INEA

http://200.20.53.3:8081/Portal/MegaDropDown/Institucional/GestaoParticipativa/Agenda21/PROJ_FORUNS_AGENDA21&lang=

Portal MMA

<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>

Passo a passo da Agenda 21

<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local/item/723>

PERGUNTA 19

19. O município está habilitado junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (CONEMA) para licenciar os empreendimentos de impacto local?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação de cópia da publicação do extrato do termo de convênio, complementada pela cópia digitalizada do documento assinado pelas partes (com inteiro teor). Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Observações:

O art. 60 da **Lei Federal nº 9.605/98**, que dispõe sobre a aplicação de sanções penais e administrativas lesivas ao meio ambiente, estabelece a obrigatoriedade do licenciamento ambiental das atividades degradadoras da qualidade ambiental, contendo, inclusive, as penalidades a serem aplicadas ao infrator.

Através do licenciamento ambiental são estabelecidos parâmetros e mecanismos de controle ambiental que tem como finalidade promover o controle prévio à construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental e comprometer a qualidade ambiental.

Trata-se de um instrumento importante da **Política Nacional de Meio Ambiente**, como previsto no inciso IV, art. 9º da Lei Federal nº 6.938/81. No Estado do Rio de Janeiro, foram editados o **Decreto-Lei Estadual nº 134/75**, que tornou obrigatória a prévia autorização para operação ou funcionamento de instalação ou atividades real ou potencialmente poluidoras e o **Decreto Estadual nº 1633/77**, que instituiu o **Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras**, prevendo os três tipos de licenças ordinárias da legislação ambiental atual: a Licença Prévia, a Licença de Instalação e a Licença de Operação.

Posteriormente foram editados os **Decretos Estaduais nº 42.050/09**, e nº **42.440/10**, que instituíram o Programa de Descentralização do Licenciamento Ambiental com o objetivo de promover a estruturação e a qualificação dos municípios para realizarem o licenciamento e a fiscalização ambiental de atividades de impacto local e de baixo e médio potencial poluidor.

Esta iniciativa fortalece o **Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA** em nível estadual e garante receita para que os municípios possam aplicá-la na melhoria da gestão ambiental pública.

Para tal, o município precisa ter um **Conselho de Meio Ambiente**

constituído, e órgão ambiental capacitado, definido pela **Resolução CONEMA nº 42/12** do Conselho Estadual de Meio Ambiente, como *“aquele que possui técnicos próprios, à disposição ou em consórcio, devidamente habilitados e em número compatível com a demanda das ações administrativas de licenciamento e fiscalização ambiental de competência do ente federativo”*.

Também é fundamental que o município possua Plano Diretor e/ou Lei de Diretrizes Urbanas, uma legislação própria disciplinando os procedimentos de licenciamento ambiental e de fiscalização e um Fundo Municipal de Meio Ambiente.

O Anexo I da Resolução elenca os grupos de empreendimentos e atividades poluidores ou utilizadores de recursos ambientais sujeitos ao licenciamento ambiental.

Grupo	Descrição da Atividade
Agropecuária	Agricultura, aquicultura, criação de animais e extrativismo.
Não industrial	Agrotóxicos, cemitérios, energia e telecomunicações, estruturas de apoio a embarcações, extração mineral artesanal, obras e construções, hospitais, laboratórios e lavanderias.
Industrial	Indústrias de transformação e serviços de natureza industrial, petróleo, gás e álcool carburante, saneamento: processamento e disposição de resíduos sólidos urbanos, sistemas de abastecimento de água, sistema de drenagem pluvial, sistema de esgoto sanitário, serviços: abastecimento de veículos e máquinas, estocagem, tratamento e disposição de resíduos, transporte: rodoviário, ferroviário e hidroviário

Segundo a **Resolução CONEMA nº 42/12**, o Portal do Licenciamento, disponível na página do INEA, ficou definido como instrumento integrante do Sistema Estadual de Informações sobre Meio Ambiente, com o objetivo de acesso à informação sobre as estruturas municipais de governança ambiental e de direcionamento ao órgão ambiental originariamente competente para as ações administrativas do licenciamento ambiental no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

O Portal de Licenciamento visa a agilizar a relação entre o órgão ambiental licenciador e os empreendedores. Nele, você poderá, entre outros: *Saber qual é o instrumento de licenciamento que se aplica ao seu caso; Encontrar a documentação necessária para dar entrada no processo de licenciamento, nos casos de licenciamento junto ao INEA (ver Onde e como licenciar); etc*

A **Resolução CONEMA nº 42/12** estabelece ainda que caberá aos municípios encaminhar ao INEA e ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, dados e informações sobre a composição de sua estrutura de governança ambiental e procedimentos de licenciamento, para fins de operacionalização e atualização do Portal do Licenciamento.

Fontes:

Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONEMA

<http://www.rj.gov.br/web/quest/exibeConteudo?article-id=287660>

<http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeConteudo?article-id=163845>

Lei Federal nº 9.605/98

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm

Lei Federal nº 6.938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm

Portal do Licenciamento Ambiental – INEA

<http://200.20.53.7/Ineaportal/Conteudo.aspx?ID=04D67426-5787-4FBE-B7BA-ACAFB12E75AF>

Decreto-Lei Estadual nº 134/75

<http://alerj.in1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/83b1e%2011a446ce7f7032569ba0082511c/20e029cb4455f7dc03256b6d00638572?OpenDocument>

PERGUNTA 20

20. Por que motivo a prefeitura municipal ainda não possui Plano de Resíduos da Construção Civil implantado?

- Plano enviado para aprovação legislativa
- Plano em fase de elaboração

Como responder:

Essa pergunta está condicionada à resposta “*Parcialmente*” dada na pergunta 3 que trata do Plano de Resíduos da Construção Civil. Escolha a opção que melhor se adaptar concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Para maiores informações acerca do arcabouço legal que dispõe sobre a obrigatoriedade da elaboração do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, consulte a pergunta 3, e em especial, a Resolução CONAMA nº 307/02, com texto compilado disponível no *site* do Ministério do Meio Ambiente.

No caso da primeira opção de resposta, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação da cópia digitalizada (em PDF) do ofício de encaminhamento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, à Câmara Municipal, bem como o próprio Plano (também digitalizado em PDF).

A segunda opção de resposta pode ser evidenciada mediante a apresentação das atas de audiências públicas já realizadas, digitalizadas em PDF.

Caso não haja meios para se constituir as evidências necessárias, é preferível retornar à pergunta 3 e revisar a resposta, de “*Parcialmente*” para “*Não*”. Recomenda-se, neste caso, também consultar a legislação de suporte, quanto aos prazos legais obrigatórios que deveriam ter sido cumpridos.

Fontes:

Resolução CONAMA nº 307/02

<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=307>

PERGUNTA 21

21. A prefeitura participa de alguma instância de planejamento e gestão regional (tais como comitê de bacia, conselho regional/metropolitano, conselho gestor de APA - Área de Proteção Ambiental), que promova a melhoria contínua da gestão ambiental municipal e da região em que está inserida?

- Sim
- Não

21.1. Descreva quais as ações e medidas: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 21.1 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH):

No tocante aos comitês de bacia hidrográfica (CBHs), acesse o [site http://www.cbh.gov.br/DataGrid/GridRio.aspx](http://www.cbh.gov.br/DataGrid/GridRio.aspx), para a lista dos nove comitês disponíveis para o Estado do RJ, a saber:

- RJ1 - CBH do Rio Guandu,
- RJ2 - CBH Lagos São João
- RJ3 - CBH dos Rios Macaé e das Ostras
- RJ4 - CBH do Rio Piabanha
- RJ5 - CBH da Baía de Guanabara
- RJ6 - CBH Rio Dois Rios
- RJ7 - CBH Médio Paraíba do Sul
- RJ8 - CBH Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana
- RJ9 - CBH da Baía da Ilha Grande

Quanto a este item da resposta, a evidência pode ser constituída, acessando-se o respectivo portal do CBH ao qual o município esteja vinculado, e procurando-se a página “Composição” ou similar. Normalmente, essa página demonstra os municípios que fazem parte do comitê.

A segunda forma de se evidenciar (e a mais robusta) é mediante a apresentação da proposta de instituição do Comitê de Bacia Hidrográfica encaminhado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos em conformidade com a **Resolução nº 005 CNRH, de 10.04.2000**, e subscrita pelos prefeitos municipais cujos municípios tenham território na bacia hidrográfica no percentual de pelo menos 40% do território (Art. 9º, inciso II).

Conselho Regional ou Metropolitano:

O surgimento das regiões metropolitanas é um fenômeno derivado da unificação da malha urbana entre um ou mais municípios (conurbação). Esse fenômeno traz implicações de ordem política em virtude da necessidade de se desenvolver esforços comuns na solução dos problemas que afetam os municípios, porém ressaltando-se a autonomia de cada ente federativo municipal individual. No sistema federativo brasileiro, esse ente virtual e intermediário, que agrupa diversos municípios, tem sua previsão legal no art. 25 da Constituição Federal, sendo de competência do Estado do RJ, definir, por intermédio de Leis Complementares as suas próprias regiões metropolitanas.

A participação nos Conselhos Deliberativos de cada região metropolitana pode ser comprovada mediante a cópia da publicação da Lei Complementar que a institui, se a participação do município em questão estiver claramente evidenciada no texto legal.

Conselho Gestor de Área de Proteção Ambiental (APA):

No tocante aos Conselhos Gestores de APAs, a **Lei Federal nº 9.985/00**, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. A previsão da existência desses conselhos gestores é uma exigência legal, conforme dispõe o art. 15, §5º:

“§ 5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.”

O regulamento citado no §5º do art. 15 é o Decreto Federal nº 4.340/02. No que diz respeito à formação do Conselho, a representação dos órgãos públicos é regida pelo art. 17, §1º do referido Decreto.

Dessa forma, a evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação dos normativos legais que regulamentam a criação de cada área de proteção ambiental (APA), pois estes normalmente definem a estrutura do seu respectivo conselho gestor.

Fontes:

Comitês de Bacias Hidrográficas do RJ

<http://www.cbh.gov.br/DataGrid/GridRio.aspx>

Resolução nº 005 CNRH, de 10.04.00

http://www.cbh.gov.br/legislacao/20000410_CNRHRes005_DiretrizesCBH.pdf

INEA. Mapa das Unidades de Conservação da Natureza no Estado do Rio de Janeiro

<http://www.clicambiente.eco.br/wp-content/uploads/2015/07/mapa-das-unidades-de-conservacao-do-estado-do-rio-de-janeiro-2015.pdf>

Lei Federal nº 9.985/00

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm

Decreto Federal nº 4.340/02, de 22.08.02

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm

PERGUNTA 01

1. O município possui a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil estruturada (Lei Federal nº 12.608/12)?

- *Sim*
- *Está em fase de estruturação*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

A resposta poderá ser afirmativa (“*Sim*”) se houve a criação de pessoa jurídica de direito público e/ou reorganização da estrutura administrativa com publicação na Imprensa oficial, visando atender às demandas decorrentes das atividades de defesa civil no âmbito do município.

Obs.: Sugere-se a consulta à Apostila sobre Implantação e Operacionalização da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC do Ministério da Integração Nacional, disponível na Internet em: http://www.defesacivil.sc.gov.br/index.php/banco-de-precos/doc_view/28-apostila-comdec.html.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação da legislação de criação da COMDEC na imprensa oficial (digitalizado em PDF).

PERGUNTA 02

2. A prefeitura municipal possui local físico com sala e telefone para atendimento de ocorrências de Proteção e Defesa Civil?

- *Sim*
- *Não*

2.1. Qual número de telefone: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “*Sim*”, a pergunta condicional 2.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com o DDD e o número do telefone, utilizando-se os formatos indicados na observação (devem ser digitados os parêntesis e o traço).

Para que a resposta seja “*Sim*”, é preciso que a Prefeitura disponha de uma sala para atendimento às ocorrências, com telefone, mas não é necessário que a sala seja em imóvel próprio.

Ressalte-se, porém, que as relações contratuais de propriedade dos espaços interferem na forma como o órgão atua e planeja suas ações, além de influenciar no orçamento.

Também deve ser possível atestar que a estrutura comporta bem as equipes e os recursos materiais necessários à prestação do serviço.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a demonstração da relação contratual (se o imóvel é próprio, alugado, cedido por órgão público ou cedido por órgão privado). Fotografias e demais documentos podem comprovar se a estrutura comporta bem as equipes e os recursos materiais.

PERGUNTA 03

3. O município utiliza alguma forma de registro eletrônico para cadastramento de ocorrência de Proteção e Defesa Civil?

- Sim
- Não

3.1. Qual a forma de registro? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a Prefeitura disponha de registro eletrônico para cadastro de ocorrências (resposta “Sim”), a pergunta condicional 3.1 será habilitada. Nesse caso, descreva o tipo de registro no campo texto.

A resposta pode ser afirmativa se a Prefeitura utilizar aplicativos ou planilhas eletrônicas que registrem os eventos. A partir de um registro histórico, podem ser feitas análises mais acuradas das principais ameaças, gerando medidas mais eficientes na redução de riscos.

Registros georreferenciados proporcionam informações de maior qualidade, permitindo um melhor planejamento em defesa civil, permitindo inclusive a atualização dos mapas de risco do município.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação dos relatórios de aplicativos ou planilhas eletrônicas nas quais os eventos estejam registrados. Os registros eletrônicos utilizados devem ter a estruturação conforme o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil. Também deve ser informado desde quando tais eventos tem sido registrados.

Obs.: Se a Prefeitura não possui nenhum tipo de registro eletrônico, sugere-se que a mesma realize seu credenciamento junto ao **Sistema Integrado de Informações sobre Desastres** (<https://s2id.mi.gov.br/>), do Ministério da Integração Nacional. Para tanto, é preciso enviar um ofício da Prefeitura Municipal solicitando o acesso. O modelo de ofício encontra-se disponível através da opção “Não possui cadastro” → “Modelo de Ofício”.

Fonte: https://s2id.mi.gov.br/paginas/login/novo_cadastro.xhtml

PERGUNTA 04

4. O município possui algum tipo de levantamento para identificação de risco para intervenções do Poder Público?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. A resposta pode ser afirmativa caso haja o mapeamento e este utilize, no mínimo, alguma tecnologia de georreferenciamento.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante mapas ou cartas de riscos, com fotografias e mapeamento esquematizado das regiões, caso não sejam adotados os modelos das Cartas de Risco do Departamento de Recursos Minerais (DRM-RJ) ou das Cartas de Suscetibilidade da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

Obs.: Caso não haja nenhum tipo de levantamento, consulte as informações sobre as Cartas de Risco a Escorregamento em Encostas, do Departamento de Recursos Minerais (DRM-RJ) ou sobre as Cartas de Suscetibilidade do CPRM (empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia), para maiores informações sobre como proceder.

PERGUNTA 05

5. O município possui Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil?

- *Sim*
- *Está em fase de formalização de seu plano*
- *Não*

Como responder:

O Plano de Contingência é o documento que registra o planejamento elaborado a partir do estudo de um ou mais cenários de risco de desastre e estabelece os procedimentos para ações de alerta e alarme, resposta ao evento adverso, socorro e auxílio às pessoas, reabilitação dos cenários e redução dos danos e prejuízos, tendo sua obrigatoriedade fundamentada na **Lei Federal nº 12.608/12** e no Manual de Planejamento em Defesa Civil, Vol. II, pág. 139.

A principal justificativa para a elaboração de um Plano de Contingência é a de facilitar as atividades de preparação e otimização das atividades de resposta. Ele é uma ferramenta de grande importância para a ativação do sistema de defesa civil e para a adequada utilização dos recursos em caso de desastres.

Ele deve estar em conformidade mínima com o **Mapa de Ameaças Naturais do Estado do Rio de Janeiro** e de acordo com a legislação federal vigente. O Mapa de Ameaças Naturais é um instrumento desenvolvido em parceria com as defesas civis municipais, utilizando os dados fornecidos sobre prevalência de desastres em seus respectivos Municípios.

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil propõe um modelo para confecção do plano de contingência e o art. 2º da **Lei Federal nº 12.983/14** estabelece alguns elementos a serem considerados neste plano.

Os planos são colocados em prática através de simulados periódicos, que representam um mecanismo de suma importância para que tanto o poder público, quanto a população, possam saber como agir durante um desastre real. São ótimas ferramentas para aperfeiçoamento dos processos e aproximam a defesa civil das comunidades.

Idealmente, os simulados devem envolver todos os atores que compõem a matriz de responsabilidades, para criar integração entre os órgãos.

Como os desastres não respeitam limites geográficos é importante que os municípios limítrofes e o Estado estejam afinados entre seus planos de contingência e que possam avaliá-los de forma conjunta. Daí a importância dos simulados.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do Plano de Contingência, que deve conter os seguintes elementos, em conformidade com a legislação federal:

- I - indicação das responsabilidades de cada órgão na gestão de desastres, especialmente quanto às ações de preparação, resposta e recuperação;*
- II - definição dos sistemas de alerta a desastres, em articulação com o*

sistema de monitoramento, com especial atenção dos radioamadores;

III - organização dos exercícios simulados, a serem realizados com a participação da população;

IV - organização do sistema de atendimento emergencial à população, incluindo-se a localização das rotas de deslocamento e dos pontos seguros no momento do desastre, bem como dos pontos de abrigo após a ocorrência de desastre;

V - definição das ações de atendimento médico-hospitalar e psicológico aos atingidos por desastre;

VI - cadastramento das equipes técnicas e de voluntários para atuarem em circunstâncias de desastres;

VII - localização dos centros de recebimento e organização da estratégia de distribuição de doações e suprimentos.

O Plano de Contingência deve estar assinado pelas autoridades responsáveis. Guarde cópia do documento assinado, digitalizada em PDF.

PERGUNTA 06

6. O município capacita seus agentes para ações municipais de Proteção e Defesa Civil?

- *Sim, na integralidade de seus agentes*
- *Sim, a maior parte de seus agentes*
- *Sim, a menor parte de seus agentes*
- *Não*

6.1. Descreva a forma sucintamente: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Considere os seguintes percentuais: integralidade (100% dos agentes são regularmente capacitados); maior parte ($\geq 50\%$ dos agentes são regularmente capacitados); menor parte ($<50\%$ dos agentes são regularmente capacitados); “Não” (não tem plano de capacitação).

Caso a resposta seja diferente de “Não”, a pergunta condicional 6.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com a descrição sucinta do programa de capacitação, incluindo, por exemplo, os tipos de cursos ofertados.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Um dos melhores métodos de se garantir que sua força de trabalho se mantenha atualizada é o desenvolvimento de planos que incentivem, garantam e avaliem a capacitação de toda força de trabalho, ao longo do tempo.

O objetivo é alcançar níveis de eficiência e qualidade dos serviços prestados nas atividades de defesa civil, por meio de quadros de funcionários capacitados, especializados, aperfeiçoados e reciclados (Manual de Planejamento em Defesa Civil, Vol.III, Título IV, Estratégia de Qualificação, pág. 335).

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do plano de capacitação periódica, com a assinatura da(s) autoridade(s) competente(s). Guarde cópia do documento assinado digitalizada em PDF.

Outra forma de se constituir as evidências é mediante os registros de participação nos cursos oferecidos pela **Escola de Defesa Civil (EsDEC)**, vinculada à Secretaria de Estado de Defesa Civil (SEDEC), tais como: certificados, diplomas, listas de participação ou de presença, entre outros meios de comprovação.

Consulte a página da EsDEC para conhecer a lista de cursos disponíveis, bem como as instruções reguladoras da participação nestes cursos (http://esdec.defesacivil.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=113&Itemid=90).

PERGUNTA 07

7. Se o município possui mais de 20.000 habitantes, foi elaborado seu Plano de Mobilidade Urbana?

- *Sim*
- *Não*
- *Não se aplica*

Como responder:

Caso o município disponha do Plano de Mobilidade Urbana aprovado em normativo legal próprio (lei municipal), a resposta deverá ser “*Sim*”, independentemente da faixa demográfica em que o município se enquadrar.

Caso não disponha do Plano aprovado, verifique se o seu município possui mais de 20.000 habitantes, conforme a base de dados do IBGE relativa ao último censo demográfico, disponível na Internet no endereço: <http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249230> (Sinopse do censo demográfico: 2010). Utilizar a contagem total da população residente absoluta.

Caso a população absoluta do município esteja abaixo dessa faixa (e apenas nesse caso), é possível responder à pergunta com a opção “*Não se aplica*”. Caso contrário, a resposta deverá ser “*Não*”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do Plano de Mobilidade Urbana, assinado por todas as autoridades competentes. Guarde cópia do documento assinado, digitalizada em PDF.

Relacione o Plano de Mobilidade Urbana ao Plano Diretor (instrumento de política urbana municipal, previsto no Estatuto das Cidades) para compor o Plano de Desenvolvimento Urbano (vide art. 182 c/c art. 21, inciso XX da Constituição Federal). Para um melhor entendimento, reproduzimos os trechos das legislações abordadas:

Constituição Federal de 1988

“Art. 21. Compete à União:

[...]

XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.”

Lei Federal nº 10.257/01 – Estatuto das Cidades

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm

“Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

I – com mais de vinte mil habitantes;

II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;

III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;

IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;

V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;

VI – incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.”

Lei Federal nº 12.587/02 – Política Nacional de Mobilidade Urbana

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm

“Art. 5º A Política Nacional de Mobilidade Urbana está fundamentada nos seguintes princípios:

I - acessibilidade universal;

II - desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais;

III - equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo;

IV - eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano;

V - gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana;

VI - segurança nos deslocamentos das pessoas;

VII - justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços;

VIII - equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros;
e

IX - eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana.”

PERGUNTA 08

8. O município possui um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde atualizado?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação dos Planos de Evacuação e das plantas com a alocação dos extintores de incêndio, assinados pelas autoridades competentes. Guarde cópia dos documentos assinados, digitalizada em PDF.

Obs.: A avaliação da segurança em escola e centros de saúde pode se valer do Dia Estadual de Redução de Desastres (29 de Novembro) para a realização de simulados e fortalecimento junto à comunidade. Essa participação pode se dar por meio de atividades de conscientização da população, por meio de palestras, instruções, treinamentos e simulados, gerando um comportamento proativo e preventivo da sociedade e buscando a redução de desastres e suas consequências (vide Apostila sobre Implantação e Operacionalização de COMDEC, págs. 8 e 10).

A defesa civil participa no dia estadual de redução de desastres?

R: O Dia Estadual de Redução de Desastre é uma ferramenta de conscientização da população e de valorização dos órgãos de defesa civil.

São realizados simulados nas escolas e nos centros de saúde das comunidades?

R: As crianças são excelentes multiplicadores de informação e conscientizadoras nas famílias. As comunidades são o ponto mais vulnerável na ocorrência de desastres.

Estas escolas e/ou comunidades se situam em áreas de risco mapeadas?

R: É importante que se aproveite a data para melhorar a preparação das comunidades em área de risco.

PERGUNTA 09

9. O município está cadastrado no Sistema de Proteção e Defesa Civil Estadual?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil está, neste momento, em fase de reformulação, no sentido de administração das informações dos municípios.

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação da simples comprovação de que o município já solicitou o credenciamento junto ao referido sistema.

PERGUNTA 10

10. O município está listado no Programa Construindo Cidades Resilientes, do Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O município tem autonomia para submeter sua inscrição/admissão junto ao Programa.

As esferas federal e estadual (este último, responsável regional) não realizam o total controle dessas informações.

Há 22 municípios que já são participantes do Programa e muitos deles não o sabem (devido à inscrição ter sido realizada em governo anterior, por exemplo).

A evidência pode ser constituída mediante a prova do cadastro ou Carta de Comprometimento do Prefeito assinada. Guarde cópia do documento assinado, digitalizada em PDF.

Maiores informações sobre o Programa podem ser obtidas em <http://www.mi.gov.br/cidades-resilientes>.

PERGUNTA 11

11. O município possui ameaças potenciais mapeadas?

- *Sim*
- *Não*

11.1. Qual (is)?

- *Inundações*
- *Secas*
- *Barragens de água*
- *Áreas de ocupação clandestinas (loteamentos, etc.)*
- *Lixões*
- *Loteamentos em situação de risco*
- *Barragens de rejeitos de mineração*

11.2. No caso de haver barragens de rejeitos de mineração, houve regulamentação da atividade?

- *Sim*
- *Não*

11.2.1. Qual o número da Lei? _____

11.3. Já foi exigido da empresa mineradora o plano de ação em caso de acidente?

- *Sim*
- *Não*

11.3.1. O plano de contingência foi elaborado considerando o plano de ação – Lei nº 12608/12?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Inicialmente, responda à pergunta principal (“11. O município possui ameaças potenciais mapeadas?”) com a opção que melhor representar o caso concreto (“*Sim*” ou “*Não*”). Caso a resposta seja “*Não*”, nenhuma pergunta condicional será aberta. Caso a resposta seja “*Sim*”, a **pergunta condicional 11.1** será habilitada. Nesse caso, marque todas as opções que representam tipos de ameaças que foram mapeadas.

Caso uma dessas opções marcadas tenha sido “*Barragens de rejeitos de Mineração*”, as perguntas condicionais 11.2 e 11.3 serão agora habilitadas.

Quanto à pergunta 11.2 (sobre a regulamentação da atividade), responda “*Sim*” se a regulamentação se deu por meio de uma lei municipal. Caso

contrário, responda “Não”. Se a resposta for “Sim”, abrir-se-á a pergunta condicional 11.2.1. Nesse caso, informe também o número da lei, utilizando o formato “*Lei Municipal nº nnnn, de dd/mm/aaaa*”.

Quanto à pergunta 11.3 (relativa à exigência do plano de ação), responda “Sim” ou “Não”, conforme o caso. Caso a resposta a essa pergunta tenha sido “Sim”, será preciso responder também à pergunta derivada dela, 11.3.1 (“*O plano de contingência foi elaborado considerando o plano de ação – Lei Federal nº 12608/12?*”). Escolha “Sim” ou “Não”, de acordo com as diretrizes observadas na elaboração do Plano de Contingência.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do Mapa de Ameaças Potenciais.

Consulte também: **Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE)** do Ministério da Integração Nacional.

PERGUNTA 12

12. O município utiliza sistemas de alerta e alarme para desastres?

- *Sim*
- *Não*

12.1. Qual a frequência (em dias)? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “*Sim*”, a pergunta condicional 12.1 será habilitada. Informe a frequência com um número inteiro positivo.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O objetivo desta pergunta é verificar se é o município ou o Estado quem administra os referidos sistemas e se os sistemas de alerta e alarme são testados com habitualidade relativamente às ameaças levantadas pelo município.

A implantação e implementação dos sistemas de monitoramento de desastres busca desenvolver procedimentos de alerta e alarme eficientes, informando com antecedência aos moradores de áreas vulneráveis, evitando mortes, salvando vidas e reduzindo as consequências de desastres. (Apostila sobre Implantação e Operacionalização da COMDEC, págs. 8 e 62 e Lei Federal nº 12608/12, art. 13.).

Há diversos tipos de dispositivos e sistemas de monitoramento, como: réguas de nível para rios, pluviômetros, radares meteorológicos, observação de tempestades e outros.

O levantamento das principais ameaças do município é o principal indicador para o planejamento da aquisição e distribuição de mecanismos de monitoramento, permitindo uma aplicação mais eficiente dos recursos.

Um sistema eficaz de monitoramento deve ser capaz de permitir uma intervenção rápida e preventiva das equipes de defesa civil e a mobilização prévia de moradores de áreas de risco. Isso só é possível com a utilização de protocolos capazes de estabelecer ações a serem desenvolvidas a cada nível de alerta e alarme. De forma ideal, os sistemas de monitoramento devem estar integrados a mecanismos de geração de alertas para as comunidades em risco.

As atividades de monitoramento devem ter caráter permanente, de forma a garantir maior eficácia e credibilidade.

Os eventos catastróficos não respeitam limites geográficos, portanto a integração entre mecanismos de monitoramento de municípios vizinhos e com o Estado, potencializa seus efeitos protetores sobre as comunidades. Sistemas de monitoramento podem ser desenvolvidos em parceria com órgãos públicos das três esferas ou mesmo com a iniciativa privada.

O aviso imediato ao Estado é de vital importância para que ações complementares possam ser instauradas de forma mais rápida e eficiente, nos casos em que o município não tenha capacidade de tratar sozinho dos problemas gerados. A notificação ao Estado também é importante para possibilitar a geração de um banco

de dados para estudo mais amplo dos eventos, no âmbito estadual.

Dessa forma, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação dos ajustes firmados com o Estado ou com eventual empresa que administre sistemas de alerta e alarme.

PERGUNTA 01

1. A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar - Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

- Sim
- Não

1.1. Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por necessidade de trabalho? _____

1.2. Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por dificuldades de aprendizado? _____

1.3. Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por causa de doenças crônicas? _____

1.4. Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por falta de incentivo dos pais? _____

1.5. Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por mudança de endereço? _____

1.6. Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por outros motivos? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a Prefeitura tenha realizado o monitoramento da evasão escolar (resposta “Sim”), as perguntas condicionais de 1.1 a 1.6 serão habilitadas. Nesse caso, preencha as respostas com um número inteiro, que no mínimo deve ser zero, conforme observações presentes no questionário.

Um detalhe é que se na pergunta principal você responder “Sim”, e preencher os valores para as respostas condicionais, mas depois decidir que a resposta deve ser “Não”, lembre-se, antes, de zerar todos os valores das respostas de 1.1 a 1.6 (essa recomendação serve também para as próximas perguntas).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evasão escolar pode ser gerada por vários motivos. Cabe ao município monitorar e acompanhar os seus alunos, a fim de identificar as principais causas e assim promover ações de combate, sanadoras do problema a tempo de que os alunos não percam o ano de estudos.

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha, devidamente atestados pela autoridade competente, que demonstre a situação do município no mês de dezembro do ano avaliado (controle por Escola e ano escolar), constando o número de alunos que concluíram os seus estudos, ou seja, número de

matriculados no início e ao final do ano.

Desse relatório/planilha deve constar o número de alunos que abandonaram as aulas discriminando-se o total e por categoria, conforme os motivos elencados nas perguntas 1.1 a 1.6: necessidade de trabalho, dificuldade de aprendizagem, doenças crônicas, falta de incentivo dos pais, mudança de endereço e demais motivos.

Observações:

Considere apenas as ações e medidas documentadas. Apenas a ligação para o telefone cadastrado do aluno não caracteriza medida para reduzir a taxa de abandono.

PERGUNTA 02

2. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em 2017?

- *Sim*
- *Não*

2.1. Qual o número: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a Prefeitura tenha realizado a pesquisa (resposta “*Sim*”), a pergunta condicional 2.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número inteiro, que no mínimo deve ser zero, conforme observação no questionário.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O município reflete por meio das suas ações a importância que atribui às creches, integrantes do processo educativo, devendo esta modalidade de ensino, portanto, articular-se com outros níveis de ensino formal, principalmente no momento do planejamento de toda a rede de ensino, quando da previsão de espaços de exploração, interação infantil e brincadeira.

A evidência pode ser constituída mediante o parecer ratificado por autoridade competente, demonstrando o resultado da pesquisa e a conduta adotada após o levantamento dos dados registrados referentes ao quantitativo de alunos que necessitavam de creches no ano avaliado.

Neste parecer deve constar o relatório/planilha com o quantitativo de crianças aptas a ingressarem na creche no ano seguinte, dentro da faixa etária de 0 a 3 anos, neste caso, em 2017. Sugere-se que o levantamento seja feito por zonas residenciais e mistas dos distritos e/ou bairros.

Observações:

O levantamento deve abranger a quantidade de demanda de todas as crianças do município, na faixa etária de 0 a 3 anos (busca ativa e demanda não atendida).

PERGUNTA 03

3. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2017?

- *Sim*
- *Não*

3.1. Qual o número: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a Prefeitura tenha realizado a pesquisa (resposta “*Sim*”), a pergunta condicional 3.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número inteiro, que no mínimo deve ser zero, conforme observação no questionário.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O município reflete por meio das suas ações a importância que atribui à pré-escola, devendo esta modalidade de ensino articular-se com toda a rede, a fim de preparar o aluno para ingresso no Ensino Fundamental.

A evidência pode ser constituída mediante o parecer ratificado por autoridade competente, demonstrando o resultado da pesquisa e a conduta adotada após o levantamento dos dados registrados referentes ao quantitativo de alunos que necessitavam de pré-escola no ano avaliado.

Neste parecer deve constar o relatório/planilha com o quantitativo de crianças aptas a ingressarem na pré-escola no ano seguinte, dentro da faixa etária de 4 a 6 anos, neste caso, em 2017. Sugere-se que o levantamento seja feito por zonas residenciais e mistas dos distritos e/ou bairros.

Observações:

O levantamento deve abranger a quantidade de demanda de todas as crianças do município, na faixa etária de 4 a 6 anos (busca ativa e demanda não atendida).

PERGUNTA 04

4. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) escolar em 2017?

- *Sim*
- *Não*

4.1. Qual o número: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a Prefeitura tenha realizado a pesquisa (resposta “*Sim*”), a pergunta condicional 4.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número inteiro, que no mínimo deve ser zero, conforme observação no questionário.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o parecer ratificado por autoridade competente, demonstrando o resultado da pesquisa e a conduta adotada após o levantamento dos dados registrados referentes ao quantitativo de vagas necessárias para a Rede Municipal de Ensino no ano avaliado.

Neste parecer deve constar o relatório/planilha com o quantitativo de crianças aptas a ingressarem no Ensino Fundamental no ano seguinte, neste caso, em 2017. Sugere-se que o levantamento seja feito por zonas residenciais e mistas dos distritos e/ou bairros.

PERGUNTA 05

5. A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar?

- *Sim, avaliação própria*
- *Sim, aderiu ao Programa Estadual de avaliação (SAERJ, SAERJINHO, IDERJ)*
- *Sim, aderiu ao Programa Nacional de avaliação (ANEB, Prova Brasil, ANA, ENEM)*
- *Sim, terceirizada*
- *Não aplicou*

5.1. Qual empresa? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a opção selecionada tenha sido “*Sim, terceirizada*”, a pergunta condicional 5.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta informando a razão social da empresa conforme consta do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, da Receita Federal, colocando o CNPJ entre parêntesis.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o demonstrativo de como foi controlado o rendimento dos alunos da Rede Municipal de Ensino, com matrizes de referência aplicadas, interpretação pedagógica dos dados e padrões de desempenho da avaliação. Para fins de evidência serão considerados os resultados provenientes da aplicação do programa de avaliação realizada em 2017 para o rendimento do ensino em 2016. Poderão ser considerados quaisquer programas de avaliação de rendimento escolar, sejam eles nacionais, estaduais, municipais ou contratados junto a empresas terceirizadas.

Se houve contratação de empresa para tal finalidade, a evidência se complementa mediante a cópia do Contrato de Prestação de Serviços por Pessoa Jurídica com publicação do seu extrato em Diário Oficial (digitalizado em PDF).

Observações:

Informações sobre o **SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica** podem ser obtidas em <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>. O SAEB é composto pelas três avaliações em larga escala: ANEB (Avaliação Nacional da Educação Básica), ANRESC / Prova Brasil (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar) e ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização).

PERGUNTA 06

6. A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Observe que, caso a opção selecionada tenha sido “Sim”, a pergunta 7 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Esta pergunta trata dos aspectos relacionados ao Ambiente Educativo, às Práticas Pedagógicas, à Avaliação, à Gestão Escolar Democrática, à Formação e Condições de Trabalho dos Profissionais da Escola, ao Ambiente Físico Escolar e sobre o Acesso, Permanência e Sucesso na Escola; de modo a evitar, detectar e/ou corrigir falhas em toda a Rede Municipal de Ensino.

A evidência pode ser constituída mediante laudos relacionados aos levantamentos adotados na apuração dos Indicadores da Qualidade na Educação (Ambiente Educativo, Prática Pedagógica, Avaliação, Gestão Escolar Democrática, Formação e Condições de Trabalho dos Profissionais da Escola, Ambiente Físico Escolar e sobre Acesso, Permanência e Sucesso na Escola) nos anos iniciais do ensino fundamental (Ciclo I), com identificação por Unidade Escolar, quantitativos parciais e totais.

Observações:

Para utilização dos Indicadores da Qualidade na Educação na análise da Educação Pública no Ciclo I, sugere-se a consulta da publicação da UNICEF, PNUD e INEP disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf

PERGUNTA 07

7. Que indicador(es) de qualidade foram utilizados pela prefeitura municipal para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

- IDEB
- IDERJ
- Outros: _____

Como responder:

Essa pergunta é condicional e somente irá aparecer se a resposta à pergunta 6 for “Sim”.

Escolha todas as opções aplicáveis (é possível marcar mais de uma). Caso a opção “Outros:” seja selecionada, é preciso preencher a resposta com o nome do indicador no campo ao lado (informando-se um nome, a opção ficará automaticamente marcada; limpando-se o conteúdo do campo, a opção ficará desmarcada; desmarcando-se a opção, o conteúdo do campo é apagado).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o demonstrativo que inclua os indicadores utilizados pela Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a documentação comprobatória (relatório/planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre as ações efetivamente realizadas no decorrer do ano avaliado, com controle por Escola e ano escolar).

Deverão ficar disponíveis os procedimentos utilizados, resultados obtidos e quaisquer relatórios e documentações afins. Se o serviço for contratado junto a terceiros, a evidência se dará através da cópia do Contrato de Prestação de Serviços por Pessoa Jurídica com publicação do seu extrato em Diário Oficial.

PERGUNTA 08

8. O município possui o Plano Municipal de Educação?

- *Sim*
- *Não*

8.1. Informe nº da lei: _____

8.2. Data da promulgação: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a opção selecionada tenha sido “*Sim*”, as perguntas condicionais 8.1 e 8.2 serão habilitadas.

Preencha o nº da Lei Municipal usando o formato “*Lei municipal nº nnnn/aa.*”.

Ao clicar no espaço reservado para a data, abre-se o componente que permite selecionar a data (formato “*dd/mm/aaaa*”). Não é possível selecionar uma data posterior a 31.12.2017, tendo em vista o escopo do período de autoavaliação.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A organização cronológica do monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação - Lei Federal nº 13.005/14 - deve prever a elaboração dos instrumentos de planejamento orçamentário a serem executados pelos municípios, contemplando todas as metas do Plano, em sua maioria, decenais.

A evidência pode ser constituída mediante a cópia integral da publicação da Lei que estabeleça o Plano Municipal de Educação em Diário Oficial e/ou de grande circulação.

PERGUNTA 09

9. Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal?

- Sim
- Não

9.1. Qual a quantidade de computadores em funcionamento destinados às aulas de informática em todas as escolas do município? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a opção selecionada tenha sido “Sim”, a pergunta condicional 9.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número inteiro, que no mínimo deve ser zero, conforme observação no questionário.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O município reflete por meio das suas ações a importância que atribui ao uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas aulas para o Ensino Fundamental.

A evidência pode ser constituída mediante o parecer ratificado por autoridade competente demonstrando que todas as Unidades Escolares possuíam laboratórios ou sala de informática. Neste parecer deve constar relatório/planilha com o quantitativo de computadores **em funcionamento**, disponibilizados por Unidade Escolar.

A quantidade de computadores em funcionamento é igual ao **total de computadores destinados aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) em todas as escolas do município**.

PERGUNTA 10

10. Sobre a infraestrutura das escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), informe:

Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças com deficiência (Rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação): _____

Quantidade de escolas que possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18m x 30m): _____

Como responder:

Preencha ambas as informações com um número inteiro, maior ou igual a zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestados pela autoridade competente, que demonstre o quantitativo de escolas do Ciclo I (anos iniciais do ensino fundamental) que possuem infraestrutura adaptada para receber crianças portadoras de necessidades especiais e o quantitativo de escolas que dispõem de quadra poliesportiva coberta, tendo como posição o mês de dezembro do ano avaliado.

PERGUNTA 11

11.1. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) do município no ano de 2017, informe quantas unidades de ensino necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.):

- Não possui registro
- Quantidade: _____

11.2. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) do município no ano de 2017, informe quantas unidades de ensino tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura:

- Não possui registro
- Quantidade: _____

Como responder:

Preencha ambas as informações com um número inteiro, maior ou igual a zero. Caso não possua registro da informação, deixe o respectivo campo em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero a cada uma das respostas. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha, devidamente atestado pela autoridade competente do Setor responsável da Secretaria, e que demonstre o quantitativo de unidades escolares destinadas à creche, pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental do município, que sofreram reparos e/ou reformas, as que tiveram as atividades suspensas (parcialmente ou integralmente) no período integral para as três etapas de ensino.

Observações:

O Relatório deve apresentar o quantitativo total de unidades escolares por etapas de ensino (creche, pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental), e desse total quais que necessitam de reparo e/ou reforma, quais que tiveram suas atividades suspensas, durante o transcurso do ano avaliado.

PERGUNTA 12

12. Número de crianças de 4 a 5 anos de idade não matriculadas na pré-escola em 2017:

- *Não possui registro*
- *Quantidade:* _____

Como responder:

Preencha a informação da quantidade com um número inteiro, maior ou igual a zero. Caso não possua o registro da informação, deixe o campo “*Quantidade*” em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero à resposta. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evasão escolar pode ser gerada por vários motivos. Cabe ao município monitorar e acompanhar os seus alunos, a fim de identificar as principais causas e assim promover ações de combate, sanadoras do problema a tempo de forma que os alunos não percam o ano de estudos.

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestados pela autoridade competente, que demonstre a situação do município no mês de dezembro do ano avaliado, no que concerne ao quantitativo de crianças na faixa de 4 a 5 anos não matriculadas na pré-escola. Sugere-se que o levantamento seja feito por zonas residenciais e mistas dos distritos e/ou bairros.

PERGUNTA 13

13. Qual o piso salarial municipal dos professores?

Creche: _____

Pré-escola: _____

Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): _____

Como responder:

Preencha as informações com o valor do piso salarial (numérico, positivo, com duas casas decimais, sem o prefixo de moeda R\$), para cada uma das três categorias, observando a referência à jornada de 40h/semanais. O piso salarial não pode ser inferior ao salário mínimo nacional, nas três hipóteses.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a declaração devidamente atestada por autoridade competente da Secretaria Municipal de Educação, que demonstre o valor do piso salarial municipal dos professores de creches, pré-escola e do Ciclo I (anos iniciais do ensino fundamental), em vigência tendo como referência o ano avaliado.

Opcionalmente é possível comprovar o piso mediante cópia da publicação do normativo que fixa a remuneração.

Observações:

O Art. 2º da Lei Federal nº 11.738/08 prevê:

Art. 2º - O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

(...)

§ 3º Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no caput deste artigo.

Dessa forma, caso os pisos salariais tenham por base jornadas semanais inferiores a 40h, o município deverá informar o valor correspondente (proporcional) à carga horária do piso salarial mínimo nacional para cada categoria solicitada – 40 horas semanais. Por exemplo, se o município paga R\$2.000,00 para um docente dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) com carga horária de 22h30min, deverá preencher com o valor de R\$ 3.555,55. O mesmo ocorrerá para cada modalidade de ensino.

Ademais, deverá manter junto à documentação comprobatória de evidência, para fins de fiscalização futura, todo o normativo compatível que define as funções, cargas horárias e remunerações para cada professor da rede municipal.

PERGUNTA 14

14. O município divulga e cumpre o cardápio pré-estabelecido pelo(a) nutricionista?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A oferta de refeições saudáveis favorece o crescimento, a aprendizagem, o desenvolvimento biopsicossocial, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis.

A evidência pode ser constituída mediante folhetos e informativos que demonstrem a divulgação dos cardápios definidos pelas nutricionistas do município, assim como o demonstrativo do cardápio elaborado e validado pela(o) nutricionista responsável.

Registros fotográficos de afixação em painéis apenas serão aceitos como evidência de forma complementar, desde que seja possível identificar claramente o cardápio, assim como a Unidade Escolar e registro da data da fotografia.

PERGUNTA 15

15. Existe um estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar?

- *Sim*
- *Não*

15.1. Qual a média de tempo (em minutos)? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a Prefeitura tenha realizado o estudo (resposta “*Sim*”), a pergunta condicional 15.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número inteiro positivo (maior do que zero).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório devidamente atestado pela autoridade competente que registre as rotas utilizadas e o tempo médio de percurso, com registro do devido roteiro e do total de alunos usuários, considerando o ano avaliado.

PERGUNTA 16

16. Qual a idade média da frota escolar, em anos? _____

Como responder:

Preencha o campo com um número decimal, maior ou igual a um.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório devidamente atestado pela autoridade competente que registre a idade média da frota escolar detalhada por veículo, e o respectivo atual estado de conservação (em uso ou não), considerando o ano avaliado.

Idade média = (Somatório[(Ano de 2017) - (Ano de fabricação de cada veículo)]) / (número total de veículos da frota escolar).

PERGUNTA 17

17. Como é feita a preparação da merenda no município?

- *Cozinha piloto própria*
- *Nas escolas (que possuem merendeiras)*
- *Terceirizada*

17.1. Qual o custo unitário médio do almoço? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a opção selecionada tenha sido “*Terceirizada*”, a pergunta condicional 17.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número decimal positivo com duas casas decimais (sem prefixo de moeda), representativo do custo em reais.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório devidamente atestado pela autoridade competente que demonstre o quantitativo de escolas que disponibilizam merenda para os alunos da Rede Municipal de Ensino, seja através de cozinha piloto própria, terceirizada ou nas escolas, através de merendeiras, no ano avaliado. Para a resposta, considere a opção mais frequente, adotada na maioria das escolas.

PERGUNTA 18

18. Existe um controle por meio de relatórios elaborado pelo(a) nutricionista que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal?

- *Sim, semanalmente*
- *Sim, mensalmente*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A oferta de refeições saudáveis favorece o crescimento, a aprendizagem, o desenvolvimento biopsicossocial, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis.

A evidência pode ser constituída mediante o demonstrativo de como são controlados os estoques de todos os itens que compõem o cardápio escolar, além do modelo de teste de aceitabilidade e os seus resultados.

O sistema de controle dos insumos (eletrônico ou manual) deve apresentar controle da movimentação de entrada e saída dos materiais, estoque mínimo e variação do estoque. Para fins de evidência da atestação da infraestrutura, cabe à nutricionista responsável relatar o estado de cada cozinha e despensa, por Unidade Escolar, com posição no mês de dezembro do ano avaliado.

PERGUNTA 19

19. Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996?

- *Sim*
- *Não*

19.1. Qual o percentual de professores que possuem? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta tenha sido “*Não*” (pois “*Sim*” presume a integralidade ou 100%), a pergunta condicional 19.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número decimal percentual na faixa de 0,00 a 99,99.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o registro de todos os professores da rede municipal de ensino, classificando-os por matrícula, CPF e nível de escolaridade (se nível médio, graduação, pós-graduação, mestrado ou doutorado).

PERGUNTA 20

20. O Conselho de Alimentação Escolar elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço?

- *Sim*
- *Não*

20.1. Qual a quantidade de visitas que o CAE realizou nas escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no ano de 2017? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta tenha sido “*Sim*”, a pergunta condicional 20.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número inteiro positivo, lembrando que a resposta zero não é possível em combinação com a resposta “*Sim*”, pois a ausência de visitas às escolas impede a adequada atestação das condições e equivale, na prática, ao “*Não*” na pergunta principal.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A oferta de refeições saudáveis favorece o crescimento, a aprendizagem, o desenvolvimento biopsicossocial, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis.

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação das atas das reuniões, visitas, fiscalizações e pareceres do Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

Registros fotográficos apenas serão aceitos como evidência de forma complementar desde que seja possível identificar claramente a que aspecto se refere, assim como a Unidade Escolar e registro da data da fotografia.

Para evidenciar a quantidade de visitas, utilizar o registro em planilha das visitas do CAE, por Unidade Escolar, data e relatório de itens fiscalizados.

PERGUNTA 21

21. O município utilizou algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal?

- Sim
- Não

21.1. Qual? _____

21.2. Informe mais detalhes sobre o programa de desenvolvimento de leitura e escrita aplicado:

Percentual de cobertura - 1º ano: _____

Percentual de cobertura - 2º ano: _____

Percentual de cobertura - 3º ano: _____

Percentual de cobertura - 4º ano: _____

Percentual de cobertura - 5º ano: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta tenha sido “Sim”, as perguntas condicionais 21.1 e 21.2 serão habilitadas. Nesse caso, na pergunta 21.1, informe o nome do programa municipal (campo texto); na pergunta 21.2, preencha todos os campos. Cada percentual de cobertura deve estar na faixa entre 0,00 e 100,00.

Como evidenciar ou coletar as informações:

É de competência dos municípios promover campanhas de incentivo à leitura, tendo em vista, que a mesma melhora o aprendizado dos alunos, estimula a escrita, a aquisição de novos vocabulários, aprimora a capacidade interpretativa, mantém o raciocínio ativo, além de proporcionar ao leitor um conhecimento mais amplo e diversificado sobre temas diversos.

A evidência pode ser constituída mediante a descrição do modelo adotado para o desenvolvimento da leitura e da escrita para os alunos da Rede Municipal de Ensino. Quanto aos percentuais de cobertura, estes podem ser evidenciados a partir dos registros do controle de frequências, por Unidade Escolar e ano do ensino (do 1º ao 5º ano).

Não considere treinamentos voltados para os professores.

PERGUNTA 22

22. Qual o total de turmas para creche?

- *Não possui registro*
- *Quantidade:* _____

Como responder:

Preencha a informação da quantidade com um número inteiro, maior ou igual a zero. Caso não possua o registro da informação, deixe o campo “*Quantidade*” em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero à resposta. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório devidamente atestado pela autoridade competente que demonstre a situação do município no mês de dezembro do ano avaliado (controle por escola). Desse relatório deve constar o número de turmas existentes para creche.

PERGUNTA 23

23. Qual o total de turmas para pré-escola?

- *Não possui registro*
- *Quantidade:* _____

Como responder:

Preencha a informação da quantidade com um número inteiro, maior ou igual a zero. Caso não possua o registro da informação, deixe o campo “*Quantidade*” em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero à resposta. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório devidamente atestado pela autoridade competente que demonstre a situação do município no mês de dezembro do ano avaliado (controle por escola). Desse relatório deve constar o número de turmas existentes para pré-escola.

PERGUNTA 24

24. Qual o total de turmas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

- *Não possui registro*
- Quantidade: _____

Como responder:

Preencha a informação da quantidade com um número inteiro, maior ou igual a zero. Caso não possua o registro da informação, deixe o campo “*Quantidade*” em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero à resposta. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório devidamente atestado pela autoridade competente que demonstre a situação do município no mês de dezembro do ano avaliado (controle por escola). Desse relatório deve constar o número de turmas existentes para os anos iniciais do ensino fundamental.

PERGUNTA 25

25. Qual a quantidade de alunos que terminaram o 5º ano do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) em 2017?

- *Não possui registro*
- *Quantidade:* _____

Como responder:

Preencha a informação da quantidade com um número inteiro, maior ou igual a zero. Caso não possua o registro da informação, deixe o campo “*Quantidade*” em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero à resposta. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório devidamente atestado pela autoridade competente que registre o quantitativo de alunos que terminaram o último ano do Ciclo I, considerando ainda, o total de alunos matriculados no ano seguinte.

PERGUNTA 26

26. Qual a quantidade de alunos matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) em 2017 que tiveram aproveitamento no 6º ano do Ensino Fundamental em 2018?

- Não possui registro
- Quantidade: _____

Como responder:

Preencha a informação da quantidade com um número inteiro, maior ou igual a zero. Caso não possua o registro da informação, deixe o campo “Quantidade” em branco e marque a opção “Não possui registro”, que é diferente de atribuir o valor zero à resposta. Se a opção “Não possui registro” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório devidamente atestado pela autoridade competente que registre o quantitativo de alunos que terminaram o último ano do Ciclo I, e que tiveram aproveitamento para o Ciclo II, considerando ainda, o total de alunos matriculados no ano seguinte.

PERGUNTA 27

27. Existe registro sobre a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

- Sim
- Não

27.1. Informe a quantidade total em dias de ausência dos professores:

Faltas injustificadas: _____

Faltas justificadas: _____

Licença médica: _____

Licença maternidade/paternidade: _____

Abonos: _____

Outros: (inclusive ausências pontuais amparadas por lei): _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta tenha sido “Sim”, a pergunta condicional 27.1 será habilitada. Nesse caso, preencha todos os campos com valores numéricos, inteiros, maiores ou iguais a zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente da Secretaria Municipal de Educação que demonstre o índice de absenteísmo dos professores do Ciclo I, considerando: quantidade total em dias de ausência dos professores (incluindo afastamentos legais) e a devida classificação (falta justificada, falta injustificada, abonos, licença médica e/ou maternidade/paternidade).

Importa destacar que os demonstrativos devem destacar o quantitativo individualizado por tipo de falta.

Contabilize todos os dias de ausência de professor dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) no ano avaliado, incluindo-se as faltas justificadas e injustificadas.

PERGUNTA 28

28. Qual a quantidade de unidades públicas municipais de ensino (estabelecimentos físicos) destinadas à creche, pré-escola e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) em 2017?

- Não possui registro
- Quantidade: _____

Como responder:

Preencha a informação da quantidade com um número inteiro, maior ou igual a zero. Caso não possua o registro da informação, deixe o campo “Quantidade” em branco e marque a opção “Não possui registro”, que é diferente de atribuir o valor zero à resposta. Se a opção “Não possui registro” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente do setor responsável da Secretaria, que demonstre o quantitativo de unidades públicas municipais de ensino destinadas à creche, pré-escola e Ciclo I.

Importa destacar que os demonstrativos devem destacar o quantitativo individualizado por etapa de ensino escolar (creche, pré-escola e Ciclo I). Sugere-se que o levantamento seja feito também por zonas residenciais e mistas dos distritos e/ou bairros.

Se em um mesmo estabelecimento físico funcionar mais de uma destas atividades, este deve ser contabilizado apenas uma vez.

PERGUNTA 29

29.1. Quantas vagas em período integral foram disponibilizadas no ano de 2017 para creche?

- Não possui registro
- Quantidade: _____

29.2. Quantas vagas em período integral foram disponibilizadas no ano de 2017 para pré-escola?

- Não possui registro
- Quantidade: _____

29.3. Quantas vagas em período integral foram disponibilizadas no ano de 2017 para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

- Não possui registro
- Quantidade: _____

Como responder:

Preencha todas as informações com um número inteiro, maior ou igual a zero. Caso não possua o registro da informação, deixe o campo “Quantidade” em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero à resposta. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente do Setor responsável por capacitações na Secretaria, que demonstre o quantitativo de vagas disponibilizadas no ano avaliado para o período integral para as seguintes etapas de ensino: creche, pré-escola e Ciclo I. Sugere-se que o levantamento seja feito por zonas residenciais e mistas dos distritos e/ou bairros.

Importa ressaltar que os demonstrativos devem destacar o quantitativo individualizado por etapa de ensino escolar.

PERGUNTA 30

30. Existe Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta tenha sido “*Sim*”, a pergunta 43 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Os Conselhos Municipais de Educação devem ter condições de exercer as suas funções de mediadores e articuladores da relação entre a sociedade e os gestores públicos, dentre elas: normatizar (regras que adaptam para o município as determinações das leis federais e/ou estaduais e que as complementem, quando necessário), deliberar (autorizar ou não o funcionamento das escolas públicas municipais e da rede privada de ensino, legalizar cursos e deliberar sobre o currículo da rede municipal de ensino), assessorar (responder questionamentos e dúvidas do poder público e da sociedade por meio de pareceres) e fiscalizar (acompanhando a execução das políticas públicas e monitorando os resultados educacionais do sistema municipal).

A evidência pode ser constituída mediante a cópia integral da publicação (preferencialmente digitalizada em PDF) da Lei Municipal que institui o Conselho Municipal de Educação em Diário Oficial e/ou de grande circulação, além do fornecimento da relação nominal da composição do Conselho, vigente no período de de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano avaliado.

PERGUNTA 31

31.1. Em 2017, quanto foi aplicado de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal atuante em creches?

- Não possui registro
- Valor (R\$): _____

31.2. Em 2017, quanto foi aplicado de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal atuante na pré-escola?

- Não possui registro
- Valor (R\$): _____

31.3. Em 2017, quanto foi aplicado de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal atuante nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

- Não possui registro
- Valor (R\$): _____

Como responder:

Preencha todas as informações com um valor numérico, positivo e com duas casas decimais, sem prefixo de moeda (R\$). Caso não possua o registro da informação, deixe o respectivo campo “Valor (R\$)” em branco e marque a opção “Não possui registro”, que é diferente de atribuir o valor zero à resposta. Se a opção “Não possui registro” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente do setor responsável por capacitações na Secretaria, que demonstre o quantitativo efetivamente aplicado em atividades de treinamento e capacitação no ano avaliado, nos três segmentos: creche, pré-escola e Ciclo I (anos iniciais do ensino fundamental).

Importa destacar que os demonstrativos devem ser nominais e discriminados por período escolar (creche, pré-escola e Ciclo I), curso/atividade realizada e carga horária.

PERGUNTA 32

32. O município utiliza material didático elaborado por empresa terceirizada (livros e/ou apostilas de sistemas de ensino)?

- *Sim*
- *Não*

32.1. Informe o CNPJ da(s) empresa(s) e razão social da(s) empresa(s): _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a opção selecionada tenha sido “*Sim*”, a pergunta condicional 32.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta informando a razão social das empresas conforme constarem do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, da Receita Federal, colocando o CNPJ entre parêntesis. Utilize preferencialmente, uma linha do campo de resposta para cada empresa.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a declaração devidamente atestada por autoridade competente que demonstre: os títulos porventura utilizados; em que etapa de ensino (creche, pré-escola ou Ciclo I) estão sendo utilizados; e empresas responsáveis.

Outra possibilidade se dá através da apresentação dos contratos de prestação de serviços com empresas terceirizadas para a produção de material didático, complementados pelos respectivos editais e termos de referência que embasaram tais contratações. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 33

33. Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os professores?

- *Não existe pagamento de horas extras*
- *Realização de feiras e eventos aos finais de semana*
- *Absenteísmo de professores*
- *Cobertura de férias e licenças*
- *Não possui equipe completa*
- *Outros: _____*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a opção selecionada tenha sido “Outros”, preencha o campo texto vinculado a essa opção.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório devidamente atestado por autoridade competente que demonstre o quantitativo de horas extras efetivamente realizadas no ano avaliado, discriminado por professor, escola, etapa de ensino (creche, pré-escola ou Ciclo I) e justificativa.

PERGUNTA 34

34. O município possui levantamento da distorção idade/série nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre a situação do município em dezembro do ano avaliado (controle por escola e ano escolar), sobre os índices de distorção idade/série verificadas no Ciclo I.

PERGUNTA 35

35. Qual a data de início do ano letivo de 2017? _____

Como responder:

Ao clicar no espaço reservado para a data, abre-se o componente que permite selecionar a data (formato “dd/mm/aaaa”). Não é possível selecionar uma data anterior a 01.01.2017, nem posterior a 31.12.2017, tendo em vista o escopo do período de autoavaliação. Para não responder, ao abrir o calendário, clique no ícone com uma lixeira verde (*Clear Selection*).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a declaração devidamente atestada por autoridade competente que demonstre o efetivo início do ano letivo atinente ao ano avaliado.

PERGUNTA 36

36. Quanto às bibliotecas e salas de leitura na rede municipal, responda:

Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas? _____

Quantas escolas da rede municipal possuem sala de leitura? _____

Como responder:

Preencha ambas as informações com um número inteiro, maior ou igual a zero.

Caso a escola possua biblioteca e também sala de leitura, esta deve ser contabilizada apenas uma vez, no valor referente a escolas com biblioteca.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Quanto à primeira informação (“*Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas*”), a evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre o quantitativo de bibliotecas total e por Unidade Escolar, discriminando se em 31 de dezembro do ano avaliado estavam em funcionamento e disponíveis para uso dos alunos.

Quanto à segunda informação (sobre as salas de leitura), a evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha similar, devidamente atestada pela autoridade competente, e que demonstre o quantitativo de salas de leitura total e por Unidade Escolar, discriminando se em 31 de dezembro estavam em funcionamento e também disponíveis para uso dos alunos.

Importa destacar que as bibliotecas e salas de leitura requerem, além dos livros, o controle pormenorizado de todo o acervo, a disponibilização de espaço amplo e arejado que estimule a prática da leitura. A diferença entre ambas, portanto, está na programação de atividades de leitura, alocação de profissionais especializados (incluindo um *bibliotecário*, segundo critério do FUNDEB) e acervo organizado de livros e arquivos.

PERGUNTA 37

37. Houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos na rede municipal?

- Sim
- Não

37.1. Data da entrega: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta tenha sido “Sim”, a pergunta condicional 37.1 será habilitada.

Ao clicar no espaço reservado para a data, abre-se o componente que permite selecionar a data (formato “dd/mm/aaaa”).

Conforme o Manual do IEGM, essa pergunta pontua em relação à data do início das aulas (informado na Pergunta 35). Sendo DM a data da entrega do material e DI, a data de início das aulas, temos que:

Se $DM \leq DI \rightarrow 4$ pontos (entrega ocorre antes do início das aulas).

Se $DM < DI + 15$ dias $\rightarrow 2$ pontos (entrega ocorre até 15 dias do início).

Se $DM \geq DI + 15$ dias $\rightarrow 0$ pontos (entrega ocorre 15 dias depois ou mais).

Como evidenciar ou coletar as informações:

Todo aluno de escola pública tem direito a receber o material didático que será utilizado em sala de aula ao longo do ano. A Lei de Diretrizes Básicas (LDB) prevê no seu artigo 4º, item VIII:

“Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...]

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;”

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação da relação de todos os livros adotados pelo município, com registro discriminado por quantidade recebida e remessa de entrega a cada Unidade Escolar. Quanto à data da entrega, pode ser comprovada pelo registro em formato de planilha das entregas do Material Didático por Unidade Escolar, por aluno, data de entrega e série escolar. **Caso a data da entrega não tenha sido a mesma em todas as escolas, informe a data referente à última entrega em unidade escolar.**

PERGUNTA 38

38. Houve entrega do uniforme escolar à rede municipal?

- *Sim*
- *Não*

38.1. Data da entrega: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta tenha sido “*Sim*”, a pergunta condicional 38.1 será habilitada.

Ao clicar no espaço reservado para a data, abre-se o componente que permite selecionar a data (formato “dd/mm/aaaa”).

Conforme o Manual do IEGM, essa pergunta pontua em relação à data do início das aulas (informado na Pergunta 35). Sendo DU a data da entrega do uniforme e DI, a data de início das aulas, temos que:

Se $DU \leq DI \rightarrow 4$ pontos (entrega ocorre antes do início das aulas).

Se $DU < DI + 30$ dias $\rightarrow 2$ pontos (entrega ocorre até 30 dias do início).

Se $DU \geq DI + 30$ dias $\rightarrow 0$ pontos (entrega ocorre 30 dias depois ou mais).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A Lei Federal nº 8.907/94 estabelece apenas que o uniforme deve levar em conta o clima da região em que a escola funciona e a condição econômica do estudante. Considerando que Escola Pública é gratuita por determinação constitucional, logo, o fornecimento do uniforme também será gratuito. A norma se torna legítima quando a comunidade escolar participa na escolha e decisão pela obrigatoriedade.

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do modelo do uniforme escolar adotado pelo município, e por documento discriminando sua fonte de custeio, a quantidade adquirida *versus* alunos matriculados, além da quantidade remetida a cada Unidade Escolar. Quanto à data da entrega, a evidência pode ser constituída mediante o registro em formato de planilha das entregas do uniforme escolar por Unidade Escolar, por aluno, data de entrega e série escolar. **Caso a data da entrega não tenha sido a mesma em todas as escolas, informe a data referente à última entrega em unidade escolar.**

PERGUNTA 39

39. *Existe um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais)?*

- *Sim, com benefício financeiro; com processo de perícia médica municipal; com programas de prevenção à saúde do professor.*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

De acordo com especialistas, melhores condições de trabalho na escola, interação com a equipe escolar, um programa de formação continuada que estimule a superação de desafios, além de segurança para o exercício da função são aspectos que favorecem a redução do absenteísmo dos docentes.

A evidência pode ser constituída mediante planilha demonstrando conhecer o quantitativo da frequência e das faltas, por docente e Unidade Escolar, discriminando a modalidade de cada afastamento (Licença médica de curta e de longa duração; assim como as faltas abonadas, justificadas e injustificadas), além de demonstrar que medidas foram tomadas por meio de declaração ratificada ou documentação que comprove a existência de iniciativa.

PERGUNTA 40

40. A Prefeitura/Secretaria da Educação Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus professores?

- Sim
- Não

40.1. Qual o número da lei? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “Sim”, a pergunta condicional 40.1 será habilitada. Nesse caso, preencha o nº da Lei Municipal usando o formato “Lei Municipal nº nnnn/aa”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O piso salarial nacional do magistério, instituído pela Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, regulamentou a disposição já prevista na Constituição Federal (alínea ‘e’ do inciso III do caput do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei Federal nº 9.394/96). Fixa limites para o trabalho de interação com os alunos na composição da jornada docente: professores devem passar no máximo dois terços (2/3) da carga horária em sala de aula, e no mínimo um terço (1/3) da jornada de trabalho deve ser destinado às chamadas atividades extraclasse.

A evidência pode ser constituída mediante a cópia integral da publicação (preferencialmente digitalizada em PDF) da Lei Municipal que estabeleça o Plano de Cargos e Salários (PCCS) em Diário Oficial e/ou de grande circulação, ou da legislação municipal que estabeleça o piso salarial municipal em nível local, se houver.

PERGUNTA 41

41.1. Informe o total de horas de treinamento e capacitação oferecidos pelo município destinados a professores atuantes em creches no exercício de 2017:

- Não possui registro
- Quantidade (horas): _____

41.2. Informe o total de horas de treinamento e capacitação oferecidos pelo município destinados a professores atuantes na pré-escola no exercício de 2017:

- Não possui registro
- Quantidade (horas): _____

41.3. Informe o total de horas de treinamento e capacitação oferecidos pelo município destinados a professores atuantes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no exercício de 2017:

- Não possui registro
- Quantidade (horas): _____

Como responder:

Preencha todas as informações com um número inteiro, maior ou igual a zero. Caso não possua registro da informação, deixe o respectivo campo em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero a cada uma das respostas. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente do setor responsável por capacitações na Secretaria que demonstre o quantitativo de horas e professores participantes de atividades de treinamento e capacitação no ano avaliado, nos segmentos: creche, pré-escola e Ciclo I.

Importa destacar que os demonstrativos devem ser nominais e discriminados por período escolar (creche, pré-escola e Ciclo I), curso/atividade realizada e carga horária.

PERGUNTA 42

42. Houve entrega do kit escolar à rede municipal?

- *Sim*
- *Não*

42.1. Data da entrega: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta tenha sido “*Sim*”, a pergunta condicional 42.1 será habilitada.

Ao clicar no espaço reservado para a data, abre-se o componente que permite selecionar a data (formato “dd/mm/aaaa”).

Conforme o Manual do IEGM, essa pergunta pontua em relação à data do início das aulas (informado na Pergunta 35). Sendo DK a data da entrega do kit e DI, a data de início das aulas, temos que:

Se $DK \leq DI \rightarrow 4$ pontos (entrega ocorre antes do início das aulas).

Se $DK < DI + 15$ dias $\rightarrow 2$ pontos (entrega ocorre até 15 dias do início).

Se $DK \geq DI + 15$ dias $\rightarrow 0$ pontos (entrega ocorre 15 dias depois ou mais).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do modelo do kit escolar fornecido pelo município, e por documento discriminando sua fonte de custeio, quantidade adquirida *versus* alunos matriculados e a quantidade remetida à cada Unidade Escolar.

Quanto à data da entrega, a evidência pode ser constituída mediante o registro em formato de planilha da entrega dos kits escolares por Unidade Escolar, aluno, data de entrega e série escolar. **Caso a data da entrega não tenha sido a mesma em todas as escolas, informe a data referente à última entrega em unidade escolar**

PERGUNTA 43

43. *Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Educação no último exercício?*

- *8 ou mais reuniões*
- *6 a 7 reuniões*
- *4 a 5 reuniões*
- *0 a 3 reuniões*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Essa pergunta estará habilitada em caso de resposta afirmativa (“Sim”) à pergunta 30.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Os Conselhos Municipais de Educação devem ter condições de exercer as suas funções de mediadores e articuladores da relação entre a sociedade e os gestores públicos, dentre elas: normatizar (regras que adaptam para o município as determinações das leis federais e/ou estaduais e que as complementem, quando necessário), deliberar (autorizar ou não o funcionamento das escolas públicas municipais e da rede privada de ensino, legalizar cursos e deliberar sobre o currículo da rede municipal de ensino), assessorar (responder questionamentos e dúvidas do poder público e da sociedade por meio de pareceres) e fiscalizar (acompanhando a execução das políticas públicas e monitorando os resultados educacionais do sistema municipal).

A evidência pode ser constituída mediante declaração atestada por autoridade competente informando o quantitativo de reuniões realizadas pelo Conselho Municipal de Educação durante o ano avaliado, anexando cópia das suas respectivas atas (com os documentos preferencialmente digitalizados em PDF).

Para o cômputo da quantidade de reuniões, não se deve considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado à natureza finalística do Conselho.

PERGUNTA 44

44.1. Informe o número de profissionais da educação não docentes (monitor, pedagoga, psicóloga, secretária) ocupantes de cargos de provimento efetivo nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):

- Não possui registro
- Quantidade: _____

44.2. Informe o número de profissionais da educação não docentes (monitor, pedagoga, psicóloga, secretária) temporários nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):

- Não possui registro
- Quantidade: _____

Como responder:

Preencha ambas as informações com um número inteiro, maior ou igual a zero. Caso não possua registro da informação, deixe o respectivo campo em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero a cada uma das respostas. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre a situação do município no mês de dezembro do ano avaliado (controle por Escola e ano escolar), constando o número de profissionais efetivos e temporários, de forma discriminada, atuantes no Ciclo I (anos iniciais do ensino fundamental), por função não docente.

PERGUNTA 45

45. Sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, informe, com base na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007:

Percentual TOTAL aplicado em MDE: _____

Percentual aplicado no Magistério: _____

Como responder:

Preencha ambas as informações com um número percentual na faixa de 0,00 a 100,00.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Quanto à primeira informação, a evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre o **total de despesas** empenhadas, liquidadas e pagas com as fontes de recursos oriundas do FUNDEB (recebidas naquele exercício e o saldo de até 5% referente ao ano anterior).

Quanto à segunda informação, a evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre **as despesas com magistério** empenhadas, liquidadas e pagas com as fontes de recursos oriundas do FUNDEB (recebidas naquele exercício e o saldo de até 5% referente ao ano anterior).

PERGUNTA 46

46. Com base no Art. 212 da Constituição da República Federativa do Brasil, informe:

Percentual da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino: _____

Como responder:

Preencha a informação com um número percentual na faixa de 0,00 a 100,00.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre o **total de despesas** empenhadas, liquidadas e pagas **na função de governo educação** utilizando **fontes de recursos de impostos**. Observe que esta informação também se encontra presente no RREO (Relatório Resumido de Execução Orçamentária) e nos demonstrativos de prestações de contas de governo, que podem ter ajustes posteriores determinados pelo TCE-RJ.

PERGUNTA 47

47. Qual a quantidade de matrículas realizadas em creche? _____

Como responder:

Preencha a informação com um número inteiro, maior ou igual a zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre a situação do município no mês de dezembro do ano avaliado (controle por escola e ano escolar), constando o número de matrículas efetivadas em creche.

PERGUNTA 48

48. Qual a quantidade de matrículas realizadas em pré-escola? _____

Como responder:

Preencha a informação com um número inteiro, maior ou igual a zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre a situação do município no mês de dezembro do ano avaliado (controle por escola e ano escolar), constando o número de matrículas efetivadas em pré-escola.

PERGUNTA 49

49. Qual a quantidade de matrículas realizadas no Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)? _____

Como responder:

Preencha a informação com um número inteiro, maior ou igual a zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre a situação do município no mês de dezembro do ano avaliado (controle por escola e ano escolar), constando o número de matrículas efetivadas no Ciclo I.

PERGUNTA 50

50. Qual a quantidade de professores efetivos destinados à creche? _____

Como responder:

Preencha a informação com um número inteiro, maior ou igual a zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre a situação do município no mês de dezembro do ano avaliado (controle por escola e ano escolar), constando o quantitativo de professores efetivos destinados à creche.

PERGUNTA 51

51. Qual a quantidade de professores temporários destinados à creche? _____

Como responder:

Preencha a informação com um número inteiro, maior ou igual a zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre a situação do município no mês de dezembro do ano avaliado (controle por escola e ano escolar), constando o quantitativo de professores temporários destinados à creche.

PERGUNTA 52

52. Qual a quantidade de professores efetivos destinados à pré-escola? _____

Como responder:

Preencha a informação com um número inteiro, maior ou igual a zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre a situação do município no mês de dezembro do ano avaliado (controle por escola e ano escolar), constando o quantitativo de professores efetivos destinados à pré-escola.

PERGUNTA 53

53. Qual a quantidade de professores temporários destinados à pré-escola? _____

Como responder:

Preencha a informação com um número inteiro, maior ou igual a zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre a situação do município no mês de dezembro do ano avaliado (controle por escola e ano escolar), constando o quantitativo de professores temporários destinados à pré-escola.

PERGUNTA 54

54. Qual a quantidade de professores efetivos destinados aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)? _____

Como responder:

Preencha a informação com um número inteiro, maior ou igual a zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre a situação do município no mês de dezembro do ano avaliado (controle por escola e ano escolar), constando o quantitativo de professores efetivos destinados ao Ciclo I.

PERGUNTA 55

55. Qual a quantidade de professores temporários destinados aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)? _____

Como responder:

Preencha a informação com um número inteiro, maior ou igual a zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre a situação do município no mês de dezembro do ano avaliado (controle por escola e ano escolar), constando o quantitativo de professores temporários destinados ao Ciclo I.

PERGUNTA 56

56. Informe a porcentagem de professores efetivos com pós-graduação:

Creche: _____

Pré-escola: _____

Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): _____

Como responder:

Preencha todas as informações com um número percentual na faixa de 0,00 a 100,00.

Observe que esses percentuais devem ser tomados, respectivamente, em relação ao total de professores alocados a cada etapa do ensino (ex.: número de professores efetivos com pós-graduação alocados à creche / total de professores efetivos alocados à creche).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre o quantitativo de professores efetivos com pós-graduação, discriminados por período escolar (creche, pré-escola e Ciclo I), com posição no mês de dezembro do ano avaliado.

PERGUNTA 57

57. Quantos estabelecimentos municipais de ensino destinados à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) estavam funcionando durante o exercício de 2017?

Creche: _____

Pré-escola: _____

Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): _____

Como responder:

Preencha todas as informações com um número inteiro, maior ou igual a zero.

Na hora de contabilizar o caso das escolas mistas, tenha atenção à observação constante do questionário.

Devem ser consideradas todas as modalidades de ensino (tempo integral ou não).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre o quantitativo de estabelecimentos de ensino (creche, pré-escola e Ciclo I) que estavam em funcionamento e disponíveis para uso dos alunos, com posição no mês de dezembro do ano avaliado.

Importa destacar que os quantitativos devem vir discriminados por período escolar (creche, pré-escola e Ciclo I) e as instituições nominadas.

PERGUNTA 58

58. Quantos estabelecimentos de ensino estavam funcionando em período integral durante o exercício de 2017?

Creche: _____

Pré-escola: _____

Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): _____

Como responder:

Preencha todas as informações com um número inteiro, maior ou igual a zero.

Na hora de contabilizar o caso das escolas mistas, tenha atenção à observação constante do questionário.

Devem ser considerados apenas os estabelecimentos com modalidade de ensino em tempo integral.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre o quantitativo de estabelecimentos de ensino (creche, pré-escola e Ciclo I) que estavam em funcionamento e disponíveis para uso dos alunos, com posição no mês de dezembro do ano avaliado.

Importa destacar que os quantitativos devem vir discriminados por período escolar (creche, pré-escola e Ciclo I) e as instituições nominadas.

PERGUNTA 59

59. Qual a quantidade total de professores/profissionais de educação em sala de aula para atendimento constante e direto dos alunos da rede municipal?

Creche: _____

Pré-escola: _____

1º ano – Ensino Fundamental: _____

2º ano – Ensino Fundamental: _____

3º ano – Ensino Fundamental: _____

4º ano – Ensino Fundamental: _____

5º ano – Ensino Fundamental: _____

Como responder:

Preencha todas as informações com um número inteiro, maior ou igual a zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre a situação do município no mês de dezembro do ano avaliado (controle por escola e ano escolar), constando o número de profissionais de educação em sala de aula para cada período apontado.

Obs.: Considerar como TOTAL de professores: efetivos, temporários, contratados e outros.

PERGUNTA 01

1. Com base nos dados da execução orçamentária da Lei Orçamentária Anual (Exercício de 2017), informe os seguintes valores:

Receita arrecadada: _____

Receita prevista atualizada: _____

Despesa executada: _____

Despesa fixada final: _____

Créditos Adicionais Abertos com base em Superávit Financeiro: _____

Como responder:

Registre o valor numérico, sem prefixo de moeda R\$ e com duas casas decimais para cada um dos itens listados.

Como evidenciar ou coletar as informações:

As evidências podem ser constituídas mediante a apresentação do quadro principal do **Balanco Orçamentário do exercício referente ao ano avaliado**. No caso da **receita arrecadada**, consulte o total das receitas orçamentárias arrecadadas. Para a **receita prevista atualizada**, verifique o total das receitas orçamentárias previstas atualizadas. Para a **despesa executada**, considere o total das despesas orçamentárias empenhadas. Para a **despesa fixada final**, considere o total das dotações orçamentárias atualizado.

No tocante aos **créditos adicionais abertos com base em superávit financeiro**, a evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação da lei que autoriza a abertura de créditos (Art. 42 da Lei Federal nº 4.320/64), e das publicações dos decretos executivos de abertura de crédito adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários) nos quais estejam presentes os seguintes elementos: finalidade (autorização de despesa não computada ou reforço de dotação), o programa de trabalho, o elemento de despesa, a fonte, e o valor em reais. O fundamento legal dos decretos deve estar em conformidade com o Art.43, §1º, I da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964. Para a resposta, deve ser considerada a soma de todos os valores de créditos adicionais abertos com base em superávit financeiro.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição (Válido a partir do exercício de 2017), Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 2. Balanco Orçamentário (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>) preconiza que os **créditos adicionais abertos com base em superávit financeiro devem vir discriminados** no Balanco Orçamentário, conforme o modelo utilizado, quando da apresentação das **prestações de contas de governo municipais**.

PERGUNTA 02

2. Com base nos dados do balanço patrimonial do exercício de 2017, informe os seguintes valores:

Ativo financeiro: _____

Passivo financeiro: _____

Como responder:

Registre o valor numérico, sem prefixo de moeda R\$ e com duas casas decimais para cada um dos itens listados.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Para ambas as informações, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação do Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes que compõe o Balanço Patrimonial.

Fonte: **STN. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição (Válido a partir do exercício de 2017)**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>. Acesso em 09.05.2018.

PERGUNTA 03

3. Sobre os restos a pagar processados e não processados do exercício de 2017, informe os seguintes valores:

Saldo inicial total dos restos a pagar: _____

Total de pagamentos realizados: _____

Como responder:

Registre o valor numérico, sem prefixo de moeda R\$ e com duas casas decimais para cada um dos itens listados.

Como evidenciar ou coletar as informações:

As evidências podem ser constituídas mediante a apresentação do Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados que compõem o Balanço Orçamentário. Vide o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição (Válido a partir do exercício de 2017), Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 2. Balanço Orçamentário), disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>.

PERGUNTA 04

4. Com base nos dados do exercício de 2017, em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, informe:

Percentual apurado com a Despesa total de pessoal - Poder Executivo: _____

Percentual apurado com a Despesa total de pessoal - Poder Legislativo: _____

Percentual da dívida fundada (Saldo Final em 12/16) em relação à RCL: _____

Como responder:

Registre o valor numérico, sem sufixo percentual %, com duas casas decimais e na faixa de 0,00 a 100,00 para as duas primeiras perguntas, e de 0,00 a 120,00 para a terceira.

Como evidenciar ou coletar as informações:

No que diz respeito ao **percentual apurado com a despesa total de pessoal - Poder Executivo**, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação do Anexo 1 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal, do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Executivo, referente ao 3º quadrimestre / 2º semestre de 2017. Extraia o percentual do total da despesa líquida com pessoal para fins de apuração do limite (TDP sobre RCL).

No tocante ao **percentual apurado com a despesa total de pessoal - Poder Legislativo** realize procedimento similar ao de cima, sobre o Demonstrativo da Despesa com Pessoal relativa ao Poder Legislativo.

Para apurar o **percentual da dívida fundada em relação à RCL**, utilize o Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Executivo referente ao 3º quadrimestre / 2º semestre de 2017. Extraia o percentual da Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL (Receita Corrente Líquida), relativo ao final do exercício.

PERGUNTA 05

5. Sobre pagamento de Precatórios, informe os seguintes valores referentes ao exercício de 2017:

Saldo inicial dos precatórios: _____

Saldo final dos precatórios: _____

Como responder:

Registre o valor numérico, sem prefixo de moeda R\$ e com duas casas decimais para cada um dos itens listados.

Como evidenciar ou coletar as informações:

As evidências podem ser constituídas mediante a apresentação dos Anexos 14 (Balanço Patrimonial), 16 (Demonstrativo da Dívida Fundada Interna) ou 17 (Demonstrativo da Dívida Flutuante) da Lei 4.320/64; ou mediante o Anexo 2 do Relatório de Gestão Fiscal (Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida), se estiverem contabilizados os precatórios. Para a apuração do saldo inicial, verifique os valores consignados na coluna “exercício anterior” e para a apuração do saldo final, verifique os valores registrados na coluna “exercício atual”.

Para auxiliar na contabilização dos precatórios, a Procuradoria do Município pode solicitar ao TJRJ, por meio da Divisão de Precatórios Judiciais (DIPRE), o Relatório Geral de Precatórios com o saldo devido até o exercício solicitado.

PERGUNTA 06

6. O repasse de duodécimos às Câmaras foi realizado dentro dos limites legais, de acordo com o Art. 29-A da Constituição Federal?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Caso tenha dúvidas no enquadramento dos percentuais do Art. 29-A da Constituição Federal, consulte o **Anexo IX da Decisão Normativa – TCU n.º 157, de 30 de novembro de 2016**, que trata da aprovação para o exercício de 2017, dos coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para a distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso I, alíneas “b”, “d” e “e”, da Constituição Federal e da Reserva instituída pelo Decreto-Lei 1.881, de 27 de agosto de 1981 (<http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/DN/20161201/DNT2016-157.doc>).

Para extrair as informações acerca dos valores das receitas orçamentárias (tributária e transferências constitucionais previstas no §5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, da CF/88), consulte o Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64.

A evidência pode ser constituída mediante a cópia dos comprovantes de repasses efetuados à Câmara Municipal, mensalmente, com data e valor do repasse efetuado, bem como a alíquota do percentual devido.

PERGUNTA 07

7. Os repasses para o regime geral ou regime próprio de previdência social são realizados dentro do prazo legal?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída, mediante as cópias dos comprovantes de repasses efetuados ou relação de pagamentos contabilizados com data e valor dos repasses efetuados.

Também se deve guardar a cópia do Comprovante do Repasse ao RPPS, emitido em caráter obrigatório em virtude da legislação previdenciária pertinente (Maiores informações em: <http://www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/demonstrativos-rpps/comprovante-de-repasse/>).

PERGUNTA

01

1. A prefeitura municipal possui PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação - que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro?

- *Sim, com metas acima de 02 anos (após 2019)*
- *Não, com metas para até 02 anos (até 2019)*
- *Não possui PDTI*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Inicialmente, o município deve verificar se existe Plano Diretor de Tecnologia da Informação em vigor. O Plano Diretor de TI tem amparo no Plano Estratégico do município para um período de tempo definido.

Normalmente, o PDTI é aprovado através de normativo próprio, que pode ser uma lei municipal ou um ato do Poder Executivo.

Caso o município possua um PDTI em vigor, a evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação do normativo que o aprovou, bem como o Plano propriamente dito.

Caso o município não possua um PDTI, ou o documento esteja em elaboração, ou ainda esteja fora da vigência ou defasado, deve escolher a opção “*Não possui PDTI*”. Nesse caso, nenhuma evidência precisará ser coletada.

Obs.: Para a elaboração do PDTI, recomenda-se a leitura do Guia de Elaboração do PDTI do SISP, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: http://www.sisp.gov.br/guiapdti/wiki/download/file/Guia_de_Elaboração_de_PDTI_v1.0_-_versao_digital_com_capa.pdf

PERGUNTA 02

2. A prefeitura municipal possui documento formal publicado que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos funcionários municipais, conhecido como Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação é um documento que estabelece regras para a proteção da integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações. Ela estabelece procedimentos para o tratamento da informação, controle de acesso, uso do correio eletrônico, para a cópia de segurança (*backup*), administração dos *data centers*, acesso e uso da Internet, entre outros itens de segurança.

Inicialmente, identifique se o município dispõe de uma Política de Segurança da Informação e se ela se encontra publicada, pois a condição de sucesso para a implantação dos procedimentos é a ampla divulgação aos servidores municipais.

Em caso afirmativo, para coletar a evidência, identifique se o documento foi aprovado através de normativo específico de âmbito municipal.

Nesse caso, a evidência pode ser constituída mediante a cópia em PDF da publicação da legislação específica, bem como o documento propriamente dito. O arquivo PDF deve indicar a URL de acesso ao documento (que pode estar armazenado no *site* da prefeitura ou da câmara municipal)

Obs.: Para desenvolver boas práticas em segurança da informação, a leitura recomendável é o guia do TCU (Boas Práticas em Segurança da Informação), disponível em:

<http://www4.planalto.gov.br/cgti/assuntos/publicacoes/2511466.pdf>

PERGUNTA 03

3. A prefeitura municipal possui quadro com funcionários de área de Tecnologia da Informação?

- *Sim, com funcionários efetivos*
- *Sim, com funcionários efetivos e temporários*
- *Sim, com funcionários temporários*
- *Não possui esse quadro*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

As informações necessárias podem ser buscadas junto ao sistema de RH da Prefeitura Municipal.

Consideram-se funcionários efetivos os servidores municipais efetivos que ingressaram no serviço público mediante concurso, após a Constituição Federal ou sem concurso, antes da entrada em vigência da Constituição.

Consideram-se temporários: os terceirizados, os exclusivamente ocupantes de cargos comissionados de livre nomeação, e os cedidos à prefeitura.

Para fins de coleta das evidências, é possível utilizar a lista de servidores da área de TI, extraída do Sistema de RH do município, se nesta lista estiverem presentes as informações acerca do tipo de vínculo e lotação.

Outra opção para a comprovação do fato de que o quadro de pessoal da área de TI conta com servidores efetivos é guardar a cópia da publicação dos editais de concurso público realizados para o provimento destes cargos, com os subsequentes atos de nomeação (*Quanto aos editais e atos de provimento dos cargos, basta coletar uma amostra de cada tipo*).

A primeira opção de resposta (“*Sim, com funcionários efetivos*”) ocorre quando a integralidade do quadro de servidores é composta de servidores efetivos. A terceira opção corresponde à situação oposta: quando todos os servidores que atuam em TI são terceirizados. A segunda opção é a mais comum, quando o município conta com alguns terceirizados e outros servidores efetivos.

No caso de terceirizados, a prefeitura pode apresentar os contratos de prestação de serviços (de desenvolvimento, de suporte, ou de infraestrutura), bem como a lista de funcionários terceirizados que prestam serviços especializados na área de TI, desde que na forma de declaração emitida pela empresa contratada.

PERGUNTA 04

4. A prefeitura municipal define as competências necessárias para as atividades de seu pessoal de TI (área de formação, especialização etc.)?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

As competências necessárias para a atividade do pessoal de TI encontram-se normalmente listadas na legislação que trata sobre o plano de cargos e salários do município (PCS), ou nas normas de hierarquia inferior que o regulamentam. Nesse caso, guarde a cópia da legislação e das demais normas, com atenção para aquelas que tratam das atividades da área de Tecnologia da Informação (TI).

O PCS pode definir as atribuições do cargo (ex.: desenvolver e dar manutenção em sistemas de TI), bem como os requisitos para investidura no cargo (ex.: possuir diploma de nível superior em informática, com especialização em análise de sistemas).

Na ausência de um documento formal desse tipo que defina quais cargos estão previstos, suas respectivas atribuições e requisitos para investidura, é possível utilizar os editais de concursos públicos previamente já realizados, os quais indicarão as atribuições de cada cargo, ainda que não seja a situação ideal.

Obs.: A situação ideal é que exista um normativo fornecendo as diretrizes para a investidura e para o exercício dos cargos. Tal normativo direciona a confecção posterior dos editais para provimento de cargos na área de TI, e no caso do exercício efetivo, orienta o gestor a fim de impedir a ocorrência de desvios de função.

PERGUNTA 05

5. A prefeitura disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI?

- *Sim*
- *Não*

5.1. Qual periodicidade: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 5.1 será habilitada. Nesse caso, informe a periodicidade no campo texto (ex.: trimestralmente, semestralmente, anualmente).

Como evidenciar ou coletar as informações:

Deve ser verificado se os servidores da área de TI (efetivos ou temporários) participam regularmente de cursos de capacitação a fim de se atualizarem quanto à tecnologia.

Podem servir como evidências: cópia dos certificados dos cursos de TI realizados pelos servidores (amostra); cópia de contratos de prestação de serviços de treinamento na área de TI, informando a quantidade de servidores treinados; cópia de normativos que regulamentem tais programas de capacitação; entre outros meios possíveis.

Obs.: A Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ disponibiliza alguns cursos na área de tecnologia da informação gratuitamente aos jurisdicionados (vide <http://www.ecg.tce.rj.gov.br/publico-alvo-municipal>).

PERGUNTA 06

6. A prefeitura mantém site na Internet com informações atualizadas (semanalmente)?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Nesse quesito, praticamente todos os municípios dispõem de um domínio dentro da estrutura “**.rj.gov.br**”. Em alguns poucos casos, o *site* encontra-se sendo reformulado, mas na maioria dos casos encontra-se operacional.

O *site* a ser considerado deve estar no domínio “**.rj.gov.br**”, que é reservado a *sites* governamentais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Caso o *site* da prefeitura esteja operacional, a opção a ser escolhida é “**Sim**”. Nesse caso, a evidência pode ser constituída mediante a criação de um arquivo PDF a partir da página inicial, tomando-se o cuidado de que a URL (endereço eletrônico) de acesso ao *site* esteja aparecendo no documento (geralmente no rodapé). É possível também comprovar que as atualizações ocorrem semanalmente, imprimindo-se a página de Notícias do *site*, se houver, a qual, por si só, já é suficiente.

Não é necessário que todo o *site* esteja com as informações atualizadas, mas se globalmente estiver muito desatualizado (mais de 50% das informações disponíveis defasadas, por exemplo), é preferível responder “**Não**” ao critério. Também deverá ser respondido “**Não**” se o *site* estiver em processo de reformulação ou “em construção”.

Obs.: Este quesito não se refere às exigências contidas na Lei de Transparência (Lei Complementar 131/09).

PERGUNTA 07

7. O PDTI é divulgado na Internet?

- *Sim*
- *Não*
- *Não possui PDTI*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Essa pergunta é complementar à pergunta nº 1. Dessa forma, caso a resposta daquela pergunta tenha sido “*Não possui PDTI*”, a resposta aqui deverá ser compatível (também “*Não possui PDTI*”).

A opção “*Sim*” significa que “o município possui um PDTI em vigor” e que “ele se encontra publicado na Internet” (as duas assertivas devem ser válidas).

A opção “*Não*” significa que “o município possui um PDTI em vigor” e que “ele não está publicado na Internet” (também as duas assertivas devem ser válidas). Atenção para esse detalhe sutil.

Já a opção “*Não possui PDTI*” significa que o município não possui o documento desenvolvido (não podendo, portanto, estar publicado).

Como evidenciar ou coletar as informações:

Caso o município possua um PDTI em vigor, ele pode estar sendo divulgado ou não (a situação ideal é que o documento seja divulgado). Essa divulgação pode se dar no *site* da Prefeitura ou no *site* da Câmara Municipal.

A divulgação no *site* da Câmara Municipal normalmente ocorre quando o PDTI é aprovado através de legislação municipal específica. Porém, às vezes, o PDTI é adotado, mas a Prefeitura não o submete formalmente à Câmara Municipal para aprovação.

Em qualquer dos casos, a evidência pode ser constituída mediante a criação de um arquivo PDF demonstrando que o documento encontra-se publicado. Esse arquivo deve ser criado a partir da respectiva página de publicação na Internet, tomando-se o cuidado de que a URL (endereço eletrônico do tipo *http*) esteja visível no PDF. Além disso, deve-se guardar o PDTI propriamente dito.

PERGUNTA 08

8. Os dados e documentos relativos a contratos de processos licitatórios são divulgados na Internet?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O *site* da Prefeitura deve possuir uma seção de “**Licitações**”, com fácil acesso ao conteúdo (dados completos, ferramenta de busca e arquivos disponibilizados para *download*).

Nessa seção devem estar publicados os **avisos de licitação** indicando, por exemplo, as seguintes informações: Modalidade empregada, nº da licitação e ano, nº do processo administrativo, data e hora do certame, objeto, valor, além dos arquivos relativos aos editais disponíveis para *download* e a fase em que a licitação se encontra (ex.: “prevista”, “adjudicada”, “homologada”, “concluída”, etc.)

Podem estar disponibilizados também os despachos da comissão de licitação e os atos subsequentes, tais como a adjudicação, a homologação e a assinatura dos contratos, que no caso, devem estar disponíveis para *download* (contratos assinados e digitalizados) a fim de atender especificamente à pergunta.

Caso a seção exista, e as informações no site da Prefeitura estejam completas, a resposta deve ser “**Sim**”. Caso contrário, informe “**Não**”.

Eventualmente, o município pode possuir também um Diário Oficial Eletrônico na Internet, com publicações dos atos administrativos relativos às licitações, mas caso possua apenas o DO Eletrônico e não faça a divulgação de forma concentrada (em uma seção do *site*, como sugerido acima), nem possua ferramentas de busca ou disponibilize os arquivos para facilitar o acesso ao público externo, entendemos que a pergunta deve ser respondida como “**Não**”.

A evidência que se sugere é a impressão da página inicial da seção de licitações, com amostras dos processos licitatórios ocorridos ou em curso, demonstrando que as informações encontram-se presentes. Esse arquivo pode ser convertido em PDF e guardado como evidência.

Essa pergunta é complementar à pergunta nº 15 e o cerne dela diz respeito à divulgação **dos arquivos digitalizados dos contratos assinados**.

PERGUNTA 09

9. Os dados relativos à transparência na gestão fiscal (planejamento, execução orçamentária, arrecadação de tributos etc.) são divulgados na internet, nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal?

- Sim
- Não
- Sem resposta

9.1. Selecione os instrumentos divulgados na internet:

- Planos
- Orçamentos
- LDO
- Prestações de Contas e respectivos pareceres prévios
- RREO e sua versão simplificada
- RGF e sua versão simplificada

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 9.1 será habilitada. Nesse caso, devem ser selecionados todos os instrumentos que se encontram divulgados.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Para a lista extensiva de requisitos a serem observados no Art. 48 da LRF, consulte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm#Art48.

“Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.”

Para cada documento exigido (plano estratégico, plano plurianual, orçamento, lei de diretrizes orçamentárias, prestação de contas e respectivo parecer prévio, Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, Relatório de Gestão Fiscal – RGF e outros), **identifique a seção do site relativa à transparência** e as URLs (endereços eletrônicos) de acesso aos documentos.

A evidência de cada resposta pode ser constituída mediante a criação de um arquivo PDF a partir da página de acesso (ou páginas), tomando-se o cuidado de que a URL de acesso esteja presente no PDF.

PERGUNTA 10

10. Sobre as compras públicas (licitações) que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação, responda:

- Há participação do pessoal de TI no processo de compra (especificação técnica, comissão de julgamento, recebimento do objeto)
- Não há pessoal de TI envolvido no processo de compra

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Inicialmente, devem ser identificadas as licitações cujo objeto é a aquisição de bens e serviços na área de TI (tecnologia da informação).

Elas podem dizer respeito, por exemplo, à aquisição de *hardware* (como por exemplo: computadores, impressoras, scanners, servidores de rede e banco de dados, entre outros); de soluções de *software* disponíveis comercialmente; de contratos de prestação de serviços de desenvolvimento de *softwares* específicos para o órgão público (ex.: fábrica de *software*); contratos de prestação de serviços de consultoria na modalidade SAAS (*Software As A Service*); de serviços de manutenção da infraestrutura (como instalação e cabeamento da infraestrutura de redes de computadores); de prestação de serviços de telecomunicações (como por exemplo, de acesso à Internet); de prestação de serviços de suporte técnico; entre outros.

Após essa identificação é preciso avaliar três atos administrativos típicos da licitação:

a) Na elaboração dos termos de referência, cujo objeto deve ter suas especificações técnicas definidas pela área de TI. Nesse caso, a evidência pode ser constituída pelos termos de referência digitalizados, se assinados ou encaminhados pela área de TI.

b) Na etapa de julgamento, através das atas da comissão, que devem ser corroboradas pela área de TI, através da participação de técnicos que irão verificar se o objeto apresentado na proposta comercial confere com o solicitado através do termo de referência. Nesse caso, a evidência pode ser constituída mediante as atas digitalizadas, se contiverem a assinatura dos servidores da área de TI que participaram das reuniões dessa etapa.

c) No recebimento do objeto, após testes efetuados pela equipe técnica da área de TI, para fins de aceite do produto, em termos de qualidade, o que pode ser comprovado pelo termo de recebimento definitivo do produto (como essa é uma função do fiscal do contrato, essa função deve ser exercida por um servidor da área de TI). Nesse caso, a evidência pode ser constituída mediante os termos de recebimento, se assinados por servidores da área de TI que atuem como fiscais do contrato.

PERGUNTA 11

11. Sobre os dados da Dívida Ativa da prefeitura municipal, responda:

- *Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município*
- *Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados*
- *Os dados não possuem registros eletrônicos*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

No caso da resposta “*Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município*”, a evidência pode ser constituída mediante declaração assinada pelo titular da área de TI do município informando tal fato, bem como o nome e versão do sistema utilizado para o controle da dívida ativa do município, além da tecnologia de gerenciamento de bancos de dados utilizada (ex.: Microsoft SQL Server, Oracle, e outros). Também é possível complementar a evidência com o manual do sistema de controle da dívida ativa, se disponível e digitalizado em PDF.

Quanto à opção de resposta “*Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados*”, a evidência pode ser constituída mediante a cópia do contrato com a empresa que providencia o serviço de armazenamento externo dos dados ou de uso do sistema (documentos digitalizados em PDF), podendo ser complementado com o manual do sistema, se disponível e digitalizado em PDF.

A opção “*Os dados não possuem registros eletrônicos*” dispensa a coleta de evidências.

PERGUNTA 12

12. Sobre os dados do IPTU do município, responda:

- *Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município*
- *Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados*
- *Os dados não possuem registros eletrônicos*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

No caso da resposta “*Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município*”, a evidência pode ser constituída mediante declaração assinada pelo titular da área de TI do município informando tal fato, bem como o nome e versão do sistema utilizado para controle do IPTU (boletos, consulta à situação fiscal dos contribuintes, e outros serviços relacionados), além da tecnologia de gerenciamento de bancos de dados utilizada (ex.: Microsoft SQL Server, Oracle, e outros). A evidência pode ser complementada pelo manual de uso do sistema de controle do IPTU, se disponível e digitalizado em PDF.

Quanto à opção de resposta “*Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados*”, a evidência pode ser constituída mediante a cópia do contrato com a empresa que providencia o serviço de armazenamento externo dos dados ou de uso do sistema (documentos digitalizados em PDF). A evidência também pode ser complementada pelo manual de uso do sistema, se disponível e digitalizado em PDF.

A opção “*Os dados não possuem registros eletrônicos*” dispensa a coleta de evidências.

PERGUNTA 13

13. Sobre a arrecadação tributária municipal, no que diz respeito ao ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), responda:

- *A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse direta.*
- *A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse indireta, ou seja, gerenciados ou administrados por empresas terceirizadas.*
- *Não foi implantada a NFE*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

No caso da resposta *“A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse direta”*, a evidência pode ser constituída mediante declaração assinada pelo titular da área de TI do município informando tal fato, bem como o nome e versão do sistema utilizado para emissão da nota fiscal eletrônica e serviços associados (consulta de notas fiscais, por exemplo), além da tecnologia de gerenciamento de bancos de dados utilizada (ex.: Microsoft SQL Server, Oracle, e outros). A evidência pode ser complementada pelo manual de uso do sistema, se disponível e digitalizado em PDF.

Quanto à opção de resposta *“A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse indireta, ou seja, gerenciados ou administrados por empresas terceirizadas”*, a evidência pode ser constituída mediante a cópia do contrato com a empresa que providencia o serviço de armazenamento externo dos dados ou de uso do sistema (documentos digitalizados em PDF). A evidência também pode ser complementada pelo manual de uso do sistema, se disponível e digitalizado em PDF.

A opção *“Não foi implantada a NFE”* dispensa a coleta de evidências.

PERGUNTA 14

14. Sobre compras públicas (licitações) que tenham por objetivo desenvolvimento, melhoria ou manutenção de software, responda qual métrica é utilizada para determinar o tamanho do software (e consequentemente o prazo e custo):

- *É utilizada a métrica de Pontos de Função*
- *Existe uma métrica, mas não é Pontos de Função*
- *Não existe métrica*
- *Não houve licitações de software*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Inicialmente, realize uma filtragem acerca das licitações cujo objeto se relaciona à aquisição de bens e serviços na área de TI. A seguir, identifique aquelas que dizem respeito à contratação de empresas para o desenvolvimento de *softwares* (sistemas) novos ou para a manutenção dos sistemas atuais. Para responder à pergunta, considere apenas os sistemas de uso exclusivo, deixando de lado as soluções comerciais de *softwares* prontos disponíveis no mercado para ampla utilização.

A partir desse subconjunto, verifique se os termos de referência que embasam a definição do objeto a ser contratado se utilizam da técnica da **Análise de Pontos de Função (APF)**, desenvolvida por Allan Albrecht para determinar o custo do produto (vide maiores informações sobre a técnica em https://en.wikipedia.org/wiki/Function_point).

A métrica serve para determinar o custo e o tempo de desenvolvimento de sistemas a partir das funcionalidades requeridas pelo usuário.

Nesse sentido, as evidências podem ser constituídas mediante as cópias dos termos de referência das licitações cujo objeto é o desenvolvimento de sistemas, contendo a definição daqueles que foram contratados com base na estimativa por pontos de função (ou opcionalmente, na métrica utilizada, se não for a APF).

PERGUNTA 15

15. Os dados e documentos relativos a editais dos processos licitatórios são divulgados na Internet?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O site da Prefeitura deve possuir uma seção de “**Licitações**”, com fácil acesso ao conteúdo (dados completos, ferramenta de busca e arquivos disponibilizados para *download*).

Nessa seção devem estar publicados os **avisos de licitação** indicando, por exemplo, as seguintes informações: Modalidade empregada, nº da licitação e ano, nº do processo administrativo, data e hora do certame, objeto, valor, além dos arquivos relativos aos editais disponíveis para *download* e a fase em que a licitação se encontra (ex.: “prevista”, “adjudicada”, “homologada”, “concluída”, etc.)

Podem estar disponibilizados também os despachos da comissão de licitação e os atos subsequentes, tais como a adjudicação, a homologação e a assinatura dos contratos, que no caso, podem estar disponíveis para *download*, assinados e digitalizados (cumprindo-se o requisito da pergunta 8).

A evidência que se sugere é a impressão da página inicial da seção de licitações, com amostras dos processos licitatórios ocorridos ou em curso, demonstrando que as informações encontram-se presentes (**em especial, os editais para *download***). Esse arquivo pode ser convertido em PDF para constituir a evidência.

Essa pergunta é complementar à pergunta 8 e o cerne dela diz respeito à **divulgação dos editais completos digitalizados**. O edital é composto por vários elementos como: edital, modelo de proposta comercial, termo de referência, modelo de declarações a serem apresentadas, minuta do contrato e outros anexos importantes. **Eles devem estar disponíveis para *download*, pelas empresas interessadas em participar das licitações, nos prazos legais estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93.**

PERGUNTA 16

16. Há uso de tecnologia (internet) para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Escolha “*Sim*” se a Prefeitura realiza contratações na modalidade de licitação de pregão eletrônico, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520/02.

Nesse caso, a evidência pode ser constituída mediante a cópia digitalizada das atas recentes (ou seja, do ano do exercício) emitidas pela Comissão de Licitação, demonstrando que itens foram adquiridos através dessa modalidade.

Responda “*Não*” se a prefeitura não utilizar a modalidade de pregão eletrônico. Nesse caso, dispensa-se a produção de evidências.

PERGUNTA 17

17. Os sistemas e softwares disponibilizados são divulgados aos usuários e eles recebem treinamento adequado para a utilização dos mesmos?

- *Sim, é divulgado e há treinamento*
- *Sim, é divulgado, mas não há treinamento*
- *Sim, há treinamento, mas não há divulgação*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A opção de resposta “*Não*” dispensa a coleta de evidências.

Para a **divulgação**, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação das cartilhas, folhetos, *banners*, fotos, notícias publicadas na Internet, e quaisquer outros meios de provas que se destinem a demonstrar a ampla publicidade que é dada aos usuários sobre os sistemas utilizados pela Prefeitura, no âmbito interno. É importante que nesses documentos, esteja presente a informação acerca de como o servidor poderá ter acesso aos manuais de utilização de cada sistema considerado.

Se os manuais dos sistemas estiverem publicados na Internet, é possível constituir a evidência mediante a criação de um arquivo PDF, a partir da página onde os manuais estiverem disponibilizados aos usuários para *download*.

Quanto ao **treinamento**, a evidência pode ser constituída mediante os registros dos treinamentos realizados (divulgação, mecanismos de inscrição, lista de presença, apostilas, certificados emitidos e outros).

PERGUNTA 18

18. O município possui legislação municipal que trata de Acesso à Informação?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

O Artigo 45 da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/11) assim dispõe:

*Art. 45. Cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em **legislação própria**, obedecidas as normas gerais estabelecidas nesta Lei, definir regras específicas, especialmente quanto ao disposto no art. 9º e na Seção II do Capítulo III.*

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

Esses dispositivos legais tratam especificamente da criação do Serviço de Informações ao Cidadão (Art. 9º) e do tratamento dos recursos no procedimento de acesso à informação. Como a maioria dos dispositivos da Seção II prevê que a competência é vinculada a órgãos federais, é preciso existir uma legislação municipal que, por simetria, regulamente o processo no nível local, levando-se em conta as estruturas similares no âmbito do ente federativo municipal.

Tal legislação pode tratar também, opcionalmente, das hipóteses de **dispensa da divulgação obrigatória**, nos termos do §4º do Art. 8º da LAI.

Assim, para responder a pergunta, inicialmente verifique se existe legislação municipal que trata do assunto. Caso exista, a resposta deve ser “*Sim*”. Caso contrário, a resposta deverá ser “*Não*”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Em caso de resposta afirmativa, a evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação da legislação no Diário Oficial do município, se atendidos os requisitos mínimos obrigatórios, conforme explicado acima.

PERGUNTA 19

19. Os dados relativos a atas da comissão de licitação de processos licitatórios são divulgados na Internet?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Vide também as perguntas 8 e 15 para aspectos gerais da divulgação de informações sobre processos licitatórios no *site* da Prefeitura na Internet.

Para poder responder “*Sim*” à pergunta acima, é preciso que as decisões tomadas pela Comissão de Licitação estejam disponíveis na Internet (atas de reunião da comissão, de julgamento e outras). Caso tais informações não estejam disponíveis na Internet, a resposta à pergunta deverá ser “*Não*”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a criação de um arquivo PDF a partir do endereço eletrônico (URL) de acesso às atas digitalizadas contendo as decisões proferidas pela Comissão de Licitação, tomando-se o cuidado de que a URL conste do referido arquivo PDF.

PERGUNTA 20

20. Que tecnologia (internet) é utilizada para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?

- Sistema Próprio
- Banco do Brasil
- ComprasNet
- Outros: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a opção escolhida seja “Outros”, informe adicionalmente o nome do sistema utilizado. Observe a coerência com o que foi respondido na pergunta 16.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Caso a Prefeitura realize contratações na modalidade de licitação do pregão eletrônico conforme dispõe a Lei nº 10.520/02 (e consequentemente tenha respondido “Sim” à pergunta 16), então, pelo menos uma das opções acima deverá ser obrigatoriamente selecionada.

Para responder à questão, consulte o pregoeiro (Presidente da Comissão de Licitação) acerca de qual sistema é utilizado.

A evidência pode ser constituída mediante a coleta de uma amostra das atas de realização dos pregões eletrônicos no exercício (a mesma evidência que comprova a pergunta 16).

PERGUNTA 21

21. O município dá pleno conhecimento e possibilita o acompanhamento pela sociedade, em tempo real, das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, nos termos do art. 48-A da LRF?

- Sim
- Não

21.1. Quais informações?

- *Atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa e da sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado.*
- *Do lançamento e do recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 21.1 será habilitada. Nesse caso, selecione as opções cabíveis.

Pelo menos uma das respostas deve ser selecionada, mas de fato, o Art. 48-A da LRF exige que ambas as informações sejam disponibilizadas ao público em geral.

Caso não seja possível gerar evidências para nenhuma delas, a resposta à pergunta principal deverá ser “Não”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A opção de resposta “Não” dispensa a coleta de evidências, porém implica no descumprimento do que preceitua o Art. 48-A da LRF.

No caso da primeira opção de resposta vinculada à pergunta 21.1, a evidência pode ser constituída mediante a criação de um arquivo PDF a partir da página na Internet onde são divulgados os dados da execução da despesa (ex.: empenhos pagos). Nesse arquivo PDF deve constar o endereço eletrônico (URL) de acesso às informações.

Devem estar divulgados os dados relativos à execução (por exemplo: número do empenho, valor, número do processo licitatório, objeto ou bens e serviços licitados, dados do beneficiário do pagamento, entre outros).

De forma similar, crie um arquivo PDF para demonstrar que os dados do lançamento e recebimento das receitas encontram-se divulgados ao público em geral na Internet.

PERGUNTA 01

1. O planejamento da prefeitura, para o ano de 2017, foi estruturado através de programas, indicadores, metas e ações?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa (“*Sim*”), a Pergunta 2 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do documento contendo os programas, indicadores, metas e ações (Por exemplo: Plano Estratégico). Nesse caso, guarde a cópia do documento digitalizado em PDF. Também será necessário atender ao disposto na Pergunta 2.

PERGUNTA 02

2. Realize o upload da planilha eletrônica contendo o planejamento da prefeitura estruturado através de Programas, indicadores, metas e ações, para o ano de 2017:

Como responder:

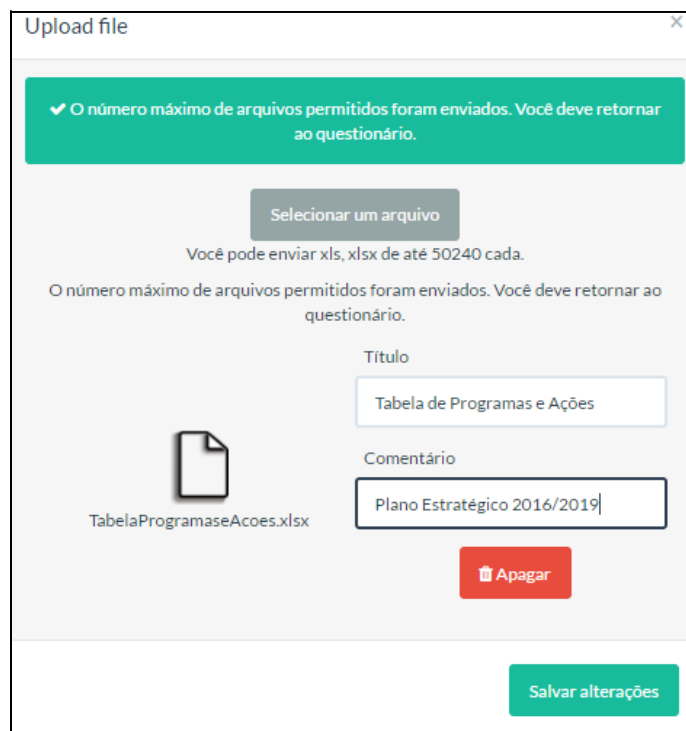
Esta pergunta somente estará habilitada no caso de resposta afirmativa à Pergunta 1.

Para atender ao que é solicitado, é preciso anexar a **planilha eletrônica** que contém a descrição dos itens indicados.



Inicialmente, faça o download do *template* da tabela, disponível no endereço: <http://www.tce.rj.gov.br/documents/10180/50311201/TabelaProgramaseAcoes.xlsx>. Na observação vinculada à pergunta existe um *link* para esse endereço.

Preencha os dados da tabela.

Depois, clique no botão **“Arquivos enviados”** e depois em **“Selecionar um arquivo”**. Abrir-se-á a tela para escolha do arquivo. Depois de selecionar o arquivo e clicar no botão **“Abrir”**, a tela da figura abaixo é mostrada. É possível então atribuir um título e comentários opcionais. No final, clique em **“Salvar alterações”**.



O arquivo ficará anexado ao questionário (figura abaixo). Se quiser alterá-lo, clique em **“Editar”** e refaça o procedimento.

Arquivos enviados			
	Título	Comentário	Nome do arquivo
	Tabela de Programas e Ações	Plano Estratégico 2016/2019	TabelaProgramaseAcoes.xlsx
			 Editar

Utilize preferencialmente o *template* que está no formato padrão do Microsoft Excel (.xlsx). Não realize o *upload* de arquivos PDF ou de outros tipos. Só é

possível enviar um arquivo.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Os itens solicitados na pergunta podem ser consultados no Plano Estratégico do município, quando desenvolvido com base em uma hierarquização de níveis. Estes níveis vão do mais abstrato (estratégico) ao mais concreto (operacional). Por exemplo: Perspectiva → Objetivos → Programas → Iniciativas ou Ações (*metodologia Balanced ScoreCards - BSc*). Quando implementadas, as iniciativas darão origem a projetos. Assim, programas também são vistos como coleções de projetos.

Cada objetivo ou programa estratégico vincula-se a indicadores que medem o seu nível de execução, permitindo o melhor gerenciamento a longo prazo. Por sua vez, **cada indicador estratégico deve possuir metas** estabelecidas com uma periodicidade determinada (de acordo com a conveniência do gestor). O confronto entre a medição dos indicadores e as metas propostas permite a correção de rumos no âmbito da execução de um Plano Estratégico. Assim, por exemplo, se o Plano Estratégico tiver uma vigência de 4 anos, um indicador cuja periodicidade da medição seja anual, possuirá 4 metas diferentes, uma para cada ano de vigência do Plano.

Dessa forma, é preciso preparar uma planilha eletrônica contendo as informações sobre programas, indicadores, metas e ações, conforme estabelecidas no Plano Estratégico. Essa planilha deverá ser enviada pelo LimeSurvey.

PERGUNTA 03

3. Informe o valor total da dotação inicial autorizada na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2017: _____

Como responder:

Registre o valor no formato numérico, sem prefixo de moeda R\$ e com duas casas decimais.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o Quadro Principal do Balanço Orçamentário do exercício avaliado, conforme modelo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição (Válido a partir do exercício de 2017) – Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>). Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

Outra opção é utilizar a Lei Orçamentária Anual – LOA (nesse caso, guarde também a cópia digitalizada da publicação em PDF).

PERGUNTA 04

4. Informe o valor total da dotação atualizada em 31/12/2017: _____

Como responder:

Registre o valor no formato numérico, sem prefixo de moeda R\$ e com duas casas decimais.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o Quadro Principal do Balanço Orçamentário do exercício avaliado, conforme modelo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição (Válido a partir do exercício de 2017) – Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>). Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 05

5. Informe o valor total da despesa liquidada com investimentos (despesas classificadas pelo código 44 - investimentos) em 2017: _____

Como responder:

Registre o valor no formato numérico, sem prefixo de moeda R\$ e com duas casas decimais.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o Quadro Principal do Balanço Orçamentário do exercício avaliado, conforme modelo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição (Válido a partir do exercício de 2017) – Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>). Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 06

6. Informe a receita total arrecadada em 2017: _____

Como responder:

Registre o valor no formato numérico, sem prefixo de moeda R\$ e com duas casas decimais.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o Quadro Principal do Balanço Orçamentário do exercício avaliado, conforme modelo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição (Válido a partir do exercício de 2017) – Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>). Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 07

7. Existe órgão ou servidor responsável pelo controle interno no município com atribuições formalmente definidas e com a apresentação de relatórios periódicos?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o normativo que disponha sobre a criação do órgão de controle interno na estrutura organizacional, definindo suas competências. Guarde a cópia do documento digitalizado em PDF.

É preciso complementar com o normativo que nomeia o titular do órgão de controle interno no período em análise, e com os relatórios periódicos emitidos pelo órgão de controle interno (documentos em PDF).

PERGUNTA 08

8. O servidor responsável pela contabilidade do município é ocupante de cargo de provimento efetivo?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o documento que comprova o registro do servidor no Sistema de RH do órgão, com cargo, função, tipo de vínculo e lotação definidos. Esse registro deve vir complementado também pela cópia da publicação que nomeia o servidor como titular da área responsável pela contabilidade do município.

PERGUNTA 09

9. *Existe equipe estruturada para realização do planejamento municipal (PPA, LDO e LOA)?*

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante documento que demonstre a existência da estrutura organizacional responsável pela elaboração do planejamento, com a lista de servidores lotados no órgão, extraída do sistema de RH do município. Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 10

10. A LDO estabelece, por ação do governo, custos estimados, indicadores e metas físicas?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

As evidências podem ser constituídas mediante a indicação do artigo ou anexo da LDO. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 11

11. A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira?

- *Sim*
- *Não*

11.1. Qual o artigo? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa ("*Sim*"), a pergunta condicional 11.1 será habilitada. Nesse caso, informe, no campo texto, o número da lei e o artigo. Utilize o formato: "*Art. nn da Lei municipal nº nnnn, de dd/mm/aaaa*".

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a indicação do artigo ou anexo da LDO. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 12

12. A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor?

- *Sim*
- *Não*

12.1. Qual o artigo? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa ("*Sim*"), a pergunta condicional 12.1 será habilitada. Nesse caso, informe, no campo texto, o número da lei e o artigo. Utilize o formato: "*Art. nn da Lei municipal nº nnnn, de dd/mm/aaaa*".

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a indicação do artigo ou anexo da LDO. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 13

13. Há estrutura administrativa voltada para planejamento?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa (*“Sim”*), a Pergunta 14 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o documento que comprove a estrutura organizacional do município, se nele estiver presente o órgão responsável pelo Planejamento. De forma complementar, apresente o normativo que define as competências para o exercício das funções de planejamento (pode-se utilizar também a evidência que comprova a pergunta 9).

PERGUNTA 14

14. A estrutura de planejamento foi criada com cargos específicos (analista/técnico de planejamento e orçamento)?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Esta pergunta somente estará habilitada no caso de resposta afirmativa à Pergunta 13.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação da lei municipal que trate da criação dos cargos de analista e/ou técnico de planejamento e orçamento dentro da área de planejamento (digitalizada em PDF).

PERGUNTA 15

15. Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa (“*Sim*”), a Pergunta 16 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação de documentos que detalhem o programa de treinamento específico em planejamento (se houver) e por certificados que atestem a participação dos servidores lotados no órgão ou setor responsável pelo planejamento nesses tipos de cursos (certificados de capacitação com nome do participante, nome do curso, período de realização e carga horária) durante o ano avaliado.

PERGUNTA 16

16. Qual a carga horária de treinamento específico dos servidores responsáveis pelo planejamento?

- *Menos de 8 horas/ano*
- *Entre 8 a 40 horas/ano*
- *Mais de 40 horas/ano*

Como responder:

Esta pergunta somente estará habilitada no caso de resposta afirmativa à Pergunta 15.

Inicialmente, verifique a quantidade de treinamento recebida por cada servidor lotado no setor de planejamento durante o ano avaliado (carga horária total). Considere apenas os cursos vinculados à atividade de planejamento.

Depois disso, estabeleça a carga horária média *per capita*. De posse desses dados, selecione a opção que melhor refletir a situação no caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação de documentos que detalhem o programa de treinamento específico em planejamento (se houver) e por certificados que atestem a participação dos servidores lotados no órgão ou setor responsável pelo planejamento nesses tipos de cursos (certificados de capacitação com nome do participante, nome do curso, período de realização e carga horária) durante o ano avaliado.

PERGUNTA 17

17. Os servidores dos demais setores, excluindo os do planejamento, recebem treinamento sobre planejamento?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação de documentos que detalhem o programa de treinamento específico em planejamento (se houver) e por certificados que atestem a participação dos **servidores dos demais órgãos ou setores (excluindo-se os do planejamento)** nesses tipos de cursos (certificados de capacitação com nome do participante, nome do curso, período de realização e carga horária) durante o ano avaliado.

PERGUNTA 18

18. Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade têm dedicação exclusiva para essa matéria?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação do normativo que institui o órgão de planejamento na estrutura organizacional. Deve ser complementada pela cópia dos atos de designação dos servidores para o órgão (documentos digitalizados em PDF).

PERGUNTA 19

19. Há sistema informatizado para auxiliar na elaboração do planejamento?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa ("*Sim*"), a Pergunta 20 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a produção de um arquivo PDF com o *print screen* da tela do sistema (ou similar), desde que possa ser visualizado claramente o nome do sistema e a versão (*tela de informações do sistema, about, sobre o sistema, de ajuda, ou de versão*). Uma alternativa melhor, se disponível em PDF, é o manual do sistema, onde tais informações normalmente se fazem presentes.

PERGUNTA 20

20. O sistema informatizado é multiusuário (Os setores o alimentam e a unidade central de planejamento consolida)?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Esta pergunta somente estará habilitada no caso de resposta afirmativa à Pergunta 19.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o manual do sistema, no qual é possível identificar as funcionalidades de cadastro de usuários e direitos de acesso. Geralmente, o manual também indica se o sistema pode ser acessado via interface *web* ou não; se pode ser acessado por vários usuários ao mesmo tempo (multiusuário); entre outras características.

Observe que o cerne da pergunta versa sobre o fato de o sistema permitir uma arquitetura de direitos de acesso descentralizada, com múltiplas contas de usuário (*login* e senha), possibilitando acesso concorrente de usuários com perfis de direitos com diferentes níveis de poder.

PERGUNTA 21

21. Há levantamentos dos problemas, necessidades, deficiências do Município antecedentes ao planejamento?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa (*“Sim”*), as Perguntas 22, 23 e 24 serão habilitadas.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A elaboração do Plano Estratégico do município é precedida da fase de diagnóstico, na qual são identificados os problemas e necessidades (pontos fracos), mas também os pontos fortes, oportunidades e ameaças. Uma forma de comprovar o levantamento é através da chamada **Matriz SWOT** (acrônimo para *“Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats”*), documento que geralmente integra o planejamento estratégico e descreve sucintamente os pontos fortes e pontos fracos (derivados da análise do ambiente local), e as ameaças e oportunidades (derivados da análise dos cenários econômico, social e político, na conjuntura global do país).

Dessa forma, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação de documentos (inclusive atas de reunião) onde esteja presente o relatório da fase de diagnóstico ou o próprio relatório, com a assinatura dos responsáveis por sua elaboração. Neste diagnóstico devem estar presentes os elementos suficientes para o desenvolvimento das etapas posteriores do planejamento.

PERGUNTA 22

22. Em quais setores há levantamentos desses problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento?

- *Ensino*
- *Saúde*
- *Assistência Social*
- *Serviços Urbanos*
- *Segurança Pública*
- *Saneamento*
- *Defesa Civil*

Como responder:

Esta pergunta somente estará habilitada no caso de resposta afirmativa à Pergunta 21. É possível selecionar vários itens da lista ao mesmo tempo ou nenhum, mas por coerência é esperado que pelo menos um dos itens seja selecionado.

Dessa forma, selecione todos os setores onde foi realizado o diagnóstico dos problemas, necessidades e deficiências do município.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o diagnóstico realizado durante o processo de elaboração do Plano Estratégico (mesmo documento que serve de evidência comprobatória para a resposta à Pergunta 21).

PERGUNTA 23

23. Os diagnósticos serviram para as soluções e estão materializados nas peças orçamentárias?

- Sim
- Não

23.1. Indicar a(s) peça(s) orçamentária(s), o ano, o número/denominação do programa e ação: _____

Como responder:

Esta pergunta somente estará habilitada no caso de resposta afirmativa à Pergunta 21.

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa (“Sim”), a pergunta condicional 23.1 será habilitada. Nesse caso, informe, no campo texto, as informações solicitadas, utilizando-se, preferencialmente, uma linha para cada conjunto de dados (a saber: peça orçamentária; ano; número, denominação ou código do programa; e número, denominação ou código da ação).

Ao responder, atente para o fato de que na Pergunta 02, é solicitada uma tabela com a listagem dos programas, indicadores, metas e ações, constantes do Plano Estratégico. Dessa forma, **quanto aos números, denominações ou códigos dos programas e ações estratégicas**, responda de forma coerente com os dados informados nessa planilha.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante as peças orçamentárias contendo o ano, o número, denominação ou código do programa e a respectiva ação ou projeto, demonstrando-se, ainda, a relação de causa/efeito entre o problema diagnosticado e a solução proposta (ou mais de uma solução).

PERGUNTA 24

Para a elaboração do diagnóstico é levado em conta algum plano do Governo Federal ou Estadual?

- Sim
- Não

24.1. Qual(is)? _____

Como responder:

Esta pergunta somente estará habilitada no caso de resposta afirmativa à Pergunta 21.

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa (“Sim”), a pergunta condicional 24.1 será habilitada. Nesse caso, informe, no campo texto, o nome dos planos do Governo Federal ou Estadual utilizados como referência.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o diagnóstico realizado durante o processo de elaboração do Plano Estratégico (mesmo documento que serve de evidência comprobatória para a resposta à Pergunta 21), **desde que se possa observar o alinhamento dos objetivos do Plano Estratégico municipal às diretrizes dos planos nacionais ou estaduais.**

Exemplos de planos nacionais incluem, além de outros:

- **Plano Nacional de Educação**
<http://pne.mec.gov.br/>
- **Plano Nacional de Cultura**
<http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc->
- **Plano Nacional de Segurança Pública**
<http://www.justica.gov.br/noticias/plano-nacional-de-seguranca-preve-integracao-entre-poder-publico-e-sociedade>
- **Plano Nacional de Saúde**
<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/se/mais-sobre-se/8747-plano-nacional-de-saude-pns>
- **II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026) - MDSA**
<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2016/resolucao-cnas-n-7-3.pdf/download>
- **Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei Federal nº 12.608/12)**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm
- **Plano Nacional de Saneamento Básico**
<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/qualidade-do-ar/item/485-plano-nacional-de-saneamento-basico>

Como o Brasil é signatário de diversos tratados internacionais, é possível utilizar documentos de referência dos órgãos internacionais (ONU, UNICEF e outros), que apontem diretrizes para a elaboração do diagnóstico e planejamento estratégico no nível local, pois tais tratados se incorporam ao nosso ordenamento

jurídico com força de Lei Federal.

Exemplos:

- **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Agenda 2030)**
http://www.agenda2030.com.br/biblioteca/140523_relatorioodm.pdf

PERGUNTA 25

25. Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA)?

- *Presenciais*
- *Pela Internet*
- *Não realiza audiências públicas*

Como responder:

Selecione todas as opções que se aplicam ao caso do município. É possível selecionar ambos os tipos de audiências (“*Presenciais*” e “*Pela Internet*”). A opção “*Não realiza audiências públicas*” não deve ser combinada com nenhuma outra opção. Pelo menos uma das opções deve ser marcada.

Ao se aplicar a resposta “*Não realiza audiências públicas*”, as Perguntas 29 a 35 ficarão inabilitadas.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia dos editais de convocação e das atas com o resultado das audiências públicas, de ambos os tipos.

Observe que a opção “***Não realiza audiências públicas***” significa o **descumprimento** do art. 44 do Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/11), que assim dispõe (grifos nossos):

*“Art. 44. No âmbito municipal, a **gestão orçamentária participativa** de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei **incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas** sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, **como condição obrigatória para sua aprovação** pela Câmara Municipal.”*

PERGUNTA 26

26. *As coletas de sugestões pela Internet ficam disponíveis durante quanto tempo antes da elaboração de cada peça orçamentária?*

- *Até um mês*
- *Entre um mês a dois*
- *Mais de dois meses*
- *Não há coleta de sugestões pela Internet*

Como responder:

Além das audiências públicas que podem ser realizadas via Internet, também é possível estabelecer debates (através de fóruns de discussão) ou consultas (através de enquetes) para determinadas propostas quando da elaboração da proposta orçamentária.

Nesse caso, verifique se o município adota algum desses outros formatos e, caso positivo, qual o intervalo de tempo típico utilizado para a coleta de sugestões via Internet.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a criação de um arquivo PDF a partir da página disponível para coleta de sugestões ou mediante a criação de um *print screen* da tela (em ambos os casos, configure a página para exibir a data do acesso). O lapso temporal pode ser comprovado mediante a determinação da data de submissão (que é a data final de elaboração) da peça orçamentária e normalmente está presente no próprio documento.

PERGUNTA 27

27. Na coleta de sugestões, pela Internet, há glossário explicando os objetivos, bem como o modo de colaborar, em linguagem clara e simples?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Selecione a opção adequada à realidade do município. No entanto, por coerência, se a resposta à Pergunta 26 foi “*Não há coleta de sugestões pela Internet*”, então essa pergunta não estará habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a criação de um arquivo PDF a partir da página de glossário vinculada à coleta de sugestões pela Internet.

PERGUNTA 28

28. Há uma margem no orçamento destinada a programas ou projetos originários da participação popular?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA). Guarde as atas de reunião das audiências públicas (documentos utilizados para evidenciar a Pergunta 25) e das reuniões da Comissão de Orçamento em que ficou decidida a alteração da proposta orçamentária com base na participação popular.

PERGUNTA 29

29. Qual a forma de divulgação das audiências públicas?

- *Diário Oficial*
- *Jornais*
- *Panfletos*
- *Carros de Som*
- *Website da Prefeitura*
- *Mural*
- *Faixas*

Como responder:

Se a resposta à Pergunta 25 foi “*Não realiza audiências públicas*”, essa questão ficará inabilitada. Selecione todas as opções que são utilizadas para a divulgação das audiências públicas.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação dos editais de convocação para audiências públicas (*diário oficial e jornais*), cópia dos panfletos, *print screen* do edital publicado no *site* da prefeitura, ou outros mecanismos de comprovação, como atos administrativos determinando a divulgação das audiências, entre outros. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

O cerne da questão diz respeito à divulgação das audiências. Portanto, as atas não são importantes para comprovar a pergunta, a não ser que nestas constem a indicação do meio pelo qual ocorreu a convocação.

PERGUNTA 30

30. Quantas audiências públicas são comumente realizadas?

- 1 (uma)
- Entre 2 a 5
- Mais de 5

Como responder:

Se a resposta à Pergunta 25 foi “*Não realiza audiências públicas*”, essa questão ficará inabilitada.

O cerne da questão diz respeito ao fato do município possuir, ou não, normativos próprios determinando um número mínimo de audiências públicas a serem realizadas previamente à elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA), para atendimento ao disposto no art. 44 do Estatuto das Cidades.

Caso haja um normativo legal a ser seguido, selecione a opção mais próxima do que representar o caso concreto. Considere o dispositivo legal vigente no ano avaliado. Em caso contrário, no mínimo uma audiência pública deverá ser realizada para atendimento à legislação.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A aplicação do orçamento participativo é **obrigatória no âmbito municipal** em virtude do Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/11), que assim dispõe (grifos nossos):

*“Art. 44. No âmbito municipal, a **gestão orçamentária participativa** de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei **incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas** sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, **como condição obrigatória para sua aprovação** pela Câmara Municipal.”*

Segundo o Ministério do Planejamento, “o orçamento participativo é um importante instrumento de complementação da democracia representativa, pois permite que o cidadão debata e defina os destinos de uma cidade. Nele, a população decide as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano, com os recursos do orçamento da prefeitura. Além disso, ele estimula o exercício da cidadania, o compromisso da população com o bem público e a responsabilização entre governo e sociedade sobre a gestão da cidade”.

Assim, a evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação das leis municipais que dispõem sobre a execução do Orçamento Participativo, de forma a dar cumprimento ao art. 44 do Estatuto das Cidades. Esse normativo deve estar em vigor no ano avaliado. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Além disso, é preciso comprovar que o município cumpriu o art. 44 do Estatuto das Cidades, ao enviar a proposta orçamentária à Câmara Municipal (mediante as atas das audiências públicas realizadas).

PERGUNTA 31

31. Qual o dia e horário de realização das audiências públicas?

- *Dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas)*
- *Dia de semana após as 18 horas*
- *Aos sábados, domingos e feriados*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Se a resposta à Pergunta 25 foi “*Não realiza audiências públicas*”, essa questão ficará inabilitada.

Se o município não possuir uma praxe definida para essa questão, utilize a resposta padrão: “*Dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas)*”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Apresentar os editais de convocação das audiências públicas, nos quais estejam presentes a data e o local das audiências presenciais, ou pela Internet. Também é possível apresentar atas das reuniões realizadas, ou cópia dos documentos de divulgação que possam comprovar a convocação para audiências públicas (preferencialmente digitalizados em PDF).

PERGUNTA 32

32. As audiências públicas são transcritas em atas?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Se a resposta à Pergunta 25 foi “*Não realiza audiências públicas*”, essa questão ficará inabilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação das atas de audiências públicas digitalizadas em PDF.

Todas as audiências públicas devem ser transcritas em atas para fins de comprovação do atendimento ao disposto no art. 44 do Estatuto das Cidades.

PERGUNTA 33

33. As atas das audiências públicas são divulgadas na Internet?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Se a resposta à Pergunta 25 foi “*Não realiza audiências públicas*”, essa questão ficará inabilitada.

Por uma questão de coerência, se a resposta à Pergunta 32 foi “*Não*”, essa questão também ficará inabilitada, pois para a divulgação das atas é preciso haver antes a transcrição das audiências em atas.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a criação de um documento em PDF com um *print screen* da página (endereço eletrônico) de divulgação das atas de audiências públicas, onde conste a URL de acesso às atas. Elas devem estar disponibilizadas para *download* público.

PERGUNTA 34

34. *As audiências públicas são gerais, englobando todas as funções de governo?*

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Se a resposta à Pergunta 25 foi “*Não realiza audiências públicas*”, essa questão ficará inabilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação da cópia das atas das audiências públicas digitalizadas em PDF.

PERGUNTA 35

35. *As audiências públicas são setorizadas, divididas por temas (saúde, ensino, assistência social...)?*

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Se a resposta à Pergunta 25 foi “*Não realiza audiências públicas*”, essa questão ficará inabilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação da cópia das atas das audiências públicas digitalizadas em PDF.

PERGUNTA 36

36. O conteúdo da lei orçamentária é desdobrado até o nível de elemento de despesa?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha “*Sim*” se a lei orçamentária estiver desdobrada no Quadro de Detalhamento de Despesas, ou “*Não*”, caso não haja esse desdobramento.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação do Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD), vinculado à lei orçamentária municipal. Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 37

37. Na lei orçamentária, qual o percentual para abertura de créditos adicionais por decreto?

- Até 10%
- Entre 10 a 20%
- Mais de 20%
- Não há previsão

37.1. Qual o artigo? _____

Como responder:

Caso a LOA preveja um dispositivo legal específico nesse sentido, selecione a opção que represente a faixa onde o percentual se enquadra. Caso não preveja tal dispositivo, selecione a resposta “*Não há previsão*”.

A opção “**Até 10%**” significa: acima de 0% e até 10% inclusive (intervalo **]0%,10%]**); A opção “**Entre 10 e 20%**” significa: acima de 10%, até 20% inclusive (intervalo **]10%,20%]**); A opção “**Mais de 20%**” significa: acima de 20%, e (teoricamente) até 100% inclusive (intervalo **]20%, 100%]**).

Se uma das três primeiras opções for selecionada, a pergunta condicional 37.1 será habilitada. Nesse caso, indique no campo textual, o dispositivo legal pertinente. Utilize o formato: “*Art. nn da Lei municipal nº nnnn, de dd/mm/aaaa*”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação da Lei Orçamentária Municipal com o artigo que dispõe sobre o percentual para abertura de **créditos adicionais suplementares**. Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 38

38. As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto?

- *Sim*
- *Não*

38.1. Qual o artigo? _____

Como responder:

Selecione a opção “*Sim*” se as alterações orçamentárias estiverem autorizadas. Caso não haja previsão legal nesse sentido, selecione “*Não*”.

Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 38.1 será habilitada. Nesse caso, indique no campo textual, o dispositivo legal que autoriza a alteração orçamentária por decreto. Utilize o formato: “*Art. nn da Lei municipal nº nnnn, de dd/mm/aaaa*”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação da Lei Orçamentária Municipal com o artigo que dispõe sobre a autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares. Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 39

39. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias estão definidos os critérios de contingenciamento?

- Sim
- Não

39.1. Qual o artigo? _____

Como responder:

Selecione a opção “Sim” se os critérios de contingenciamento estiverem previstos na LDO. Caso não haja previsão legal nesse sentido, selecione “Não”.

Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 39.1 será habilitada. Nesse caso, indique no campo textual, o *dispositivo* legal que dispõe acerca dos critérios de contingenciamento. Utilize o formato: “Art. nn da Lei municipal nº nnnn, de dd/mm/aaaa”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação do **Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias** (LDO) com o artigo que dispõe sobre os critérios de contingenciamento. Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 40

40. Há previsão para a inclusão de emendas parlamentares no orçamento?

- *Sim*
- *Não*

40.1. Qual o artigo? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 40.1 será habilitada. Nesse caso, indique no campo textual, o dispositivo legal.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação da Lei Orgânica do Município com os artigos que dispõem sobre a inclusão de emendas parlamentares no orçamento. Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 41

41. Os setores da Prefeitura têm conhecimento prévio da previsão de receita cabível para elaborarem suas dotações?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação de declaração assinada, emitida pelo órgão responsável pela elaboração do orçamento. Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 42

42. Há acompanhamento da execução do planejamento?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação de relatórios emitidos a partir do *software* de monitoramento da execução.

Esses relatórios podem ser de acompanhamento orçamentário (sistema de orçamento), ou podem ser extraídos de uma plataforma de monitoramento do portfólio dos projetos em execução, ou ambos.

Em outras hipóteses de acompanhamento (por exemplo, por planilhas do Excel, ou manualmente), guarde cópia dos relatórios digitalizados em PDF ou no formato utilizado.

PERGUNTA 43

43. Quem é o responsável pelo acompanhamento da execução do planejamento?

- *Gabinete do Prefeito*
- *Setor de planejamento*
- *Cada setor é responsável pela execução de seu planejamento*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Essa pergunta presume que haja acompanhamento do planejamento (Resposta “*Sim*” à Pergunta 42). No entanto, em qualquer caso, como chefe do Poder Executivo, o Prefeito sempre será o responsável por esse acompanhamento, de forma que a primeira resposta é a resposta padrão.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Para evidenciar essa pergunta, é possível utilizar o mesmo documento utilizado para se evidenciar a Pergunta 42 (relatórios de acompanhamento). Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 44

44. Há relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa (“*Sim*”), a Pergunta 45 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os relatórios de execução orçamentária encaminhados ao Prefeito. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 45

45. Qual o conteúdo dos relatórios mensais levados a conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária?

- *Dotações previstas e executadas*
- *Programas previstos e executados*
- *Projetos, atividades e operações especiais previstos e executados*

Como responder:

Esta pergunta somente estará habilitada no caso de resposta afirmativa à Pergunta 44. Nesse caso, selecione todas as opções que estiverem inseridas no escopo dos relatórios mensais.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os relatórios de execução orçamentária encaminhados ao Prefeito (mesmo meio de comprovação da pergunta 44). Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 46

46. As peças que compõem o planejamento são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais previstos X realizados?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa (“*Sim*”), a Pergunta 47 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia do Plano Plurianual - PPA municipal em vigor (digitalizado em PDF). No PPA deverão constar os indicadores de programas e suas respectivas metas de ações governamentais (previsão). A evidência pode ser complementada pelos relatórios de acompanhamento do Plano que indiquem a mensuração dos valores destes indicadores ao longo do tempo (realizado).

PERGUNTA 47

47. Onde ocorre a divulgação dessas peças?

- *Portal da Transparência*
- *Site da Prefeitura*
- *Mural*

Como responder:

Esta pergunta somente estará habilitada no caso de resposta afirmativa à Pergunta 46. Nesse caso, selecione todas as opções cabíveis.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a criação de um documento PDF com o *print screen* do *site* na Internet onde os relatórios de acompanhamento dos indicadores são publicados.

Esse documento deve conter a URL, a data e a hora do acesso (os relatórios propriamente ditos devem ser guardados também para comprovar essa e a pergunta anterior). Essa possibilidade diz respeito às duas primeiras formas de divulgação.

Considere, no entanto, que a data de acesso aos documentos pode ser a data da resposta ao questionário.

PERGUNTA 48

48. As peças de planejamento (PPA, LDO, LOA) são entregues no prazo?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia do protocolo de recebimento das Leis Orçamentárias pelo Poder Legislativo Municipal, com data de entrega (documento digitalizado em PDF).

PERGUNTA 01

1. O município possui informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica?

- Sim
- Não

1.1. Qual é o tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “Sim”, a pergunta condicional 1.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número inteiro positivo.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestados, demonstrando a situação das filas de espera do município **em dezembro do ano avaliado**, por especialidade (atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica). Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

A segunda informação pode ser obtida através de relatório/planilha devidamente atestada, demonstrando o tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta, por especialidade. Para demonstrar o tempo médio em espera até a primeira consulta, deve-se tirar a média aritmética dos valores individuais das especialidades. O documento deve ser guardado também em meio digital (digitalizado em PDF).

PERGUNTA 02

2. O município disponibiliza consultas médicas à distância utilizando instrumentos tecnológicos (telefone, Internet, etc.)?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante parecer ratificado por responsável da SMS informando a conduta adotada pelos servidores da SMS e Unidades de Saúde. Em caso positivo, deve ser apresentado o registro dessas consultas e o quantitativo realizado no ano avaliado. A documentação encaminhada deve demonstrar se a SMS de fato viabiliza este serviço para sua comunidade. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Não considerar marcação de consulta, nem orientação médica emergencial. Também não considerar, nesta questão, o Telessaúde Brasil Redes, lançado pelo Ministério da Saúde, com objetivo de otimizar o atendimento à população, conectando profissionais da Atenção Básica a especialistas vinculados a instituições de referência.

PERGUNTA 03

3. O Município divulga nas UBS, em local acessível ao público, a escala atualizada de serviço dos profissionais de saúde contendo o nome e o horário de entrada e saída destes servidores?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o registro das escalas devidamente fixadas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) com identificação legível dos profissionais, unidade e data (fotografia). Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Se o modelo de documento estiver amparado por algum normativo municipal, junte o referido instrumento. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Para efeito de exemplificação, deverá ser selecionada uma amostra mínima de 20% das UBS do município.

PERGUNTA 04

4. Os locais de atendimento médico-hospitalar e as unidades de saúde de atenção básica municipais estão regulares perante o Corpo de Bombeiros (mediante documento que ateste a regularidade, após vistoria)?

- *Sim, todos possuem*
- *Sim, a maior parte possui*
- *Sim, a menor parte possui*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Considere a opção “*Sim, todos possuem*” caso o percentual de unidades regulares seja de 100%. Considere que a maior parte possui, se esse percentual for superior a 50% das unidades. Considere que a menor parte possui, se o percentual for igual ou inferior a 50%, porém acima de 0%. Considere a resposta como “*Não*” se o percentual for de 0% das unidades.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída a partir de laudos com validade (considere a posição de dezembro do ano avaliado) com identificação legível da unidade de saúde e planilha com a situação geral em dezembro, de todas as unidades de saúde, com quantitativos parciais e totais. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Deve-se comparar número de laudos existentes no mês de dezembro com o total de unidades de atendimento médico-hospitalar e as unidades de saúde de atenção básica em funcionamento na mesma data.

PERGUNTA 05

5. Os locais municipais de atendimento médico-hospitalar e UBSs possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, ou documentação comprovando que cumprem as exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequada e à assistência e responsabilidade técnicas, aferidas por meio de fiscalização realizada pelo órgão sanitário local?

- *Sim, todos possuem*
- *Sim, a maior parte possui*
- *Sim, a menor parte possui*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Considere a opção “*Sim, todos possuem*” caso o percentual de locais seja de 100%. Considere que a maior parte possui, se esse percentual for superior a 50% dos locais. Considere que a menor parte possui, se o percentual for igual ou inferior a 50%, porém acima de 0%. Considere a resposta como “*Não*” se o percentual for 0% dos locais.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída a partir de alvarás ou documento equivalente com validade (considerar a posição de dezembro do ano avaliado), com identificação legível da unidade de saúde e uma planilha com a situação geral em dezembro de todas as unidades de saúde, com quantitativos parciais e totais. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Deve-se comparar o número de alvarás (ou outro documento equivalente) existentes no mês de dezembro com o total de unidades de atendimento médico-hospitalar e as unidades de saúde de atenção básica em funcionamento na mesma data.

PERGUNTA 06

6. O município possui gestão de estoque dos insumos (Ex.: luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas) para operacionalização da sua atenção básica: estoque mínimo, variação do estoque?

- *Sim (informatizada)*
- *Sim (manual)*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os demonstrativos de como são controlados os estoques dos itens de materiais de consumo utilizados nas unidades de saúde do município. O sistema de controle (eletrônico ou manual) utilizado pela SMS e unidades (conforme o caso) deve apresentar controle da movimentação de entrada e saída de materiais, estoque mínimo e variação do estoque. Para fins de evidência deverão ser coletados demonstrativos de movimentação e controle de 10 (dez) itens com posição no mês de dezembro do ano avaliado. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Para efeito de exemplificação, deverão ser selecionados, no mínimo, 5 (cinco) unidades considerando os parâmetros apresentados, cada uma com 3 (três) itens, no caso de controle descentralizado. Caso o controle seja exercido diretamente pela SMS, junte 10 (dez) itens com os parâmetros solicitados (controle de estoque mínimo e variação do estoque).

PERGUNTA 07

7. O atendimento nas unidades municipais que prestam assistência em saúde já foi interrompido ou descontinuado por falta de insumos?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o demonstrativo do controle dos estoques dos insumos utilizados nas unidades de saúde do município, que evidencie, inclusive, a rotatividade. A rotatividade do estoque é determinada em função da relação entre demanda e oferta dos itens estocados que viabilizam a análise de métricas que suportam decisões acerca do prazo de abastecimento.

Para fins de evidência deverão ser coletados demonstrativos do controle de estoque dos 10 itens no ano avaliado, registros da ouvidoria e atas do conselho de reclamações apresentadas pelos pacientes durante o referido ano, focando nos motivos de interrupção ou descontinuidade do atendimento nas unidades municipais. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 08

8. O município possui o componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria estruturado?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída a partir do organograma da Secretaria Municipal de Saúde contendo o serviço de auditoria (ou normativo municipal), nomeação para os cargos de auditores e relatório e registros produzidos pelas equipes de auditoria durante o ano avaliado. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF. *Vide também* Sistema Nacional de Auditoria (<http://sna.saude.gov.br/>).

PERGUNTA 09

9. A prefeitura realizou campanha anual ou incentivo em grupos de gestantes para a promoção do aleitamento materno?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante material que demonstre a realização de campanha e/ou atividades de incentivo ao aleitamento materno durante o ano avaliado, ou lista de presença. Importante constar dados relativos à data e local, e público participante (conforme o caso). Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Registros fotográficos apenas serão aceitos como evidência de forma complementar desde que seja possível identificar claramente o evento e data de realização.

PERGUNTA 10

10.1. Qual o percentual de cobertura da população-alvo, em média, nas campanhas de vacinação, referente ao calendário de vacinação do 1º ano de vida?

- Não possui registro
- Percentual % (0-100): _____

10.2. Qual o percentual de cobertura da população-alvo, em média, nas campanhas de vacinação, referente ao calendário de vacinação do 2º ano de vida?

- Não possui registro
- Percentual % (0-100): _____

10.3. Qual o percentual de cobertura da população-alvo, em média, nas campanhas de vacinação, referente ao calendário da população adulta?

- Não possui registro
- Percentual % (0-100): _____

Como responder:

Preencha a informação com o percentual na faixa de valores de 0 a 100. Caso não possua registro de alguma das informações, deixe o respectivo campo em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero à resposta. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

As evidências podem ser constituídas mediante o Relatório do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI), em especial, o registro, por faixa etária, do cálculo da cobertura vacinal. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Página de acesso ao sistema: <http://pni.datasus.gov.br/>

PERGUNTA 11

11. O cadastro e o acompanhamento específicos para pacientes portadores de hipertensão estão atualizados?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o registro dos cadastros e dos acompanhamentos específicos dos pacientes portadores de hipertensão arterial realizados no mês de dezembro do ano avaliado. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 12

12. O cadastro e o acompanhamento específicos para pacientes portadores de Diabetes Mellitus está atualizado?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o registro dos cadastros e dos acompanhamentos específicos dos pacientes portadores de *Diabetes Mellitus* realizados no mês de dezembro do ano avaliado. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 13

13. Os médicos cumprem integralmente sua jornada de trabalho?

- *Sim*
- *Permanecem apenas nas consultas agendadas*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o registro dos controles exercidos pelas unidades de saúde com identificação legível dos profissionais, unidade e data, tendo como parâmetro o ano avaliado.

Se o modelo de documento estiver amparado por algum normativo municipal, junte o referido instrumento. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Na ausência de tal documentação deverá ser informado pelo responsável da SMS se os médicos cumprem ou não integralmente suas jornadas de trabalho, ou mesmo, se apenas permanecem nas consultas agendadas.

Para efeito de exemplificação, deverão ser selecionados, no mínimo, 5 (cinco) unidades considerando os parâmetros apresentados.

PERGUNTA 14

14. As unidades básicas de saúde no município possuem condições técnicas para realização de tratamento supervisionado para os casos de tuberculose?

- *Sim, todas possuem*
- *Sim, a maior parte das UBS possui*
- *Sim, a menor parte das UBS possui*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Considere a opção “*Sim, todas possuem*” caso o percentual de unidades adaptadas seja de 100%. Considere que a maior parte possui, se esse percentual for superior a 50% das unidades. Considere que a menor parte possui, se o percentual for igual ou inferior a 50%, porém acima de 0%. Considere a resposta como “*Não*” se o percentual for 0% das unidades.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestados, demonstrando a situação do município no mês de dezembro do ano avaliado, no que concerne ao quantitativo total de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e destas, quais, **efetivamente**, oferecem possuem condições técnicas para realização de tratamento supervisionado para os casos de tuberculose. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Observações:

A administração do tratamento supervisionado requer a supervisão da ingestão medicamentos, na unidade de saúde ou na residência, assegurando-se que o doente os tome em uma única dose diária. A ingestão dos medicamentos deve ser assistida no local de escolha do doente pelo profissional de saúde: médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, agentes comunitários de saúde e/ou um membro da família devidamente orientado para essa atividade. A supervisão da tomada da medicação poderá ser feita com pelo menos três observações semanais, nos primeiros dois meses, e uma observação por semana, até o seu final.

Fontes:

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual técnico para o controle da tuberculose: cadernos de atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde Departamento de Atenção Básica. – 6. ed. rev. e atual. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

PERGUNTA 15

15.1. Sobre a incidência de tuberculose no município no ano de 2017, informe o total de casos novos tuberculose (todos os tipos) diagnosticados:

- Não houve novos casos da doença no município
- Não possui registro
- Quantidade: _____

15.2. Sobre a incidência de tuberculose no município no ano de 2017, informe o total de casos novos de tuberculose (todos os tipos) com exame anti-HIV realizado:

- Não houve novos casos da doença no município
- Não possui registro
- Quantidade: _____

15.3. Sobre a incidência de tuberculose no município no ano de 2017, informe a taxa de cura de tuberculose no município (todos os tipos):

- Não houve novos casos da doença no município
- Não possui registro
- Percentual % (0-100): _____

15.4. Sobre a incidência de tuberculose no município no ano de 2017, informe o total de casos novos tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados no ano:

- Não houve novos casos da doença no município
- Não possui registro
- Quantidade: _____

15.5. Sobre a incidência de tuberculose no município no ano de 2017, informe a taxa de cura de tuberculose pulmonar bacilífera no município (todos os tipos):

- Não houve novos casos da doença no município
- Não possui registro
- Percentual % (0-100): _____

Como responder:

Nas perguntas 15.1 a 15.5, se alguma opção estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

A pergunta 15.1 é a principal. Ela admite três hipóteses de resposta: número desconhecido de casos (“**Não possui registro**”); nenhuma ocorrência (“**Não houve novos casos da doença no município**”); ou uma quantidade determinada de novos casos, que deve ser informada (valor inteiro e positivo, ou seja, maior que zero).

Dessa forma, caso não possua o registro da informação, marque a opção “**Não possui registro**”. Caso possua o registro e o número de casos novos seja zero, marque a opção “**Não houve novos casos da doença no município**” (não informe zero em “**Quantidade**”). Caso contrário, informe um número inteiro positivo (maior que zero) no campo “**Quantidade**” da pergunta 15.1.

A seguir, avalie a pergunta 15.2. Se a resposta à pergunta 15.1 foi “*Não possui registro*” ou “*Não houve novos casos da doença no município*”, a resposta da pergunta 15.2 deverá ser idêntica.

Na terceira hipótese, ou seja, se o número de casos novos de tuberculose em 15.1 é determinado, considerando-se as opções de resposta da pergunta 15.2:

- A resposta poderá ser “*Não possui registro*”, se o número destes pacientes submetidos ao teste anti-HIV não estiver registrado ou for desconhecido;
- A resposta nunca poderá ser “*Não houve novos casos da doença no município*”, pois se a quantidade em 15.1 é determinada, isso significa o oposto do enunciado;
- Se conhecida, a quantidade de pacientes com tuberculose submetidos ao teste anti-HIV deve ser menor ou igual à quantidade informada em 15.1, já que os dados em 15.2 representam um subconjunto de 15.1. A situação ideal é que essas quantidades sejam idênticas.

Avaliando-se a pergunta 15.3, de forma similar, se a resposta à pergunta 15.1 foi “*Não possui registro*” ou “*Não houve novos casos da doença no município*”, a resposta da 15.3 deverá ser a mesma (pois sem o registro do total dos casos, não há como se calcular a taxa de cura, por exemplo).

Caso a quantidade em 15.1 seja determinada, a resposta em 15.3 somente poderá ser “*Não possui registro*” ou um valor percentual na faixa de 0 a 100. A primeira hipótese ocorre quando não há registro do número de pacientes que atingiram a cura no ano do ciclo em avaliação.

Mas caso haja o registro, para calcular a taxa de cura, leve em conta apenas esses novos casos. Assim, do total de casos novos notificados no ano (a quantidade em 15.1 representa 100% dos casos), extraia o percentual destes pacientes que conseguiram obter a cura.

Quanto à pergunta 15.4, tratando-se de um subconjunto do total dos casos de tuberculose (15.1), há três opções possíveis:

- A resposta será “*Não possui registro*” obrigatoriamente se essa foi a resposta atribuída à pergunta 15.1 OU se não existir, no município, o registro para essa forma específica de tuberculose;
- A resposta será “*Não houve casos novos da doença no município*” obrigatoriamente se essa foi a resposta atribuída à pergunta 15.1 OU se não houve novos casos específicos de tuberculose bacilífera (quantidade igual a zero);
- A quantidade de novos casos será determinada (número inteiro, positivo, ou seja, maior do que zero). Essa quantidade deve ser menor ou igual à quantidade atribuída como resposta à pergunta 15.1, por coerência.

Finalmente, no tocante à taxa de cura dos tipos de tuberculose bacilífera, proceda da mesma forma para calcular a taxa de cura, como em 15.3:

- Se a resposta em 15.4 foi “*Não possui registro*”, a resposta em 15.5 também será a mesma.
- Se a resposta em 15.4 foi “*Não houve casos novos da doença no município*”, a resposta em 15.5 será também a mesma.
- Caso contrário, calcule a taxa, extraindo o percentual de 0 a 100, ou, não havendo o registro da taxa de cura para esse tipo específico de tuberculose, selecione a opção “*Não possui registro*”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o registro do SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação, das notificações confirmadas (para o total de casos novos) e do desfecho do tratamento de tuberculose (para a taxa de cura, especificamente o desfecho de cura) ocorridos ao longo do ano avaliado. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 16

16. Qual o percentual de unidades com sala de vacinação com funcionamento em 05 dias da semana? _____

Como responder:

Informe o percentual na faixa de 0,00 a 100,00.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o registro da aplicação de vacinas no mês de dezembro do ano avaliado, de cada unidade que oferece vacinação, em pelo menos 5 (cinco) dias na semana, e por planilha devidamente ratificada pelo responsável da Secretaria Municipal de Saúde com o quantitativo total de unidades de saúde existentes do município. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 17

17. Os médicos da UBS possuem sistema de controle de ponto mecânico ou eletrônico (Ex.: biométrico, digital, etc.)?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o registro dos controles de ponto eletrônico dos médicos das UBS do mês de dezembro do ano avaliado. Nesse caso, guarde cópia dos relatórios do sistema digitalizados em PDF. Se o modelo de documento estiver amparado por algum normativo municipal, a evidência pode ser complementada mediante a cópia da publicação do referido instrumento (digitalizada em PDF).

Para efeito de exemplificação deverão ser selecionados, no mínimo, 5 (cinco) unidades considerando os parâmetros apresentados.

PERGUNTA 18

18. O município disponibiliza serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs por meio de telefone, VOIP, Internet, totem, etc.?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Obs.: VOIP é uma tecnologia de transmissão de voz pela Internet, similar ao telefone. Totens são terminais de autoatendimento.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante parecer ratificado por responsável da UBS informando a conduta adotada para agendamento de consultas médicas nas UBSs.

A documentação encaminhada deve demonstrar que a Secretaria Municipal de Saúde, de fato, viabiliza este serviço para sua comunidade.

No caso de agendamento via Internet, a comprovação da disponibilidade do serviço ao público é possível mediante a geração de um arquivo PDF a partir da página de acesso ao sistema de marcação de consultas, configurando-se a impressão para exibir a URL de acesso ao sistema, à data e a hora do acesso. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 19

19. Foi realizada ação para a promoção da saúde bucal nas escolas?

- *Sim, com consulta odontológica das crianças*
- *Sim, somente com divulgação*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os registros que demonstrem a realização de campanha e/ou atividades de promoção da saúde bucal nas escolas. Nesse caso, apresente os dados relativos à data, ao local e ao público participante (conforme o caso), dos eventos ocorridos durante o ano avaliado.

Registros fotográficos apenas serão aceitos como evidência de forma complementar, desde que seja possível identificar claramente o evento e data de realização.

Deve ser apresentado também o percentual de escolas que participaram da campanha devidamente ratificada por responsável da Secretaria Municipal de Saúde.

Para efeito de exemplificação deverão ser selecionados, no mínimo, 5 (cinco) eventos considerando os parâmetros apresentados. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 20

20. Qual o número de Equipes de Saúde da Família (ESF) no município? _____

Como responder:

Informe um número inteiro maior ou igual a zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída a partir dos registros das Equipes de Saúde da Família (ESF) completas do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES) do município, com posição do mês de dezembro do ano avaliado. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 21

21. Sobre a presença de médicos nas ESF, informe:

- *Todas as equipes contam com médicos*
- *A maior parte das equipes conta com médicos*
- *A menor parte das equipes conta com médicos*
- *As equipes não contam com nenhum médico*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Considere a opção “*Todas as equipes contam com médicos*” caso o percentual de equipes nessa situação seja de 100%. Considere que a maior parte das equipes conta com médicos, se esse percentual for superior a 50% das unidades. Considere que a menor parte conta com médicos, se o percentual for igual ou inferior a 50%, porém acima de 0%. Considere a resposta “*As equipes não contam com nenhum médico*” se o percentual for 0% das unidades.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a utilização dos registros no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES) e a partir da planilha com a situação no mês de dezembro do ano avaliado, de todas as ESF em funcionamento constando a presença ou não do médico. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Observações:

As equipes de saúde da família devem contar com a presença de pelo menos um médico. Para maiores informações sobre o funcionamento das ESF, consulte: http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_como_funciona.php?conteudo=esf.

PERGUNTA 22

22. Qual a forma de gestão municipal no Programa Saúde da Família?

- *Recursos humanos próprios*
- *Convênio*
- *Contrato de gestão*
- *Termo de parceria*
- *Outro. Qual? _____*

Como responder:

Escolha todas as opções que se adaptem ao caso concreto. Caso a resposta seja “*Outro. Qual?*”, utilize o campo texto vinculado para descrever a forma de gestão.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os registros que demonstrem o vínculo dos profissionais do Programa Saúde da Família (no caso de recursos humanos próprios); pela cópia da publicação do extrato do convênio ou termo de convênio assinado pelas partes e digitalizado em PDF; pelo contrato de gestão assinado pelas partes e digitalizado; termo de parceria ou outro documento que formalize a forma de gestão adotada pelo município. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 23

23. Qual o número de agentes comunitários de saúde no município? _____

Como responder:

Informe um número inteiro maior ou igual a zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída a partir dos registros dos agentes comunitários de saúde do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES) do município no mês de dezembro do ano avaliado. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF. Para maiores informações, consulte: http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_como_funciona.php?conteudo=esf

PERGUNTA 24

24.1. Quanto ao número de nascidos vivos no município no ano de 2017, informe o número de nascidos vivos de mães residentes no município:

- Não possui registro
- Quantidade: _____

24.2. Quanto ao número de nascidos vivos no município no ano de 2017, informe o número total de nascidos vivos de mães residentes no município que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal na rede municipal de saúde:

- Não possui registro
- Quantidade: _____

Como responder:

Preencha ambas as informações com número inteiro maior ou igual a zero. Caso não possua registro de alguma informação, deixe o respectivo campo em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero a cada uma das respostas. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Por questões de coerência, a quantidade informada na segunda resposta deve ser menor ou igual à quantidade informada na primeira.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os registros do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) dos nascidos vivos de mães residentes no município no transcurso do ano avaliado, e das consultas de pré-natal realizadas. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 25

25. Qual a cobertura da terceira dose da vacina pentavalente aplicada no total de crianças menores de 1 ano de idade?

- *Não possui registro*
- *Percentual % (0-100): _____*

Como responder:

Preencha a informação com o percentual na faixa de valores de 0 a 100. Caso não possua o registro da informação, deixe o respectivo campo em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero a resposta. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o Relatório do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI), especificamente, o registro, por faixa etária, do cálculo da cobertura vacinal da terceira dose da vacina pentavalente. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Página de acesso ao sistema: <http://pni.datasus.gov.br/>

PERGUNTA 26

26. Qual o número de consultas médicas básicas realizadas nas UBSs do município no último ano?

- Não possui registro
- Quantidade: _____

Como responder:

Preencha a informação com número inteiro maior ou igual a zero. Caso não possua registro da informação, deixe o respectivo campo em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero à resposta. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante consulta ao Sistema de Informação Ambulatorial do Ministério da Saúde (SIA-SUS), filtrando-se: por “*Procedimento*” (0301010064 – CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO BÁSICA); por “*Município gestor*”; selecionando-se, em “*Períodos Disponíveis*”, todos os meses do ano avaliado; e em “*Conteúdo*”, a variável “*Qtd.apresentada*”. No relatório gerado, verifique o total de consultas no ano. Guarde cópia do relatório digitalizado em PDF. Consulte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sia/cnv/qgRJ.def>

PERGUNTA 27

27. Sobre atendimento de urgências, responda:

- *A Prefeitura tem SAMU*
- *A Prefeitura mantém convênio de atendimento pré-hospitalar com o Corpo de Bombeiros*
- *A Prefeitura possui outro sistema de atendimento a urgências*

27.1. Indique qual o outro sistema de atendimento de urgências: _____

27.2. Descreva sucintamente: _____

Como responder:

Escolha todas as opções cabíveis. Caso uma das opções selecionadas seja “*A Prefeitura possui outro sistema de atendimento a urgências*”, então as perguntas condicionais 27.1 e 27.2 serão habilitadas. Nesse caso, informe o nome do sistema de atendimento (27.1) e descreva-o sucintamente (27.2) nos respectivos campos do tipo texto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o registro do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), ou pelo termo de convênio com o Corpo de Bombeiros, ou registro no CNES de outra unidade que realize o atendimento de urgência, com a ficha detalhada que apresente o tipo de atendimento prestado. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 28

28. Qual o intervalo de tempo médio de espera entre a marcação de consulta em especialidade médica e seu efetivo atendimento (em dias)?

- *Não possui registro*
- *Quantidade (dias): _____*

Como responder:

Preencha a informação com número inteiro maior ou igual a zero. Caso não possua registro da informação, deixe o respectivo campo em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero à resposta. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída demonstrando-se o tempo decorrido entre a solicitação da consulta e o atendimento do paciente em especialidade médica. A origem dos dados pode ser do setor que realiza a marcação de consultas, da central de regulação de consultas ou ainda resultantes de relatórios de Sistema Informatizado de Regulação. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 29

29. Existe Conselho Municipal de Saúde estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “*Sim*”, a pergunta 30 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante as deliberações e atas das reuniões do Conselho Municipal de Saúde durante o transcurso do ano avaliado, devidamente atestadas pelos participantes. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 30

30. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Saúde em 2017?

- *8 ou mais reuniões*
- *6 a 7 reuniões*
- *4 a 5 reuniões*
- *0 a 3 reuniões*

Como responder:

Essa pergunta somente estará habilitada se a resposta à pergunta 29 for afirmativa. Nesse caso, escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto (a resposta *default* é “0 a 3 reuniões”).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A resposta “0 a 3 reuniões” dispensa a apresentação de evidências, sendo a resposta padrão.

No caso das demais respostas, a evidência pode ser constituída mediante as atas das reuniões do Conselho Municipal de Saúde durante o transcurso do ano avaliado, devidamente atestadas pelos participantes. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Para o cômputo da quantidade de reuniões, não se deve considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado à natureza finalística do Conselho.

PERGUNTA 31

31. Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os médicos?

- *Não existe pagamento de horas extras*
- *Realização de campanhas e eventos aos finais de semana*
- *Absenteísmo*
- *Cobertura de férias e licenças*
- *Não possui equipe completa*
- *Outros. Quais? _____*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “*Outros. Quais?*”, será preciso informar no campo texto vinculado, a descrição do motivo.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação da folha de pagamento, ou de relatórios do setor de Recursos Humanos que demonstrem o absenteísmo, férias e licenças, registro de atendimentos em campanhas e eventos de finais de semana, registro no CNES das equipes incompletas. Considere o ano do ciclo em avaliação. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Pode haver mais de uma razão. Nesse caso, selecione a mais importante em termos financeiros ou a causa mais frequente.

PERGUNTA 32

32. Qual a quantidade total de horas extras em 2017 para médicos? _____

Como responder:

Informe o total de horas extras com um número inteiro maior ou igual a zero. Ao responder, é preciso manter a coerência com a pergunta anterior, de forma que se naquela, a resposta foi “*Não existe pagamento de horas extras*”, aqui a resposta deverá ser zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação da folha de pagamento ou de relatórios do setor de Recursos Humanos que demonstrem o total de horas extras pagas aos médicos no ano do ciclo em avaliação. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 33

33. Sobre a dengue no município em 2017, informe:

Número de casos diagnosticados: _____

Número de óbitos: _____

Número de imóveis visitados no Ciclo preconizado I: _____

Número de imóveis visitados no Ciclo preconizado II: _____

Número de imóveis visitados no Ciclo preconizado III: _____

Número de imóveis visitados no Ciclo preconizado IV: _____

Número de imóveis visitados no Ciclo preconizado V: _____

Número de imóveis visitados no Ciclo preconizado VI: _____

Número total de imóveis da área urbana do município: _____

Como responder:

Para todas as informações solicitadas, responda informando um número inteiro maior ou igual a zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Essa pergunta visa apurar os dados referentes à incidência da dengue, seja na forma clássica (A90 no CID-10) ou na forma hemorrágica (A91 no CID-10), bem como os dados do combate aos focos de mosquito *Aedes aegypti* no município, durante o ano avaliado.

No caso da primeira informação (“Número de casos diagnosticados”), a evidência pode ser constituída mediante o relatório com os dados dos Sistemas Informatizados do Ministério da Saúde ou outro sistema, como o número de casos confirmados de dengue registrados no SINAN.

A segunda informação pode ser evidenciada a partir do registro do número de óbitos por dengue obtido a partir do Sistema de Informações de Mortalidade – SIM. Nesse caso, registrar ambos os tipos da doença (A90 e A91 do CID-10).

Quanto às informações a respeito do número de imóveis visitados, a evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha com número de imóveis visitados em cada ciclo. Observe que o número de imóveis visitados em cada ciclo não pode ser uma quantidade maior do que aquela informada no campo “Número total de imóveis da área urbana do município”. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Conheça também o Sistema InfoDengue: <https://info.dengue.mat.br/>.

PERGUNTA 34

34. O município possui Plano Municipal da Saúde com período correspondente ao PPA vigente?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia do Plano Municipal de Saúde e da deliberação de aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde, assim como a ata da reunião em que ocorreu a aprovação. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Observações:

A pergunta visa a identificar se o município possui um Plano Municipal de Saúde desenvolvido; se o PMS se encontra alinhado ao PPA vigente; se ambos os planos possuem o mesmo período de vigência; e se esse período engloba o ano do ciclo em avaliação.

PERGUNTA 35

35. Qual a quantidade de médicos ativos do município em 2017 que atuam na Atenção Básica? Carga horária: 20h; 30h ou 40h semanais.

	20 horas	30 horas	40 horas
Janeiro			
Fevereiro			
Março			
Abril			
Maiο			
Junho			
Julho			
Agosto			
Setembro			
Outubro			
Novembro			
Dezembro			

Como responder:

Informe, para cada mês do ano avaliado e respectiva carga horária, um valor numérico inteiro, maior ou igual a zero.

As cargas horárias semanais dos médicos que não se enquadrem aos horários estipulados na questão podem ser somadas, a fim de apurar a quantidade de médicos por carga horária. Exemplo: 2 médicos de 24h + 1 médico de 12h = 60h → 2 médicos de 30h. As possíveis pequenas sobras de tempo deverão ser descartadas. Ex: 2 médicos de 32h = 64h → 2 médicos de 30h.

Considere todos os médicos ativos, sob a administração do município, que cumpriram sua carga horária no mês, inclusive os contratados por meio de ajustes com o terceiro setor.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os contratos de trabalho, nomeações dos médicos e registros do CNES e/ou relatórios do setor de Recursos Humanos que demonstrem os dados solicitados devidamente atestados pelo responsável. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 36

36. Qual o intervalo de tempo médio de espera, em dias, entre a marcação de exames complementares laboratoriais (bioquímicos, de imagem, patológicos, coleta de materiais e etc.) solicitados na consulta na UBS e sua efetiva realização? _____

Como responder:

Responda com o tempo médio em dias (número inteiro maior ou igual a zero).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída demonstrando-se o tempo decorrido entre a solicitação de exames complementares laboratoriais e sua efetiva realização. A origem dos dados pode ser do setor que realiza a marcação de consultas, da central de regulação de consultas e exames ou ainda resultantes de relatórios de Sistema Informatizado de Regulação. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 37

37. O município possui Ouvidoria da Saúde implantada?

- Sim
- Não

37.1. Qual a quantidade de atendimentos realizados no último ano? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 37.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número inteiro maior ou igual a zero, representativo do número de atendimentos realizados no ano avaliado.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída através do organograma da Secretaria Municipal de Saúde no qual conste a Ouvidoria; pelo normativo municipal que cria a Ouvidoria da Saúde, complementado pela cópia da publicação do ato de nomeação para o cargo de ouvidor; pelos relatórios produzidos pela Ouvidoria no ano do ciclo em avaliação; e se houver um *site* na Internet para acesso do público em geral, mediante a criação de um arquivo PDF, no qual conste o endereço eletrônico do *site* (URL). Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 38

38. A Ouvidoria de Saúde possui relatórios de atendimentos?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. No entanto, deverá guardar coerência com a pergunta anterior (37). Ou seja, caso o município não possua Ouvidoria de Saúde implantada, a resposta aqui deverá ser “*Não*”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os relatórios produzidos pela Ouvidoria da Saúde, nos quais constem indicadores sobre os atendimentos realizados no ano avaliado (por exemplo: manifestações cadastradas x manifestações respondidas; índice de satisfação do público; entre outros). Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 39

39. O Fundo Municipal movimenta todos os recursos da Saúde mediante contas bancárias próprias?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o parecer ratificado pelo gestor do Fundo, e os Anexos 8 – Demonstrativo da Despesa por Função, Subfunção e Programa, da Lei Federal nº 4.320/64, consolidado e da unidade gestora Fundo Municipal de Saúde, ambos referentes ao ano avaliado, ou outros documentos contábeis que permitam esta comprovação. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 40

40. O município tem implantado o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus)?

- Sim
- Não

40.1. Quantos estabelecimentos farmacêuticos (farmácias e centrais de abastecimento farmacêutico) da Atenção Básica existem no Município? _____

40.2. Quantos destes estabelecimentos farmacêuticos têm implantado o sistema Hórus ou envia o conjunto de dados por meio do serviço Webservice? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, as perguntas condicionais 40.1 e 40.2 serão habilitadas. Nesse caso, preencha as respostas com um número inteiro maior ou igual a zero. A quantidade informada na pergunta 40.2, por coerência, deve ser menor do que a quantidade informada na pergunta 40.1.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os relatórios com os dados inseridos no Sistema Hórus em que constem as unidades que o utilizaram no ano avaliado. O número de estabelecimentos farmacêuticos pode ser evidenciado a partir dos relatórios do CNES. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Maiores informações sobre o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus):

<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/sctie/horus>

PERGUNTA 41

41. Sobre as internações clínicas ocorridas no município em 2017, informe:

Quantidade de internações clínicas ocorridas no município: _____

Quantidade de internações por causas sensíveis à Atenção Básica: _____

Como responder:

Informe um número inteiro, maior ou igual a zero, em cada uma das informações solicitadas.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Para comprovar, deve-se demonstrar através de relatórios do Sistema de Informações Hospitalares (SIH) das internações ocorridas no ano avaliado. Consideram-se condições sensíveis à Atenção Básica as internações por diagnósticos CID-10 listados abaixo:

Condições Sensíveis	Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)
1. Doenças evitáveis por imunização e outras DIP:	A15.0-A19.9, A33.0-A37.9; A50.0-A53.9, A95.0-A95.9, B05.0-B06.9, B16.0-B16.9, B26.0-B26.9, B50.0-B54.9, B77.0-B77.9, G00.0, I00-I02.9
2. Anemia:	D50.0-D50.9
3. Pneumonias bacterianas:	J13, J14, J15.3-J15.4, J15.8-J15.9, J18.1
4. Asma:	J45.0-J45.9
5. Bronquites:	J20.0-J21.9, J40-J42
6. Hipertensão:	I10, I11.0-I11.9
7. Insuficiência cardíaca:	I50.0-I50.9
8. Diabetes mellitus:	E10.0-E14.9
9. Epilepsias:	G40.0-G40.9
10. Infecção no rim e trato urinário:	N30.0-N30.9, N34.0-N34.3, N39.0
11. Doença inflamatória nos órgãos pélvicos femininos:	N70.0-N73.9, N75.0-N76.8

Considere como **Outras doenças sensíveis à atenção básica** as seguintes:

Outras Condições Sensíveis	Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)
12. Gastroenterites infecciosas e complicações:	A00.0-A09.9; E86.0-E86.9
13. Deficiências nutricionais	E40-E46.9, E50.0-E64.9
14. Infecções de ouvido, nariz e garganta	H66.0-H66.9, J00, J01.0-J03.9, J06.0-J06.9, J31.0-J31.9
15. Angina	I20.0-I20.9
16. Infecção da pele e tecido subcutâneo	A46, L01.0-L04.9, L08.0-L08.9
17. Síndrome da Rubéola Congênita	P35.0

O rol de causas das internações sensíveis à Atenção Básica acima não é idêntico à Lista Brasileira de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária, publicada pela Portaria MS/ SAS nº 221, de 17 de abril de 2008, embora seja baseado nesta.

PERGUNTA 42

42. Sobre as internações clínicas de pacientes residentes no município ocorridas em 2017, informe:

Quantidade de internações clínicas ocorridas no município (Considere apenas as internações de pessoas residentes no município): _____

Quantidade de internações por doenças evitáveis por imunização e outras doenças infecto-parasitárias (DIP): _____

Quantidade de internações por anemia: _____

Quantidade de internações por pneumonias bacterianas: _____

Quantidade de internações por asma: _____

Quantidade de internações por bronquites: _____

Quantidade de internações por hipertensão: _____

Quantidade de internações por insuficiência cardíaca: _____

Quantidade de internações por Diabetes Mellitus: _____

Quantidade de internações por epilepsias: _____

Quantidade de internações por infecção no rim e trato urinário: _____

Quantidade de internações por doença inflamatória nos órgãos pélvicos femininos: _____

Quantidade de internações por outras doenças sensíveis à atenção básica: _____

Como responder:

Informe um número inteiro maior ou igual a zero em cada uma das informações solicitadas.

Observe que **para todas as informações solicitadas**, deve-se levar em conta apenas as internações de pessoas residentes no município.

Dessa forma, a “quantidade de internações clínicas ocorridas no município” (primeira informação da pergunta 42 e totalizadora parcial) deve ser menor ou igual ao valor informado no campo “quantidade de internações clínicas ocorridas no município” na pergunta 41, pois se baseia no subconjunto representativo apenas dos moradores locais, enquanto aquela diz respeito à totalidade dos casos tratados no município (ou seja, na pergunta 41, considera-se para o cálculo tanto os moradores locais quanto os de outros municípios).

Além disso, a soma de todas as internações clínicas, discriminadas por tipo de doença, de moradores locais, não pode ser superior à quantidade informada no primeiro campo da pergunta 42.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os relatórios do SIH das internações ocorridas durante o ano avaliado. Consideram-se condições sensíveis à Atenção Básica as internações por diagnósticos do CID-10, conforme tabela reproduzida na pergunta 41.

PERGUNTA 43

43. Houve aprovação da Gestão da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a ata da reunião, deliberação ou resolução do Conselho Municipal de Saúde, que trata da aprovação do Relatório Anual de Gestão (RAG) referente ao ano avaliado, bem como cópia do relatório propriamente dito. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 44

44. Qual o percentual de cobertura vacinal para influenza em maiores de 60 anos? _____

Como responder:

Informe o percentual de cobertura com um número na faixa de 0,00 a 100,00.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os registros e relatórios no SI-PNI (Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações), em especial, o registro, por faixa etária, do cálculo da cobertura vacinal relativa ao vírus *Influenza*. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF. Página de acesso ao sistema: <http://pni.datasus.gov.br/>

PERGUNTA 45

45.1. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de saúde do município no ano de 2017, informe quantas unidades de saúde necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc):

- Não possui registro
- Quantidade: _____

45.2. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de saúde do município em 2017, informe quantas unidades de saúde tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura:

- Não possui registro
- Quantidade: _____

Como responder:

Preencha ambas as informações com número inteiro maior ou igual a zero. Caso não possua registro de alguma informação, deixe o respectivo campo em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero a cada uma das respostas. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Por questões de coerência, a quantidade informada na segunda resposta deve ser menor ou igual à quantidade informada na primeira.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída a partir de registros e relatórios das condições de estrutura das unidades de saúde no ano avaliado, devidamente assinado pelo responsável e/ou ordens de serviços que especifiquem as solicitações de manutenção corretiva para as unidades de saúde do município.

Para comprovar a interrupção de atendimento devem-se apresentar registros da SMS, e/ou registros da ouvidoria e atas do conselho de reclamações apresentadas pelos pacientes durante o ano avaliado, focando interrupção nas unidades por problemas de estrutura. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 46

46. Sobre saúde materna e infantil no ano de 2017, informe:

Número de testes realizados para o diagnóstico da sífilis entre gestantes: _____

Número de partos hospitalares do SUS: _____

Como responder:

Informe um número inteiro positivo em cada uma das informações solicitadas, sendo a resposta o somatório dos procedimentos a serem considerados, em cada grupo.

Para obter o número de testes realizados para o diagnóstico da sífilis entre gestantes, considere o somatório dos procedimentos abaixo:

- **0202031179** - VDRL para detecção de sífilis em gestante.
- **0214010082** - Teste rápido para sífilis em gestante.

Para a segunda informação, considere o somatório dos procedimentos:

- **0310010039** - Parto normal.
- **0310010047** - Parto normal em gestação de alto risco.
- **0411010026** - Parto cesariano em gestação de alto risco.
- **0411010034** - Parto cesariano.
- **0411010042** - Parto cesariano com laqueadura tubária.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os relatórios dos procedimentos diagnósticos do SIA e dos procedimentos hospitalares do SIH. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 47

47. Quanto aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no município, informe:

Número de CAPS I: _____

Número de CAPS II: _____

Número de CAPS III: _____

Número de CAPS i: _____

Número de CAPS AD: _____

Número de CAPS AD III: _____

Como responder:

Informe um número inteiro maior ou igual a zero, em cada uma das informações solicitadas.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o registro no CNES de todos os CAPS existentes no município. Nesse caso, guarde cópia dos relatórios digitalizados em PDF.

Página de acesso ao CNES:

http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Unidade.asp?VEstado=33

Maiores informações sobre os tipos de CAPS:

<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/803-sas-raiz/daet-raiz/saude-mental/12-saude-mental/12609-caps>

Para informações sobre como implementar um CAPS:

Vide Portaria GM nº 245, de 17.02.2005:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt0245_17_02_2005.html

PERGUNTA 48

48. Qual o número de Equipes de Saúde da Família (ESF) Equivalentes no município? _____

Como responder:

Informe um número inteiro maior ou igual a zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o registro no CNES em que conste a equipe de tais unidades. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Considere a posição do mês de dezembro do ano avaliado. A equivalência de carga horária do profissional médico para equipe de Atenção Básica (tradicional) em relação à equipe da Estratégia de Saúde da Família considera o somatório da carga horária de pediatra, clínico e obstetra pertencente a uma Unidade Básica tradicional, e a cada 60 horas há equivalência para 1 ESF.

PERGUNTA 49

49. As despesas consideradas, para fins de apuração do mínimo constitucional de aplicação de recursos próprios em saúde, foram de responsabilidade específica do setor de saúde e com recursos municipais movimentados somente pelo Fundo Municipal de Saúde?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o parecer ratificado pelo gestor do Fundo e mediante registros contábeis e financeiros do Fundo Municipal de Saúde. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 50

50. Existe controle de tempo de atendimento dos pacientes nas UBS (horário de entrada x horário de atendimento médico)?

- *Sim*
- *Não*

50.1. Qual tempo médio de atendimento (em minutos)? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 50.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número inteiro maior ou igual a zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os registros de atendimentos dos pacientes nas UBS que contenham dados sobre o horário de entrada e do atendimento médico. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 51

51. Qual a soma da carga horária semanal de todos os cirurgiões dentistas das equipes básicas de saúde bucal do município no ano de 2017? _____

Como responder:

Preencha a informação com um número inteiro maior ou igual a zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os registros no CNES de todos os cirurgiões dentistas das equipes básicas de saúde bucal do município no ano avaliado, constando a carga horária. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 52

52. Qual a quantidade de unidades públicas municipais de saúde (estabelecimentos físicos) existentes no município em 2017?

- Não possui registro
- Quantidade: _____

Como responder:

Preencha a informação com número inteiro maior ou igual a zero. Caso não possua registro da informação, deixe o respectivo campo em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero a resposta. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os registros no CNES de todas as unidades públicas municipais de saúde (estabelecimentos físicos) existentes no município no ano avaliado. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 53

53. Com base na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, informe o percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea b do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal: _____

Como responder:

Informe o valor do percentual aplicado, na faixa de 0,00 a 100,00.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Essa pergunta trata do percentual aplicado, no ano avaliado, em ações e serviços públicos de saúde da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

A evidência pode ser constituída mediante a consulta ao Anexo XII do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), atinente ao 6º bimestre de 2017. Nesse caso, guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 54

54. Informe a quantidade de pacientes residentes em outros municípios atendidos nas UBSs do seu município:

- *Não possui registro*
- *Quantidade:* _____

Como responder:

Preencha a informação com número inteiro maior ou igual a zero. Caso não possua registro da informação, deixe o respectivo campo em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero a resposta. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os registros dos atendimentos das UBSs no transcurso do ano avaliado, constando a origem dos pacientes. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 55

55.1. Sobre vacinação antirrábica canina no município no ano de 2017, informe o total da população canina no município:

- Não possui registro
- Quantidade: _____

55.2. Sobre vacinação antirrábica canina no município no ano de 2017, informe o número total de cães vacinados:

- Não possui registro
- Quantidade: _____

Como responder:

Preencha cada informação com número inteiro maior ou igual a zero. Caso não possua registro de alguma informação, deixe o respectivo campo em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero a resposta. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Ao responder, observe que o número de cães vacinados deve ser menor ou igual à população canina no município.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o relatório da população canina no município e de registros do SI-PNI (especificamente, o registro da cobertura vacinal). Neste caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Página de acesso ao sistema: <http://pni.datasus.gov.br/>. Vide “Consultas” → “Anti-rábica” → “2017” → “Doses e cobertura vacinal” → “RJ”.

PERGUNTA 56

56. As unidades básicas de saúde possuem equipamentos ou disponibilizam insumos (fitas, glicosímetros, etc.) para medição do nível de glicose dos pacientes?

- *Sim, todas as UBS possuem*
- *Sim, a maior parte das UBS possui*
- *Sim, a menor parte das UBS possui*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Considere a opção “*Sim, todas as UBS possuem*” caso o percentual de unidades adaptadas seja de 100%; considere que a maior parte possui, se esse percentual for superior a 50% das unidades; considere que a menor parte possui, se o percentual for igual ou inferior a 50%, porém acima de 0%; considere a resposta como “*Não*” se o percentual for 0% das unidades.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o relatório ou planilha devidamente atestada demonstrando a situação do município no mês de dezembro do ano avaliado, no que concerne ao quantitativo total de UBS e destas, quais, **efetivamente** possuem equipamentos ou disponibilizam insumos (fitas, glicosímetros etc.) para medição do nível de glicose dos pacientes. Neste caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 57

57. Os médicos que prestam serviços nas UBS trabalham em regime de plantão?

- *Sim*
- *Não*

57.1. Qual?

- *Plantão presencial*
- *Plantão de sobreaviso*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 57.1 será habilitada. Nesse caso, selecione também todos os tipos de plantão prestados (pela equipe de médicos).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os registros dos plantões médicos em UBS devidamente atestados pelo responsável. Neste caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.